

RODRIGO ROCHA MONTEIRO

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS
DO SISTEMA FAXINAL: UM ESTUDO A PARTIR DA COMUNIDADE
DE TAQUARI DOS RIBEIROS EM RIO AZUL – PR

Florianópolis

2009

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Rodrigo Rocha Monteiro

**Transformações sócio-espaciais do sistema faxinal: um estudo a partir da
comunidade de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul – PR**

Nazareno José de Campos

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, agosto de 2009

Transformações sócio-espaciais do sistema faxinal: um estudo a partir da comunidade de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul – PR

Rodrigo Rocha Monteiro

Coordenador : Profa. Dra. Magaly Mendonça

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: _____

Prof. Dr. Nazareno José de Campos (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Membro: _____

Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr (UEPG)

Florianópolis-SC, 28 de Agosto de 2009

Este trabalho é dedicado a Deus, à minha família e aos meus amigos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado todas as condições necessárias para a realização deste trabalho.

Ao Profº Dr. Nazareno José de Campos pela sua orientação, pela sua amizade e pelo apoio que me deu em todos os momentos que precisei.

A CAPES, pelo período de vigência da Bolsa de Mestrado.

À minha família que mesmo longe, se fizeram sempre presentes e me ajudaram na realização desse trabalho. Principalmente a minha mãe (Eunice Rocha), minha irmã (Michelle Rocha Monteiro), meu pai (Nilton Monteiro da Silva) e minha tia (Maria Aparecida Rocha).

À professora Cicilian Luiza Löwen Sahr pela amizade e pela sua prontidão em me ajudar quando dela precisei.

À professora Walquíria Krüger Corrêa pelas dicas e pelas palavras que sempre me ajudavam e me apaziguavam no período da realização da pesquisa.

À Marli Terezinha Costa, pelas informações sempre precisas e pela amizade.

Aos meus amigos que tornaram todos os momentos, tanto no mestrado, quanto na vida, mais agradáveis. Principalmente Fabiano Damiani, Eliza Tratz, Natália Marchesini, Bruno Corrêa, André Coltre, entre tantos outros.

Não eram passos. Nem era escada.
Penso no que tinha sob os pés.
Algo entre o nada e nada a revelar os vãos de minha sombra.

Julián Ana. in Berenice Do

RESUMO

O Sistema Faxinal é uma forma de organização sócio-econômica rural encontrada no Centro-Sul do Estado do Paraná, região onde aparece o Bioma da Mata com Araucária no estado. Pelo seu modo de vida, e pela forma como sempre utilizaram os recursos naturais, os Povos de Faxinais são hoje considerados População Tradicional. Estas comunidades faxinalenses têm sofrido intensos processos de transformações sócio-espaciais resultado das novas atividades agrícolas que vêm se desenvolvendo na região. Estas transformações muitas vezes apontam para a perda de autonomia e de sustentabilidade, tanto econômica, quanto ambiental, fazendo com que os Faxinais se vinculem a interesses de agroindústrias que possuem lógicas muitas vezes conflitantes com as das comunidades faxinalenses. Nos últimos anos, os Faxinais têm chamado a atenção do poder público, por serem as comunidades que mantiveram o Bioma da Mata com Araucária em melhor estado de conservação no Paraná. Dessa forma, tem se criado oportunidades para as comunidades e municípios que possuem estas comunidades faxinalenses em seu território. Uma dessas políticas é a da ARESUR (Área Especial de Uso Regulamentado), que é uma modalidade de unidade de conservação criada para os Faxinais. O Faxinal Taquari dos Ribeiros, localizado no município de Rio Azul – PR, desde a sua gênese, até a atualidade, vem sofrendo uma série de processos de transformações que, culminaram, mais recentemente, com a entrada da agroindústria do fumo. Este fato causa uma vinculação dos agricultores desse faxinal à lógica da indústria fumageira, comprometendo a autonomia da comunidade. Outro fato importante é que o Faxinal Taquari dos Ribeiros é um dos cadastrados como ARESUR no estado.

ABSTRACT

The Faxinal System is a form of socio-economic organization founded in the rural Center and South of the State of Paraná, where we find the Biome of Araucaria forest on the state. On this way of life, and how always used the natural resources, they are nowadays considered Traditional Population. These “*faxinalenses*” communities have suffered intensive processes of socio-spatial transformations that result of new agricultural activities that have been developed in the region. These changes often point to the loss of autonomy and sustainability, both economic, as environment, making the *Faxinal* linked to agribusiness interests that have often conflicting approaches to the communities *faxinalenses*. In recent years, the Faxinal has claimed attention of the Government, because the communities maintained the Araucaria Biome in a better state of preservation in the Parana. It has created opportunities for communities and municipalities that have these faxinalenses’ communities in its territory. One policy is the ARESUR (Area Especial de Uso Regulamentado), which is a form of conservation unit created for the Faxinais. The Faxinal Taquari dos Ribeiros, located in Rio Azul - PR, since its genesis, to the present, has suffered a series of processes of change that resulted, more recently, with the entry of agribusiness tobacco. This involved a commitment of *faxinalenses* to the logic of the tobacco industry, and it is harmful to the autonomy of the community. Another important fact is that the Faxinal Taquari Ribeiros is registered as one of the ARESUR in the state.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Região dos Faxinais no Estado do Paraná.....	18
Figura 2 - Perfil Esquemático do Sistema Faxinal	24
Figura 3 - Mapa de Localização do Município de Rio Azul e do Faxinal Taquari dos Ribeiros	73
Figura 4 - Mapa territorial do criadouro comunitário do Faxinal Taquari dos Ribeiros	77
Figura 5 - Memória de calculo e extrato financeiro do município de Rio Azul – PR para o mês de maio de 2009.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Localização e dimensionamento das terras e povos de Faxinais no Paraná	32
Quadro 2 - Elementos de auto-identificação dos Faxinalenses enquanto Populações Tradicionais	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Extração de Erva-Mate no Faxinal Taquari dos Ribeiros.....	84
Gráfico 2 - Principal fonte de renda das famílias do Faxinal Taquari dos Ribeiros.....	94

LISTA DE IMAGENS

Foto 1 - Crianças separando o Fumo.....	65
Foto 2 - Visão Parcial do Faxinal Taquari dos Ribeiros.....	74
Foto 3 - Visão parcial do Criadouro comunitário do Faxinal Taquari dos Ribeiros.....	75
Foto 4 - Casa dentro do criadouro comunitário no Faxinal Taquari dos Ribeiro.....	75
Foto 5 - Mata nativa dentro do criadouro do Faxinal Taquari dos Ribeiros.....	76
Foto 6 - Pés de erva-mate dentro do criadouro comunitário.....	85
Foto 7 - Estufa de Fumo localizada dentro do criadouro comunitário do Faxinal Taquari dos Ribeiros	95

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
LISTA DE IMAGENS.....	x
 INTRODUÇÃO	 13
 1. O SISTEMA FAXINAL ENQUANTO FORMA DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO- ECONÔMICA NO PARANÁ CENTRAL	 17
1.1 Abordagem teórica sobre o significado do Sistema Faxinal	17
1.2 Os Elementos do Sistema Faxinal	22
1.3 Os Povos dos Faxinais enquanto População Tradicional e o Uso Comum de Terras	25
1.3.1 Populações Tradicionais e Uso Comum de Terras	26
1.3.2 Os Faxinalenses no Cenário Paranaense	31
1.3.3 Os Povos de Faxinais são Populações Tradicionais?.....	33
 2. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SISTEMA FAXINAL	 38
2.1 O Processo de Ocupação no Paraná Central	38
2.2 Origem e desenvolvimento do Sistema Faxinal	53
2.3 Os Ciclos Econômicos do Centro-Sul do Paraná e o Sistema Faxinal	58
2.4 A cultura Faxinalense enquanto elemento de organização espacial	66
 3. O FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS: DE COMUNIDADE SUSTENTÁVEL À PERDA DE AUTONOMIA E INTEGRAÇÃO À AGROINDÚSTRIA FUMAGEIRA	 71
3.1 Caracterização da área de estudo: O Faxinal Taquari dos Ribeiros	72
3.2 Faxinal Taquari dos Ribeiros: Sua origem e desenvolvimento	78

3.3 A idéia de “sustentabilidade” permeando a sua organização espacial	87
3.4 A inserção da Agroindústria do Fumo e suas implicações	89
4. O ICMS ECOLÓGICO E O FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS ENQUANTO ARESUR	97
4.1 ICMS Ecológico: O que é?	98
4.2 ARESUR. Sobre a necessidade de criação	102
4.3 Benefícios e limitações do cadastramento como ARESUR	105
4.4 O Faxinal Taquari dos Ribeiros enquanto ARESUR	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

O Sistema Faxinal, que é encontrado na Região Centro-Sul do Paraná, pode ser entendido como uma forma de organização sócio espacial rural, onde é desenvolvido o uso comum de terras para criação de animais. As comunidades inseridas no sistema possuem uma lógica característica de funcionamento centrado em três elementos que são, o criadouro comunitário (espaço nos fundos dos vales destinado ao uso comum das propriedades para criação de animais), as terras de plantar, de uso e produção individual, localizadas nas imediações do criadouro, e a estrutura de cercas e valos separando os dois espaços.

As comunidades que integram o sistema faxinal, estão localizadas na região onde aparece o Bioma da Mata com Araucária no Paraná. Elas já sofreram com sucessivas atividades econômicas que foram se desenvolvendo por toda a área, transformando o espaço regional. Grande parte destas atividades estiveram ligadas aos Faxinais, que sentiram com maior ou menor intensidade, as transformações decorrentes delas. Portanto, os processos de ocupação da região, que configuraram diversas atividades, foram configurando o espaço faxinalense ao longo do tempo.

Apesar disso, a importância deste Sistema fica evidenciada quando notamos que, hoje, as áreas de Faxinais foram as que mantiveram o Bioma da Mata com Araucária em melhor estado de conservação. Isto foi possível graças ao modo de vida faxinalense e a sua forma de entender os recursos da mata.

Desse modo, os faxinalenses, como são conhecidos os Povos de Faxinais, são considerados *populações tradicionais* que ajudam na conservação do Bioma da Mata com Araucária. Isto possibilitou também uma nova forma de entender as comunidades faxinalenses, o que levou também a criação de projetos que visam garantir seu modo de vida.

Com isso, as questões que nos apareceram dizem respeito aos caminhos trilhados pelas comunidades faxinalenses e como isto acabou interferindo sobre as próprias comunidades. Estas reflexões nos pareceram pertinentes quando verificamos o novo momento do Sistema Faxinal, quando passam a chamar mais a atenção tanto de pesquisadores, quanto de órgãos governamentais. Muitas vezes essas comunidades são entendidas como encurraladas pelo desenvolvimento da região. O que realmente pode vir a ocorrer a muitas delas visto que, o

desenvolvimento não só transforma base produtiva, com também o espaço de vivência do faxinalense.

Considerando tudo isso, objetivamos, neste trabalho, analisar e compreender a organização espacial do Sistema Faxinal, da sua gênese, ao processo de transformação e situação atual, tendo como estudo de caso específico o Faxinal Taquari dos Ribeiros, no Município de Rio Azul, no sudoeste paranaense.

Para tanto, tomamos como referencial teórico o conceito de Formação Sócio-Espacial. Milton Santos (1982) nos apresenta este conceito como a natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada, e em uma base territorial concreta. A idéia de processo é inerente ao conceito de Formação Sócio-Espacial. Tudo que existe articula, de certa forma, o passado e o presente. Pelo fato de sua própria existência, articula também o presente ao futuro. Dessa forma, um enfoque espacial e temporal isolados não são suficientes, devendo-se recorrer a um recorte espaço-temporal (SANTOS, 1982).

Cada sociedade evolui de maneira diferente no seu espaço. Cada formação é única, sendo que se deve distinguir uma das outras através de uma cisão feita a partir do todo. Há que se definir a especificidade de cada formação, bem como o que a distingue das outras formações. Porém, estas especificidades só podem ser encontradas no interior de cada formação (SANTOS, 1982).

Ao enfocarmos o Sistema Faxinal a partir desta ótica, vemos que as comunidades faxinalenses evoluíram dentro de uma formação específica, qual seja, o Centro-Sul paranaense. Desde os primórdios do Sistema Faxinal, até a consolidação da forma como ele se encontra hoje, uma série de processos de ordem interna e externa às comunidades permitiram as transformações e seu desenvolvimento.

A opção pelo conceito de formação sócio-espacial, nos possibilita uma abordagem com a idéia de movimento, ou seja, de dinâmica dos processos que na região ocorreram. Assim, as transformações que ocorreram nos Faxinais podem ser melhor entendidas dentro d proposto neste trabalho, sem cair na idéia de que elas são uma tentativa de subverter uma organização que é dada e que, por isso, se torna imutável.

Santos (1996) entende também o espaço como uma totalidade que compreende um sistema de objetos e um sistema de ações. O primeiro seria relativo aos objetos ou arranjo deles que são produzidos pelo homem e que estão se

tornando cada vez mais artificiais. Também são objetos com valores e eficácia ou contribuições para as ações. Por sistema de ações, entende-se como sendo aquelas intencionalidades racionais, conforme o fim e o meio para que são realizadas. Estas duas dimensões espaciais, sistema de objetos e de ações, se relacionam de forma dialética onde um possibilita a existência do outro e lhe atribui uma realidade filosófica. Santos (1992) mostra que a essência do espaço é social, e ele não deve ser entendido como apenas formado por coisas, ou objetos geográficos naturais e artificiais. O Espaço é sim tudo isso, mas a sociedade também deve ser considerada.

Também vemos que o espaço não é estático e está em permanente mutação. Cada vez que a sociedade passa por processo de mudanças, as relações econômicas, sociais e políticas também mudam em ritmos e intensidades diferentes. Pode-se dizer o mesmo do espaço e da paisagem que se transformam para se adaptar às novas necessidades (SANTOS, 1997). Os objetos fixos, ou formas estão distribuídos na superfície terrestre de acordo com uma lógica que configura a organização espacial de uma dada sociedade que refletirá as características do grupo que a criou. No entanto esta está constantemente se adaptando às necessidades atuais. As formas do passado que continuam a existir no presente, ou se adaptaram às necessidades atuais que não mudaram substancialmente no decorrer do tempo, ou possuem outras funções que justificam a sua permanência (CÔRREA, 2003).

Definido o referencial teórico que nos dá suporte ao entendimento dos processos que se deram nos Faxinais, passamos para a organização do trabalho em si. Em primeiro lugar, optamos por discutir o Sistema Faxinal enquanto uma forma de organização sócio-econômica do Paraná Central. Insere-se nesta discussão os conceitos de alguns autores que definem o Sistema Faxinal. Buscaremos compará-los e apontarmos a nossa forma de entender o Sistema Faxinal.

No segundo capítulo, a preocupação centra-se na gênese da organização espacial do Sistema Faxinal. Buscaremos entender os processos de ocupação da região Centro-Sul do Paraná e como estes ajudaram na constituição das comunidades faxinalenses. Além da gênese do Sistema Faxinal, serão abordadas as atividades que foram se desenvolvendo em seguida como condicionantes daquele, interferindo e transformando-o. Também traremos à discussão, a formação da

cultura faxinalense como um híbrido de várias influências, e como esta também vem se alterando.

No terceiro capítulo será abordado o Faxinal Taquari dos Ribeiros enquanto estudo de caso. Serão verificados, com o auxílio das entrevistas realizadas e do questionário aplicado em parceria com a rede-faxinal-pesquisa, as origens e transformações ocorridas neste faxinal em específico. Primeiramente apresentaremos a caracterização da área de estudo, sua localização e principais características. Prossegue-se com a discussão sobre a gênese da comunidade para em seguida entender as eventuais transformações que se deram no espaço local. Serão levantadas questões como a quebra da sustentabilidade ambiental e econômica por conta da entrada de novas atividades com padrões de acumulação de capital, principalmente a entrada da agroindústria do fumo.

Por fim, o quarto e último capítulo é dedicado à discussão do ICMS Ecológico como uma forma de compensação ao município que tem área de preservação ambiental em seu território. A questão central é que as comunidades faxinalenses que ainda funcionam centradas na existência do criadouro comunitário, podem requerer seu cadastramento como ARESUR (Área Especial de Uso Regulamentado), tornando-se uma unidade de conservação que dá direito ao município receber o recurso do ICMS Ecológico. Esta foi uma forma encontrada para garantir a permanência do Sistema Faxinal que tanto ajudou na conservação do Bioma da Mata com Araucária, bem como uma estratégia encontradas por eles para não perderem o acesso à terra. Apesar disso, a discussão segue pelo viés que aponta para os benefícios e limitações que podem ocorrer com este cadastro. Isso será verificado também no caso específico deste estudo, o Faxinal Taquari dos Ribeiros. Esta comunidade é hoje cadastrada como ARESUR, o que nos leva a necessidade de entender como lá se deu esse processo e quais as repercussões que se tem hoje em dia.

1. O SISTEMA FAXINAL ENQUANTO FORMA DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NO PARANÁ CENTRAL

Objetivamos no capítulo a apresentação do Sistema Faxinal e como ele está estruturado. Serão trazidos conceitos de alguns autores que tem trabalhado com as comunidades faxinalenses, buscando uma discussão no sentido de entender sob quais caminhos tem-se trilhado os estudos sobre este sistema. Para tanto, buscou-se apoio na literatura, trazendo autores que trabalharam com o Sistema Faxinal nas mais diversas temáticas. Inicialmente, trazemos uma discussão teórica e conceitual sobre o Sistema Faxinal, articulando com idéias que permearão o trabalho. Em seguida serão apontados os elementos do Sistema Faxinal, que são estruturas que funcionam de forma integradas possibilitando o funcionamento e dando racionalidade à forma como estão organizadas as comunidades faxinalenses. Por fim, buscamos mostrar um pouco sobre o modo de vida dos Povos dos Faxinais, e também entender se estes podem ser entendidos como População Tradicional, como são hoje caracterizados.

1.1 Abordagem teórica sobre o significado do Sistema Faxinal

No Centro-Sul do Estado do Paraná podemos encontrar uma forma de organização sócio-econômica denominada de Sistema Faxinal. Esta região corresponde também à área onde encontramos o Bioma da Mata com Araucária neste estado, como podemos ver na Figura 1. Porém deve-se ressaltar que existem algumas comunidades faxinalenses localizadas na Região Metropolitana de Curitiba, onde ainda encontramos a Mata com Araucária. Estas comunidades não estão inseridas dentro desta área maior assinalizada no mapa, denominada de Região dos Faxinais no Paraná.

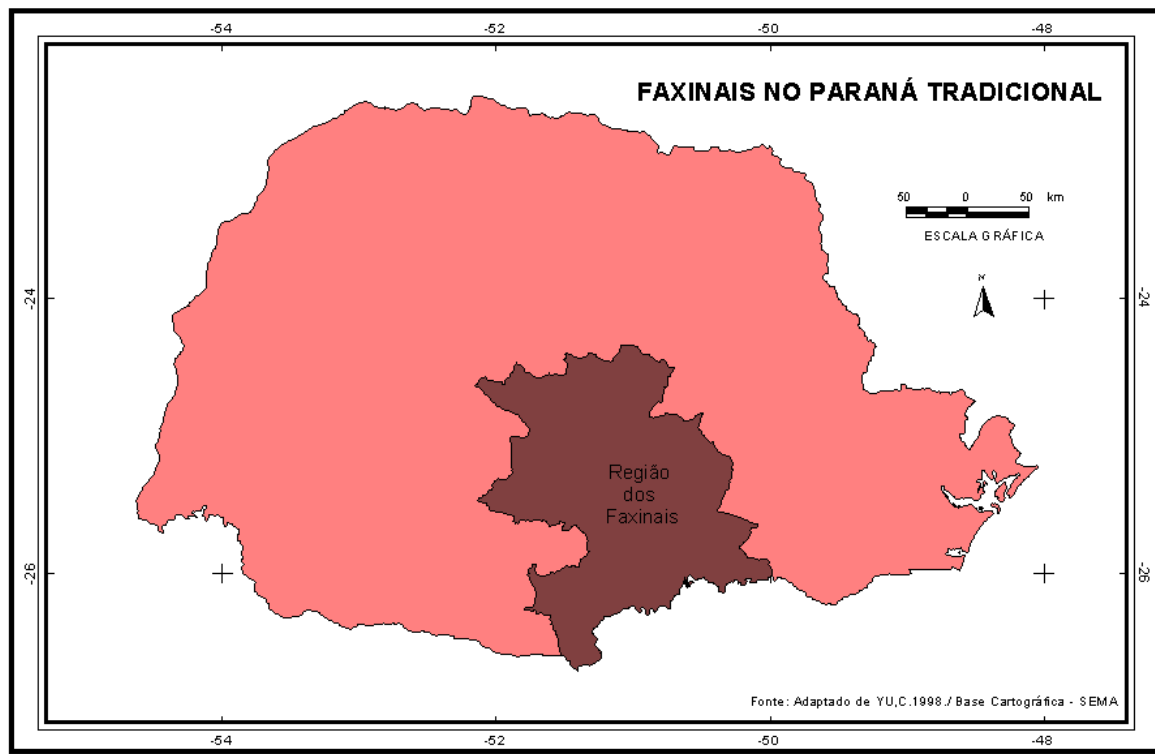


Figura 1 –Mapa da Região dos Faxinais no Estado do Paraná
 Fonte: CHANG (1988)
 Org: CUNHA (2003)

Apesar de tudo, podemos perceber que estas comunidades estão inseridas dentro de uma Formação Sócio-Espacial que permitiu a evolução da forma como se deu. Assim, os processos gerais, junto com nuances próprias, permitiram a organização das comunidades dos Faxinais. Segundo Milton Santos (1982), Formação Espacial diz respeito à evolução das sociedades em seus quadros próprios e com relação às forças externas. O autor ainda diz que se deve levar em conta o trabalho do homem na transformação do espaço com o qual o grupo se confronta. Assim, vemos que este Sistema se caracteriza por uma adaptação aos processos que se davam através da evolução da Formação Sócio-Espacial como um todo. Desse modo, pretende-se a partir de então, trazer autores que trabalharam com este Sistema procurando trazer a contribuição deles para o estudo da temática.

Entende-se que no Sistema Faxinal, os caboclos¹ são a base da formação étnica dos Faxinais, sendo que esta forma de organização que lhes é típica, também foi assimilada pelos imigrantes de origem européia que chegaram à região. Assim, descendentes de poloneses e ucranianos, principalmente, também incorporaram o modo de vida faxinalense, passando a desenvolver atividades nessas comunidades. De acordo com Löwen Sahr e Cunha (2005) estes caboclos vinham desenvolvendo uma forma integrada de uso da terra, baseada na atividade silvo-pastoril comunitária, extração de madeira e produção da erva-mate. Assim, vê-se que esta atividade silvo-pastoril comunitária, nada mais é do que a criação de animais a solta na mata, o que dá a característica de uso comum de terras. O Sistema Faxinal hoje corresponde também a uma modalidade de uso comum de terras, dentre tantas outras que existem no Brasil e no Mundo.

Nos últimos anos, percebe-se um aumento do número de trabalhos sobre o Sistema Faxinal. Resultado disso são as diversas formas como ele tem sido tratado pelos autores, mas que muitas vezes não superam uma visão estanque do sistema, como se ele estivesse congelado no tempo, e todas as outras novas atividades que foram se desenvolvendo na região fossem tentativas de subvertê-lo.

A conceituação de Chang talvez seja a mais utilizada, a mais clássica sobre o Sistema Faxinal, que se encontra muito reproduzida em grande parte dos trabalhos. Segundo essa autora o Sistema Faxinal apresenta os seguintes componentes:

produção animal – criação de animais domésticos para tração e consumo com destaque às espécies eqüina, suína, caprina, bovina e aves; produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para abastecimento familiar e comercialização da parcela excedente, destacando as culturas de milho, feijão, arroz, batata e cebola; coleta de erva-mate – ervais nativos desenvolvidos dentro do criadouro e coletados durante a entressafra das culturas, desempenhando papel de renda complementar (CHANG, 1988, p. 13).

Esses componentes, apesar de muito utilizado para caracterizar os Faxinais, foi estabelecido em um momento específico e para uma realidade distinta. Surgem, assim, alguns problemas que dela decorrem quando a deparamos com a realidade atual das comunidades faxinalenses.

¹ Lavoratti (1998) define caboclo como resultado, em sua grande maioria, da mestiçagem entre índios e brancos. Porém, neste trabalho consideramos também a mestiçagem entre estes grupos mencionados, e os negros.

O conceito de Chang está centrado em três componentes que devem existir no Sistema Faxinal: a criação de animais, a exploração racional de erva-mate e a policultura alimentar de subsistência. Muitas das comunidades faxinalenses já não fazem mais exploração dos ervais nativos, pois essa é uma atividade que foi muito importante em determinado momento da economia da região, mas que hoje já não é tão expressiva devido à entrada de novas atividades que acabaram deslocando o foco de atenção da força de trabalho faxinalense. Outro problema é que muitos dos Faxinais também não desenvolvem a policultura alimentar de subsistência, pois parte das terras destinadas à agricultura já se encontram ocupadas com outras atividades agrícolas como o fumo e a soja, por exemplo.

Estes componentes apresentados por Man Yu Chang, não previam as transformações sócio-espaciais que viriam a ocorrer, sendo que considera o sistema apenas baseado nos componentes apresentados. É uma conceituação que não considera mudanças, e tudo aquilo que desvie desta forma pré-determinada é entendida como maléfica. A autora trabalha muito com a idéia de desagregação do Sistema Faxinal, que só é possível se este for entendido como algo inflexível, que não suporta alterações. Particularmente discordamos desta idéia, pois vemos que a dinâmica espacial é inerente a qualquer formação sócio-espacial, portanto, no caso dos Faxinais, não existe um desaparecimento total do mesmo, mas sim transformações que levam a produção de novos espaços. Um conceito de Sistema Faxinal deve levar isso em conta, mas também se deve estar consciente de que cada momento histórico demanda de um entendimento que seja mais apropriado. Não existe um espaço que permanecerá da mesma forma por toda eternidade, e é com estas idéias de transformações sócio-espaciais que trabalhamos.

No âmbito do Governo do Estado do Paraná, o termo Sistema Faxinal foi definido de acordo com o decreto nº 3.446/97, que em seu artigo 1º e no parágrafo 1º define como sendo:

O sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo das terras para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas (PARANÁ, 1997)

Este decreto estadual estabelece a ARESURs (Área Especial de Uso Regulamentado) que é uma modalidade de unidade de conservação criada para os Faxinais. Essa questão será retomada mais adiante.

O importante, por ora, é notar que este conceito visto no decreto também está de acordo com aquela clássica conceituação de Chang, que centra a definição do sistema baseado na existência dos três componentes. Assim, a policultura alimentar de subsistência e a extração da erva-mate também ocupam lugares centrais nessa forma de entendimento da comunidade.

Mas como se observa com Barreto (2008), a extração e beneficiamento da erva-mate nos Faxinais já não é tão expressiva, pois quando a atuação das indústrias ervateiras se acentuou na região, os faxinalenses passaram a dedicar-se menos a essas atividades. Dessa forma, vemos que esta exploração racional dos ervais nativos não pode ser hoje encarada como fundamental ao se definir o Sistema Faxinal, pois ele não se resume apenas a essa atividade. Barreto continua, ainda, afirmando que as indústrias ervateiras passaram a atuar junto a seus fornecedores, investindo mais no melhoramento dos ervais. Este fato possibilitou a extração da renda da terra, que surge como produto quando os produtores repassam a matéria-prima para as indústrias. Vemos, dessa forma, que a atividade da erva mate que já foi de grande importância para as comunidades faxinalenses, atualmente não ocupa lugar central na economia dos Faxinais.

Se levar em consideração esse processo de desagregação descrito por Chang e por outros autores, observa-se que o Sistema já foi bastante expressivo dentro do contexto do estado do Paraná. De acordo com Marques (2004), ele já esteve presente em cerca de 1/5 do território do Estado do Paraná, e hoje se resume a apenas 44 comunidades espalhadas pela região Centro-Sul Paranaense. A desagregação descrita por esses autores nada mais é do que a idéia de que as transformações pelas quais as comunidades passaram, acabaram causando danos praticamente “irreversíveis” para as comunidades faxinalenses, quando na verdade defendo novamente que estas transformações na realidade produziram novos espaços, novas formas de entender os Faxinais. Não é possível que hoje tenhamos as mesmas comunidades, com a mesma forma de organização que se tinha há duas décadas, ou mais.

No ano de 2005, foi realizado na cidade de Iratí no Paraná, o Primeiro Encontro dos Povos de Faxinais. O evento foi uma tentativa de mobilização das

identidades faxinalenses na luta por reconhecimento e visibilidade. Nos anais do encontro, é trazida uma definição de Sistema Faxinal que toma por base sua forma de organização, supostamente camponesa. Assim, o conceito que é trazido é o seguinte:

Os faxinais são uma forma de organização camponesa com ocorrência na região Centro-Sul do Paraná, onde a ocupação do território social foi determinada pelo uso da terra em comum, apesar da propriedade da terra ser privada. Internamente, o que caracteriza o faxinal e o seu sistema de manejo das criações (soltas) e a presença das cercas separando áreas de lavouras de áreas de criação. Sua formação data do final do século XIX, e atualmente essas comunidades são responsáveis por contribuírem com a manutenção da paisagem florestal nativa do Bioma Floresta com Araucária, e especialmente, com um modo de vida tradicional de suas populações representado por sociabilidade particular, derivadas do uso comum da terra e das relações de parentesco (ANAIS [...], 2005, p. 2

Esta forma de entender nos parece mais apropriada, pois não está tão centrada nas atividades que eram mais significativas no passado, embora fique difícil determinar seu início para fins do século XIX visto que elementos que o caracterizam já são perceptíveis antes disso. Além do que, o direcionamento tomado por muitos dos produtores dificulta sua inserção na característica categoria do *camponês*. A partir de tal abordagem têm-se presente os diferentes espaços de comunidade, que chamamos de elementos do Sistema Faxinal. São eles: o criadouro comunitário, as terras de plantar e as estruturas de cercas e valos. Estes elementos serão melhor estudados a seguir, quando será oportunizado um melhor entendimento sobre cada um deles e como se interagem possibilitando o funcionamento das comunidades faxinalenses.

1.2 Os Elementos do Sistema Faxinal

O Sistema Faxinal encontra-se estruturado de maneira única no espaço paranaense, resultado da interação entre alguns elementos que dão racionalidade e possibilitam o funcionamento das comunidades. Esses elementos atuam de forma integrada, e se um deles falhar ou sofrer algum dano, os demais podem também serem afetados.

Antes de iniciar apresentando os elementos do Sistema Faxinal, é importante dizer que a estrutura de povoamento dessas comunidades também é

diferenciada dentro do cenário do Centro-Sul do Paraná. Nas colônias de migrantes de origem européia (Poloneses, Ucranianos, Alemães, etc.) do Paraná central, por exemplo, a ocupação humana (a casa) é feita nas partes mais elevadas do terreno, junto com a roça, mantendo-se a mata nos fundos dos vales. Nos faxinais esta lógica é contrária, pois a ocupação humana é feita nos fundos de vale, junto à Mata e aos animais criados à solta. Nas partes mais elevadas do terreno situam-se as áreas de roça (MONTEIRO, 2006). Esta forma de ocupação é resultado da lógica de ocupação cabocla, que se expandia seguindo o curso dos rios, junto à mata ciliar. Estas expansões pelos vales dos rios possibilitaram a criação de animais junto à mata que era mantida, não necessitando derrubar a mata para criação de pastos. Essa característica possibilitou a permanência de parte significativa dos recursos florestais, com reflexos nos dias de hoje, já que as áreas de faxinais correspondem às áreas que mantiveram o Bioma da Mata com Araucária em melhor estado de conservação.

Estas especificidades do Sistema Faxinal, quando analisadas sob a ótica da Formação Sócio-Espacial, permite-nos entendê-las como uma forma de adaptação a processos que estavam ocorrendo na região. Vemos isso com Santos (1982), quando nos diz que é preciso definir as especificidades de cada formação, ou seja, aquilo que as distingue das outras. Dessa forma, dentro de cada Formação é preciso entender os elementos particulares como uma fração do todo, bem como o todo reproduzido em uma de suas frações. Apesar dos processos acontecerem dentro da Formação como um todo, esta totalidade será dada pelas frações encontradas em seu interior, bem como estas irão refletir, de certa forma, a totalidade.

Dessa forma, essa estrutura de povoamento típica dos caboclos, somada aos elementos que serão a partir de agora apresentados, possibilitaram a configuração espacial do Sistema Faxinal.

Estes elementos mencionados são: o criadouro comunitário, as terras de plantar e as estruturas de cercas e/ou valos (LÖWEN SAHR e IEGELSKI, 2003) (Figura 2).

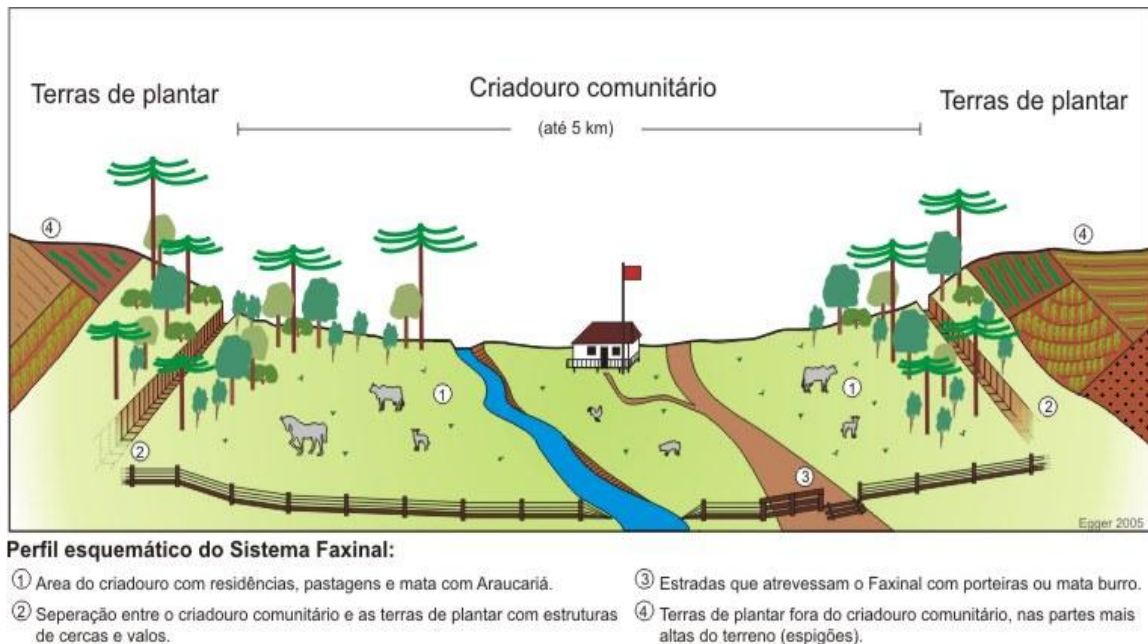


Figura 2 - Perfil Esquemático do Sistema Faxinal
 Fonte: MONTEIRO (2006)
 Org: EGGER (2005)

O *criadouro comunitário* é o espaço de maior convívio dentro da comunidade e se encontra nas partes mais baixas do relevo. Neste espaço pode-se encontrar atividade silvo-pastoril na Mata com Araucária, que geralmente se encontra em bom estado de conservação. As propriedades dentro do criadouro são particulares, mas estão dispostas ao uso coletivo através de laços consuetudinários, permitindo que mesmo aqueles que não possuem terras dentro deste espaço, mas também participam da comunidade, possam ter garantido o seu direito de criar seus animais.

As *terras de plantar* localizam-se nas partes mais elevadas do terreno, nas imediações do criadouro comunitário. São de uso particular de cada morador, e os que não possuem terras ali, geralmente arrendam para conseguir seu auto-consumo, através de uma policultura alimentar de subsistência com comercialização de uma parcela excedente.

O ultimo elemento, as *cercas e/ou valos*, possuem uma importância muito grande dentro da lógica deste sistema. Este elemento permite a separação das terras de plantar do criadouro comunitário, ou seja, separação entre o espaço coletivo e o individual, e se não estiver em bom estado pode vir a gerar conflitos com

animais que eventualmente podem atingir áreas de roça (LÖWEN SAHR e IEGELSKI, 2003).

Esses elementos possibilitam o funcionamento da comunidade enquanto Sistema Faxinal. Se um deles falhar, ou não funcionar direito, pode ocorrer danos à comunidade. Por exemplo, se as cercas estiverem em mal estado de conservação, pode facilitar a passagem dos animais que ficam no criadouro para as terras de plantar, podendo, eventualmente, causar danos nas roças dos faxinalenses. Assim, essas estruturas devem estar em bom estado de conservação para o bom funcionamento do Faxinal, minimizando os problemas que possam gerar conflitos na comunidade.

1.3 Os Povos dos Faxinais enquanto População Tradicional e o Uso Comum de Terras

Esta parte é dedicada à discussão sobre a pertinência, ou não, de entender os Povos de Faxinais enquanto População Tradicional. Para isso, é apresentado, na primeira parte, os conceitos de Populações Tradicionais que serviram de parâmetros para identificação dos Faxinalenses como tal, bem como uma discussão acerca do Uso Comum de Terras que é realizado na grande parte dessas populações. Em seguida é apresentada a figura do faxinalense, um pouco de sua cultura e também a expressividade através do número de famílias e comunidades que aparecem na região Central do Paraná. Por fim, a discussão é com relação ao entendimento dos Povos de Faxinais como População Tradicional, incorporando os elementos que foram discutidos na primeira parte deste sub-capítulo, com aqueles apresentados pelas comunidades faxinalenses.

1.3.1 Populações Tradicionais e Uso Comum de Terras

Os Povos dos Faxinais (também conhecidos por faxinalenses) são hoje reconhecidos pelo poder público como sendo “tradicionais”, dado o seu modo de vida e a forma como se relacionam com o meio natural. Segundo Little (2002), o conceito de População Tradicional diz respeito a um mecanismo que é capaz de juntar fatores em que aparecem: o regime comunal da terra; o sentimento de pertencimento ao lugar ao qual se inserem; a procura por uma autonomia cultural; além de práticas ligadas à sustentabilidade quanto ao uso dos recursos da natureza. Diegues (2001), por sua vez, enumera uma série de elementos que caracterizam as populações tradicionais:

a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; b) conhecimento aprofundado da natureza e dos seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção mercantil possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada a unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas e culturais; h) tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; i) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros-urbanos; j) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p. 87 – 88).

No geral, estes critérios que Diegues define para caracterizar uma população enquanto tradicional dizem respeito à forma como se dá a relação da população com o meio, a sua cultura própria, bem como a sua auto-identificação enquanto população tradicional. Observa-se que possuem valores diferentes, às vezes antagônicos, em comparação com as sociedades urbano-industriais, o que pode vir a gerar interesses divergentes.

Além disso, nem todos os elementos configurados por Diegues conferem, pelo menos atualmente, com o que se caracteriza por população tradicional. Por

exemplo: a ampliação do processo de mercantilização da produção faz com que a acumulação de capital, para estas famílias, não seja tão “reduzida” assim. Do mesmo modo, a modernização na agricultura, como uso maior de meios técnico-científicos faz com que, as tecnologias utilizadas por esse grupo já não sejam tão simples assim, impactando o meio ambiente com maior frequência e profundidade. Isso leva inclusive a uma maior divisão técnica e social do trabalho, cujo artesanal tende a se alterar ou mesmo, conforme a situação ou contexto, desaparecer. Por fim, o poder político também se altera, onde, membros emergentes desta sociedade “tradicional” passam também a se inserir nos meandros do poder local/regional, tornando-se igualmente atores políticos no processo, tanto em benefício da coletividade, quanto de interesses individuais.

A maneira como esses povos se relacionam com o seu meio, revelam uma série de mitos e representações que apontam para a visão do homem como apenas uma força entre tantas outras que atuam na natureza. Estes mitos, denominados de *Bioantropomórficos*, é diferente daqueles criados pela sociedade urbano-industrial, que entende a natureza como sendo intocada, uma coisa alheia ao homem, ou seja, *Neomitos*, segundo argumenta Diegues (2001).

Em 2007 o poder público institui, através do Decreto n. 6040 de 7 de Fevereiro, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Através deste decreto, que entende os Povos Tradicionais como grupos com culturas diferenciadas, possuindo formas particulares de organização social, econômica, cultural, ancestral e religiosa, e que se reconhecem como tal, procura-se promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, buscando garantir seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando as suas identidades e sua forma de organização. Em teoria, uma excelente e marcante medida. Na prática, contudo, pouco ainda se tem sentido a respeito.

Estes Povos Tradicionais possuem formas de organização que lhes são particulares. Em via de regra, o uso comum de terras e recursos é desenvolvido por grande parte de sua população. A forma como encaram os recursos lhes permitem a realização de atividades que, muitas vezes, contrariam a tendência que temos de apropriação privada.

Os bens e recursos naturais foram inicialmente utilizados pelo homem para atender suas necessidades, sem a idéia de propriedade. Os bens que existiam eram

comum e estavam ao alcance de todos que pudessem utilizá-los. Esta situação só começa a mudar quando a sociedade começa se tornar mais complexa, alterando seus valores de outrora. Dessa complexidade que estava se instalando nas sociedades, começa a surgir a noção de direito, principalmente no que se refere ao uso da terra e dos demais bens naturais. Porém esse avanço de novos valores da “civilização” que se instaura, não acaba por completo com as formas de uso comum dos recursos naturais (CAMPOS, 2000). A sociedade, então, vem passando por um processo que altera valores que antes primavam pelo acesso de todos aos recursos disponíveis, e agora cada vez mais no nível de complexidade a que chegamos, esses valores denotam o uso individual destes mesmos recursos.

No caso do Brasil, devemos lembrar que seus primeiros habitantes, os índios, já realizavam o uso comum dos recursos naturais, situação esta que vem se alterando a partir do momento da chegada dos europeus ao território. O regime de distribuição de terras, a partir de então adotado, preza pela doação de Sesmarias àqueles que pudessem aproveitá-las, ou seja, aqueles que já tinham posses, reconhecidas através do número de escravos que dominavam. Destarte, esta distribuição dá margem à grande concentração de terras que veio a gestar o regime latifundiário que temos em grande parte do Brasil.

Os pequenos produtores que não conseguiam ter acesso ao sistema de sesmarias ficavam às margens dos mesmos, muitas vezes utilizando-se de práticas de uso comum da terra, como ocorreu em áreas com contextos específicos. Esta situação veio a ocorrer também junto às grandes propriedades, beneficiando tanto os pequenos produtores com espaços para desenvolverem suas atividades, quanto os próprios latifundiários que podiam mantê-los agregados, e utilizá-los, inclusive, como mão de obra cativa (CAMPOS, 2000).

O Uso comum de Terras, no Brasil e no mundo, se dá através de diferentes modalidades com características específicas que variam de acordo com as especificidades de cada área. Temos, entre estas modalidades, as chamadas *Terras de Preto*, as *Terras de Santo*, *Terras de Índios*, *Comunidades Remanescentes de Quilombolas*, as *Quebradeiras de Côco Babaçu*, as *Comunidades Ribeirinhas*, os *Fundos de Pastos*, entre outras tantas. As comunidades objeto deste estudo, as Comunidades Faxinalenses, ou Sistema Faxinal, é apenas uma destas modalidades, com características específicas que serão levantadas neste trabalho.

No mais, todas elas têm em comum a utilização de terras, ou recursos naturais de forma comunal. Compartilham também da mesma dificuldade histórica de encontrar correspondência formal dentro do ordenamento jurídico que tivemos no Brasil. Estas comunidades sempre foram deixadas de lado, demonstrando uma invisibilidade que sempre lhes foram atribuídas. Um exemplo disso é o fato de que as terras de uso comum jamais foram objeto de inventariamentos ou levantamentos estatísticos por colidirem com os dispositivos jurídicos legais (ALMEIDA, 2006).

As bases do direito que rege as dinâmicas internas das comunidades são fruto dos costumes historicamente determinados por estes grupos. Thompson (1998) diz que os costumes são produzidos e criados entre pessoas comuns, e por isso devem ser entendidos como vulgares, que por essa razão é chamado de *vulgaris consuetudines*. Estes costumes não são registrados em regulamentos e permeia crenças não escritas, normas sociológicas e usos que são garantidos na prática. Pertence, segundo o mesmo autor, à prática da tradição oral (THOMPSON, 1998).

Por não se basearem em normas escritas e amplamente legitimadas, é que se têm freqüentes conflitos com normas estabelecidas pelo âmbito legal do ordenamento jurídico vigente. Estes, por sua vez, são instrumentos de grupos detentores do poder e que não possuem estratégias voltadas à manutenção e melhoria das condições destas modalidades de uso comum de terras.

As áreas de uso comum foram, ao longo do tempo, desacreditadas. Podemos ver isto através das idéias desenvolvidas por Garret Hardin acerca da “Tragédia dos Comuns”. Segundo ele, estas áreas utilizadas de forma comum estariam designadas à super-exploração, já que não haveria a apropriação individual que justificaria, então, um melhor cuidado com a terra e com os recursos. Hardin defendia a idéia de que as populações que utilizavam terras e bens comuns eram desprovidos de bom senso. Mas, ao longo do tempo e do espaço, defende Thompson (1998), as populações desenvolveram uma variedade de instituições e sanções que impuseram restrições e limites ao uso comunal.

Historicamente estas comunidades que desenvolviam o uso comum de recursos estiveram à margem de alternativas tidas como mais viáveis. Muitos eram os que acreditavam que o avanço das relações de produção capitalista no campo viria a causar o desaparecimento das comunidades que assim se organizavam. Porém, essa realidade teve uma causa contrária do que era esperado, fazendo com que este avanço forçasse essas comunidades tradicionais a reafirmarem suas

identidades na luta por um reconhecimento formal. Dessa forma, estas modalidades que pareciam estar designadas a desaparecerem, tomam novo fôlego através da luta por direitos e reconhecimento, dando uma nova cara aos movimentos sociais.

Desde a década de 1970, estes movimentos sociais começam a se consolidar, e as lutas escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical. Começam a ser incorporados fatores étnicos, ecológicos e critérios de autodefinição coletiva, na luta por permanência, visibilidade e reconhecimento formal (ALMEIDA, 2006).

Temos a categoria *Populações Tradicionais* cada vez mais tomando nova forma e significado. Ela aparece cada vez menos ligada ao quadro natural ao qual se inserem, e à idéia de “sujeitos biologizados”, para estar mais próxima da idéia de agentes sociais que assim se autodefinem.

Apesar destes movimentos de reafirmação de identidades coletivas na luta por visibilidade e reconhecimento, ainda permanece o impasse no estabelecimento destas terras tradicionalmente ocupadas. A efetivação dos dispositivos legais que foram conseguidos através de muitas lutas, encontram dificuldade de efetivação, esbarrando no aparelho burocrático-administrativo do Estado, que como já mencionado, serve a interesses de classes que historicamente monopolizaram o acesso à terra (ALMEIDA, 2006).

Estes novos movimentos sociais prevêm uma política de identidades na busca por territorialidades específicas, onde se busca realizar sua maneira de ser para assegurar sua reprodução física e social. As “Terras Tradicionalmente Ocupadas” são dotadas de uma complexidade de formas de uso comum que, embora agrupadas em uma única categoria, não aparecem compostas por uma homegeinização jurídica (ALMEIDA, 2006). Estes movimentos, quando se referem ao sujeito que está em ação, não o fazem atrelado ao termo *camponês*, que é geralmente utilizado. São dotados de uma multiplicidade de categorias que, então, rompe com o significado do termo *camponês* ou *trabalhador rural*, passando a incorporar identidades de grupos como quilombolas, seringueiros, quebradeiras de côco, faxinalenses, entre outros (ALMEIDA, 2006).

1.3.2 Os Faxinalenses no Cenário Paranaense.

As comunidades faxinalenses, como mencionado anteriormente, caracterizam-se por formas de organização sócio-econômica encontradas na região Centro-Sul do Paraná. A população que mora nestas comunidades também se destaca por sua forma de vida particular, criando uma cultura própria que muitas vezes vem de um misto de outras culturas e de influências diversas. Esta forma *cabocla* de organização foi assimilada não só por seus descendentes, mas também por outros povos que chegavam à região, lançando as bases para a formação de uma sociedade e cultura peculiar

Nota-se que a figura do *caboclo* é bastante marcante nas comunidades faxinalenses, muitas vezes sendo entendida também como forma de organização cabocla na região da Mata com Araucária no Paraná. Em sua grande maioria, fazem parte da mestiçagem entre europeus, mais especificamente portugueses e espanhóis em menor parte, índios, e negros que vieram para serem escravos. Nota-se que a relação dos faxinalenses com a mata é de um grande respeito, onde há uma preocupação em mantê-la em bom estado de conservação, podendo esta ser uma herança da maneira como os índios, e mesmo os africanos, com ela se relacionavam.

De acordo com Chang (1988), a vinda de imigrantes europeus para o Sul do Brasil foi incentivada, e o Paraná não ficou de fora. A imigração teve seu auge entre o final do século XIX e início do século XX, onde o Paraná passou a receber um considerável contingente de poloneses que se dirigiam principalmente para o vale do rio Iguaçu, onde já se encontrava também importante população negra composta principalmente por ex-escravos. Tal imigração visava, dentro dos interesses políticos e econômicos da época, compensar o atraso que se tinha no campo brasileiro, mas aconteceu que no Paraná muitos destes imigrantes acabaram assimilando a forma de vida dos caboclos, muitas vezes se inserindo nas comunidades caboclas (como nos Faxinais). Dessa forma, o imigrante europeu passa também a ser um elemento importante dentro da lógica do Sistema Faxinal. A própria cultura local passa então a sofrer influências diversas, resultado das contribuições que imigrantes e “nativos” deram para sua configuração.

Ainda hoje os faxinalenses utilizam-se de muitas técnicas vistas como atrasadas. Fazem uso, por exemplo, da rotação de terras, da roça de toco e de

queimadas, que são mal vistas por aqueles que pregam uma agricultura mais moderna e de alta produtividade. Assim, tem-se uma constante pressão sobre estas comunidades para que adotem uma forma de produção agrícola que esteja mais ligada ao mercado.

Dessa forma, como vemos em Marques (2004), existem hoje um total de 44 faxinais em funcionamento no Estado do Paraná. Estes, por sua vez, localizam-se em 16 municípios onde se encontra o bioma Mata com Araucária. O número total de famílias moradoras em comunidades faxinalenses perfazem 3.454 famílias, numa área de 9.515 hectares. Estes números revelam que os povos de Faxinal representam uma população considerável dentro da região do bioma da Mata com Araucária. O Quadro 1, dá uma noção das comunidades existentes em cada município, bem como o número de famílias que habitam a comunidade e a sua área total do criadouro comunitário.

Município	Comunidade	Nº de Famílias	Área do Criadouro (há)
Prudentópolis	Tijuco-Prego	400	2.066
	Paraná-Anta Gorda	97	252
	Ivaí Anta Gorda	50	726
	Marcondes	100	600
	Barra Bonita	200	1144
	Taboãozinho	86	363
	Cachoeira do Palmital	57	195
	Guanabara	43	72
	Papanduva de Baixo	130	1340
	Rio do Meio	85	-
	Rio Bonito	7	-
Rebouças	Marmeleiro de Baixo	250	433
	Salto	56	132
	Barro Branco	97	493
	Marmeleiro de Cima	63	60
	Barrerinho dos Beltrão	10	-
Mandirituba	Espigão/ Meleiro	120	800
	Avencal/Barroco	65	250
	Lagoa dos Ferreiras	75	180
	Tronco/Ilha	90	600
	Campestre Paulas	85	350
Rio Azul	Lageado dos Melos	35	236
	Taquari	95	221
	Água Quente dos	50	215
	Meiras		

	Rio Azul dos Soares	50	367
Iratí	Faxinal dos Melos	40	400
	Rio do Couro	70	586
	Itaparã	70	121
Quitandinha	Água Clara de Baixo	250	97
	São Gabrie	45	60
Inácio Martins	Mansani	27	474
	São Miguel	50	100
Boa Ventura do São Roque	Faxinal dos Krüger	45	532
	Sítio Viana	10	-
São Mateus do Sul	Manduri	10	40
	Emboque	40	46
Turvo	Saudade de Santa Anita	80	738
	Carriel	50	120
Pinhão	São Roquinho	13	18
Mallet	Lageado de Baixo	12	65
Ponta Grossa	Sete Saltos de Baixo	56	180
Ipiranga	Barreiro	4	12
Imbaú	Faxinal dos Betin	35	30
Antônio Olinto	Água Amarela de Cima	151	1200
Total	44	3454	15915

- Dados não disponíveis

Quadro 1: Localização e dimensionamento das terras e povos de Faxinais no Paraná

Fonte: EMATER (2003)

Org. LÖWEN SAHR, (2005).

Hoje o número de Faxinalenses é bem menor do que foi no passado, pois muitas comunidades que antes funcionavam como tal, hoje já não têm nos três elementos a base de sua organização. Por esse motivo, e por outros mais, eles hoje são consideradas populações tradicionais, como veremos a seguir.

1.3.3 Os Povos de Faxinais são Populações Tradicionais?

A questão que se procura levantar aqui é a respeito do reconhecimento dos povos de faxinais enquanto populações tradicionais. Segundo Diegues (2001), quando se fala em populações tradicionais, deve-se estar implícito o papel preponderante de sua cultura e de sua relação com a natureza. A existência de regimes comuns de propriedade nas comunidades tradicionais é um fator a ser

levado em consideração ao estudarmos populações tradicionais, além do sentimento de pertencimento a um local, junto com a procura de uma autonomia cultural e de praticas sustentáveis (LITTLE, 2005).

Os critérios levantados por Diegues (2001), mencionados anteriormente no trabalho, levam muito em consideração a relação única destas comunidades com a natureza, bem como a idéia de pertencimento e identidade ao local.

Sabe-se, então, que as comunidades faxinalenses possuem uma forma muito própria de se organizar no espaço. A maneira como os elementos estão dispostos no espaço revelam uma maneira de organização em que uma das preocupações centrais é o respeito aos ciclos da natureza. Dentro do criadouro comunitário, desenvolve-se uma atividade de caráter silvo-pastoril, onde os animais são criados entre a mata, buscando recursos do local. Nestas áreas, as propriedades são privadas, mas estão dispostas ao uso comum, o que pode vir a caracterizar a figura jurídica do compáscuo². Essa criação de animais na mata é uma atividade de baixo impacto para o bioma, uma vez que não é necessário alterá-lo para a abertura de áreas de pastagem.

Outro elemento que pode ser levantado é em relação ao desenvolvimento de uma agricultura de subsistência. Nas comunidades mais isoladas, nas áreas de plantar onde as propriedades são privadas, seu uso destina-se fundamentalmente ao atendimento das necessidades das famílias e de complemento aos animais, sendo que apenas um pequeno excedente é comercializado (LÖWEN SAHR, 2005). A forma de trabalho, ou seja, as técnicas agrícolas e os instrumentos também são tradicionais. Utiliza-se para o plantio a enxada, o arado e a tração animal. A produção ainda é conduzida nas costas pelos agricultores, ou através de mulas ou carroças (LÖWEN SAHR, 2005).

Com a expansão da agricultura moderna por todo o Paraná, o estado sofreu muito com o desmatamento e com a vinculação desses agricultores a empresas de agronegócios. Porém, nota-se que a região onde se encontra os Faxinais, foi a que mais conseguiu manter a mata nativa conservada, principalmente na área do

² Na legislação brasileira o compáscuo aparece no Código Civil de 1916, refletindo, em parte, o disposto no Código Civil português de 1867. Segundo Caio M. de S. Pereira (1968) o compáscuo significa “a utilização em comum de pradarias, campos ou terrenos de qualquer espécie para pastagem com gado pertencente à proprietários diversos”. Pelo Código Civil (1916), percebe-se seis diferentes formas de compáscuo, sendo que a que mais se caracteriza com o faxinal é o compáscuo-condomínio que é a comunhão entre indivíduos para utilização de pastos cuja propriedade lhes pertença.

criadouro comunitário, onde os faxinalenses desempenham a maior parte de sua vivência social, e também destes com a mata. O extrativismo do mate, e da madeira da Araucária para construção civil, causou um baixo impacto para a Mata se compararmos às áreas por onde avançaram novas atividades agrícolas.

Também como apontado anteriormente, os faxinalenses possuem uma cultura própria, resultado da miscigenação entre indígenas, negros e brancos de origem europeia. Da contribuição dada por essa população, surgiu a cultura faxinalense, uma cultura que teve no hibridismo a sua base de formação.

Durante a realização do I Encontro dos Povos Faxinalenses no ano de 2005, foram levantadas algumas questões acerca dos elementos de auto-identificação levantados pelos próprios faxinalenses (Quadro 2).

Elementos de Identificação
<ul style="list-style-type: none"> • Associam a pecuária, a agricultura e o extrativismo, num sistema singular • Partilham o chão, ou seja, as terras do criadouro são de uso comum • Criam de forma coletiva animais de pequeno e grande porte soltos e misturados • Praticam uma agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais (enxada, tração animal) • Partilham as sementes, criações, produtos através de trocas • Praticam uma cultura de extrativismo (erva-mate, madeira, pinhão) • Desenvolvem uma atividade agroflorestal e prezam pela conservação da biodiversidade • Possuem uma forte convivência e integração com o meio ambiente • Possuem uma história e uma cultura própria • Preservam e respeitam as suas tradições, os seus costumes e a sua cultura (festas, rezas) • Praticam uma religiosidade popular • Apresentam uma vida comunitária, solidária e de união • Integram em sua convivência famílias com terra e famílias que não tem terra • Possuem normas e fazem acordos baseados na cultura e tradição • Trabalham de forma solidária em Multirões/Puxirões • Partilham os bens, os serviços e os conhecimentos • Lutam pela sobrevivência • Possuem alegria de viver, amor a natureza, liberdade, esperança, confiança e união.

Quadro 2 – Elementos de auto-identificação dos Faxinalenses enquanto Populações Tradicionais
 Fonte: I Encontro dos Povos Faxinalenses (2005)
 Org: LÖWEN SAHR (2005)

Estes elementos foram levantados e definidos pelos próprios faxinalenses na oportunidade do Encontro. Nota-se que eles entendem que vivem de uma maneira singular, mas que não aceitam a idéia da vinculação comum que se faz entre populações tradicionais com a idéia de populações atrasadas.

Ressalta-se, contudo, que muitos dos elementos configurados não só denotam uma visão um tanto “romântica” e perfeita da realidade, quanto, não conferem com a realidade posta, no mínimo, com a realidade dos tempos atuais. Em primeiro lugar, vários faxinalenses superam a mera prática de “agricultor de subsistência”, cujos instrumentos de trabalho vão além da tradicional enxada e tração animal. Segundo, embora partilhem sementes, criações ou produtos via troca, não significa que isso ocorre entre todos indiscriminadamente. Há também que se questionar a continuidade, por todos, da prática do extrativismo, da convivência e integração ambiental e, da história e cultura própria. Por fim, a “luta pela sobrevivência” é uma característica de grande parte das populações rurais e urbanas, tradicionais ou não, como o são igualmente, elementos como a alegria de viver, liberdade, esperança, entre outros.

Considerando que os Povos de Faxinais apresentam alguns dos elementos mencionados pelos autores que desenvolvem sobre a questão, eles podem ser entendidos como População Tradicional, que, também sofreram com a invisibilidade que sempre caracterizou as chamadas Populações Tradicionais, estando igualmente às margens do ordenamento jurídico formal, apesar do reconhecimento no Decreto Estadual nº 3.446/97 (PARANÁ, 1997). Assim, a realização do I Encontro dos Povos de Faxinais possibilitou aos faxinalenses almejarem a compreensão e o entendimento como um grupo diferenciado, que se organiza de forma também diferenciada e que tem direitos que devem ser garantidos. Os elementos de auto-identificação apresentados no quadro organizado no encontro de 2005 mostram que os Faxinalenses se entendem, então, como população tradicional, mobilizando esta identidade na luta por reconhecimento e na resistência às outras lógicas que vêm avançando na região.

A oportunidade da realização do I Encontro dos Povos de Faxinais foi um evento importante para estabelecer articulações entre as comunidades faxinalenses e seus representantes. Porém a discussão sobre a construção de uma identidade partilhada pelos faxinalenses precisa ainda avançar.

O Sistema Faxinal, enquanto inserido dentro de uma Formação Sócio-Espacial específica, tenderá a evoluir de acordo com nuances próprias que se adaptam aos processos gerais que ocorrem na região. Dessa forma, como aponta Santos (1982), a diferença entre os lugares seria o resultado da forma como se dá o arranjo espacial dos modos de produção particulares. Se partirmos desse ponto de vista, podemos entender que o Sistema Faxinal, apesar de possuir uma forma de organização sócio-espacial típica, está inserido dentro de uma Formação que irá influenciar na sua evolução, podendo ora ser favorável a esta forma de organização, e ora se caracterizar como uma ameaça. Assim, o espaço e sua componente social, no caso os faxinalenses, não permanecem imutáveis, o que torna difícil pretender que eles continuem a se organizar e se entender da mesma forma como faziam antes.

Assim, no próximo capítulo inicia-se a discussão sobre o processo que deram origem e possibilitaram as transformações do Sistema Faxinal, dando ênfase ao processo de ocupação da região central do Paraná, e de seu desenvolvimento ao longo das atividades econômicas que lá se desenrolaram.

2. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SISTEMA FAXINAL

A idéia deste capítulo é trazer uma discussão com relação à ocupação da região central do Paraná, buscando articulá-la com o aparecimento e as conseqüentes transformações que foram tomando lugar nos Faxinais. Buscou-se apoio na literatura através de trabalhos que discutem os momentos econômicos e os processos que levam às etapas na ocupação do território paranaense, em particular à região Centro-Sul do estado. Assim, primeiramente busca-se discutir o processo que foi configurando o cenário da ocupação no território paranaense. Neste primeiro momento, parte-se da idéia de um vazio demográfico que se tinha, passando pelas várias incursões em território paranaense, até chegar ao período atual de ocupação. Com isso, a preocupação seguinte é com relação à origem do Sistema Faxinal dentro deste contexto. Então, o terceiro sub-capítulo tem a intenção de mostrar como as atividades econômicas que se desenvolveram na região transformaram o espaço do Sistema Faxinal como uma forma de adaptação às novas necessidades. Por ultimo, a discussão centrar-se-á na cultura faxinalense enquanto elemento de organização espacial.

A idéia de Formação Sócio-Espacial, principalmente a respeito da evolução diferencial das sociedades com relação ao seu quadro próprio e com as forças externas que se fazem presentes (SANTOS, 1982), deve permear o entendimento do processo de ocupação da região como momentos historicamente determinados que foram se ajustando para configuração do espaço regional.

2.1 O Processo de Ocupação no Paraná Central

O processo de ocupação da atual região Centro-Sul do Paraná é uma das discussões centrais que pretendemos aqui estabelecer. Procuraremos trazer os elementos que estiveram presentes em cada momento, configurando o cenário da ocupação do território paranaense. Para Sereni (1976), a categoria marxista de Formação Econômica e Social – que deu origem à categoria de Formação Espacial de Santos (1982) – permite a apreensão da unidade e da totalidade de esferas como

a econômica, social, política e cultural no movimento de desenvolvimento histórico de uma determinada sociedade. Assim, Formação Sócio-Espacial nos parece pertinente ao entendimento das etapas que levaram à configuração do espaço que pretendemos estudar, e como este vem evoluindo historicamente e se ajustando às necessidades de cada tempo.

Para tanto, busca-se apoio na idéia de que a categoria de Formação Sócio-Espacial nos permita entender estes processos que são específicos desta área, desta sociedade histórica e espacialmente determinada. Como diz Gerratana (apud SANTOS, 1982), este conceito é supérfluo para quem se ocupa da sociedade em geral.

Inicialmente, devemos mostrar que história do Paraná, na literatura de modo geral, parece começar com a chegada dos primeiros desbravadores europeus. Os livros de história regional do Paraná têm uma forte inclinação em desconsiderar a ocupação do Paraná por populações indígenas, como se elas não habitassem a região antes mesmo da chegada dos primeiros exploradores no território do atual estado.

Mota (1994) mostra em seu livro que muitos viajantes já reportavam o aparecimento de indígenas na região onde se iniciavam as primeiras explorações. Segundo ele:

...conforme relatos dos viajantes, relatórios de expedições militares, científicas e governamentais e ofícios de burocracia governamental, os índios estavam presentes em todas as partes do Estado. Essas evidências contrariam a idéia de um Paraná desabitado. Contrariam a construção do vazio demográfico que apagou da história regional a presença indígena. (MOTA, 1994, p. 63)

Então, como mostra o autor, a presença indígena na região tem sido ignorada a favor da construção de um vazio demográfico. Essa neutralização pode ser causada pela não presença, até então, do homem civilizado, já que os índios eram entendidos apenas como selvagens.

Mota (1994) afirma ainda que a presença indígena no que é hoje o atual Estado do Paraná remonta à pré-história. Datações de escavações têm mostrado que a presença indígena nas margens do Rio Ivaí, nas margens do Rio Paraná e, ainda, na região Centro-Leste do Estado, próximo a Vila Velha, datam de

aproximadamente oito mil anos de idade. Então, essa ocupação humana já havia começado bem antes dos primeiros exploradores na região, porém esses povos permaneceram na obscuridade por, talvez, não terem construídos grandes civilizações, assim como os outros povos pré-colombianos, mas, principalmente, em decorrência do processo de ocupação territorial e interesses econômicos por parte dos colonizadores europeus.

Os recursos naturais existentes também possibilitaram a presença indígena na região em estudo, pois

a região compreendida no quadrilátero formado pelos rios Tibagi a leste, Paraná a oeste, Iguaçu ao sul e Paranapanema ao norte é uma grande área de terras férteis cortada por centenas de rios e riachos, rica em animais e árvores frutíferas. Ela já se encontrava habitada por milhares de índios antes da chegada do branco europeu ao continente. (MOTA, 1994,p.66)]

A presença indígena é marcada pelos vestígios deixados por eles tanto de sua cultura lítica lascada, cerâmica, quanto de sua cultura religiosa através dos restos mortais que foram encontrados. Há ainda que se considerar o toponímia e a gastronomia, que permanecem até hoje absorvidos pelas populações de origem européia e pelos de origem africana que para cá vieram como escravos.

No século XVI, o território que era antes habitado apenas por indígenas, começa também a receber expedições de reconhecimento por parte dos europeus que começaram a cruzá-lo e vasculhá-lo. Começam a aparecer os primeiros viajantes, aventureiros à caça do ouro ou pedras preciosas, padres jesuítas que buscavam catequizar os índios, e até mesmo bandeirantes paulistas que vinham caçar os índios (MOTA, 1994).

Em 1542, o espanhol Alvaro Nunes Cabeça de Vaca, que seria mais tarde o futuro governador da Província do Prata, vem da Espanha e desembarca na Ilha de Santa Catarina, de onde começa a empreender uma viagem pelo interior do Brasil com destino à Villa de Nossa Senhora de Assunción, capital da província espanhola do Prata. Nessa viagem, Cabeça de Vaca entra em contato com uma grande quantidade de habitantes da região. Apenas dez anos mais tarde outro europeu cruza o território Guarani, mas desta vez no sentido contrário, pois sai de Assunción e vai até o porto de São Vicente, em São Paulo. O Alemão Ulrich Schimidel atravessou o Guayrá no ano de 1553, e o fez através do antigo caminho do Peabirú,

que partia de São Vicente, no Atlântico, até a costa do Pacífico, em alguns pontos do Império Inca, na região do Peru. O caminho pré-colombiano do Peabirú possuía uma extensão total de 1400 km e servia de caminho para que os povos que habitavam o interior do continente pudessem alcançar o mar. Esse caminho era muito conhecido pelos indígenas que ainda, muitas vezes, o indicavam para os viajantes (MOTA, 1994).

Após a segunda metade do século XVI, os espanhóis começam efetivamente a investir na ocupação do território. O quadrilátero demarcado pelos rios Tibagi, Paranapanema, Iguaçu e Paraná, foi o local onde se desenvolveram várias reduções jesuíticas de origem espanhola durante os séculos XVI e XVII. Seu apogeu data do período de 1620 a 1640, quando o Guayrá chegou a contar com até 17 reduções jesuíticas, abrigando mais de 200 mil índios guaranis (MOTA, 1994).

A partir deste momento, a região começa a ser palco de seguidas lutas entre guaranis e bandeirantes paulistas. Estes invadiam a região em busca de índios para preação. Nesses confrontos, a população indígena da região saiu dizimada, reduzindo significativamente em número total. Esta região também foi palco de sangrentas lutas entre os índios e os espanhóis que buscavam mão de obra para as “incomiendas”, e ainda palco de confronto entre jesuítas e as tribos que não se dispunham a ser evangelizadas (MOTA, 1994). Nota-se que este território guaireño, região que ocupa hoje grande parte do estado do Paraná, foi uma região de intensos conflitos empreendidos por agentes com estratégias diferentes, tanto para a região, quanto para os índios que acabavam ficando no meio desta disputa.

A ação dos bandeirantes vindos de São Paulo foi fulminante na região, principalmente sobre as reduções jesuíticas. Não restou praticamente nada dessas reduções, apenas ruínas que foram sendo recobertas pela mata com o passar do tempo. Desapareceram os vestígios das grandes cidades guaranis junto com o quase desaparecimento dos duzentos mil guaranis que habitavam a região.

Alguns índios que restaram tomaram outros rumos, alguns deles migraram para o sul formando, junto com outras tribos, os Sete Povos das Missões que ainda continuaram a resistir aos ataques dos bandeirantes durante os séculos XVII e XVIII. Outra parte foi levada como prisioneira para São Paulo, de onde posteriormente parte se dispersou. Uma outra parte atravessou o Paraná a poente e emigrou para terras paraguaias e mato-grossenses procurando manter-se afastados dos ataques dos caçadores de índios. Algumas tribos ainda continuaram a viver embrenhadas

nas matas guairenhas procurando sobreviver, porém resistindo a novas investidas dos caçadores de índios de São Paulo (MOTA, 1994).

A presença Guarani no território do atual Estado do Paraná foi, através desses conflitos, diminuída significativamente. Essa situação durou até a primeira metade do século XVIII, quando outras tribos começavam a ocupar a região. Esses novos ocupantes faziam parte do chamado grupo Jê, inaugurando uma nova etapa na saga da presença e resistência indígena no Paraná.

A presença dos Kaingangs (do Grupo Jê) se dá numa grande extensão do território que vai desde o Rio Grande, na divisa entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, até os campos ao sul do Rio Uruguai, já no território do Estado do Rio Grande do Sul. A leste, seus limites encontram-se nas vertentes orientais da Serra do Mar, e a oeste nas barrancas do rio Paraná.

Apesar desta grande abrangência da ocupação Kaingang, e do número crescente de população, esses índios não despertavam interesses como mão de obra escrava. Mota (1994) afirma que esse desinteresse pelos Kaingangs se dava pelo fato de serem mais ariscos e menos numerosos que outros estoques humanos que haviam em outros locais. Também por possuírem, nas palavras do autor, a língua travada e não conhecerem outro tipo de agricultura que não a rudimentar com a qual estavam acostumados. Esses índios viviam embrenhados nas matas, principalmente nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Eram por muitos conhecidos como Guainá, Bugres ou Botocudos, de língua Kaingáng. Alguns deles habitavam as margens das matas, pois haviam sido subjugados pelos criadores de gados que começavam a aparecer na região vindos do sul. Sobreviviam, grande parte, nos capões das matas desde os Campos de Guarapuava, Ivahy e Palmas, até o Rio Grande do Sul (MOTA, 1994).

A presença indígena na região, até então, configurava-se da seguinte maneira:

Podia-se afirmar que os indígenas do litoral eram todos Guaranis e Tupis, predominando estes no primeiro planalto e nos Campos Gerais. Em grande parte do extremo Noroeste haviam tribos Tupis e Guaranis (Caiuás, etc.) e tribos tapuias (coroados, etc.). Às tribos que habitavam os Campos de Guarapuava e que foram quase todas (porque poucas se submeteram) recalcados para os sertões, eram as dos Camés, Xocréns, Dorins (Guaranis degradados, quase tapuias) etc. Em quase todo o alto Tibagi estanciavam umas hordas que se conhecia pelo nome de Caingangues. Para o extremo sudoeste, pelo menos as tribos predominantes eram tapuias, não sendo,

entretanto, para estranhar que mesmo por ali se encontrarem Guaranis e até puros Tupis dos que fugiram à conquista (POMBO, 1980, p. 54, 55)

O território Paranaense estava, na época, organizado através de dois municípios, sendo que o de Curitiba era o que abrangia maior área. Abrangia todo o território central até o rio Paraná. Nos primórdios Curitiba sofreu com o isolamento, pois a comunicação com São Paulo, tanto pelo interior, quanto pelo mar, não era eficiente. Essa situação também não impediu que os primeiros povoadores não tivessem atribuído grandes esforços na exploração de muitos pontos do município (POMBO, 1980). Parece que esses exploradores, além do interesse que os guiavam na exploração de novas áreas, também tinham o gosto pela aventura, pelas surpresas que surgiam a cada expedição que buscavam desvendar os campos e as florestas que se estendiam por todos os rumos.

O principal fator que motivava essas aventuras sertão adentro era a possibilidade de apropriação de vastas extensões de campos. Além desses exploradores, muitos padres jesuítas também tomaram posses de extensões de terras na região. Na verdade foram eles quem mais posse fizeram por ali, como também em todos os pontos onde assentavam tendas. Pombo (1980) afirma ainda que nos princípios do século XX ainda eram encontrados em diversas partes do Planalto de Curitiba muitos dos marcos de pedra onde os jesuítas assinalavam as posses que iam fazendo.

Os caminhos que adentravam o sertão eram ainda precários, porém a comunicação de São Vicente com o Sul ainda se dava através deles. Esses caminhos quase sempre obedeciam aos traçados dos campos, evitando o máximo possível as matas. A razão disso reside no fato de que as matas, além de apresentarem maior dificuldade na conservação dos caminhos, também mostrava-se hostil pela possibilidade de sofrerem emboscadas e assaltos por parte dos índios que viviam nelas, sendo que os Campos permaneceram como áreas mais atrativas.

De meados a fins do século XVII, temos o município de Curitiba em boa parte conhecido na parte oriental, sendo que em diversos pontos do primeiro e do segundo planalto já haviam princípios de povoações como o Iapó (logo vila de Castro em 1778), Pitanguí, Santa Cruz, Furnas, Tauá, Lapa, Ferraria, entre outros. Havia também muitos bairros a Noroeste de Curitiba, além de numerosas fazendas e sítios nas imediações desses primeiros núcleos (POMBO, 1980)

No início do século XVIII, também é descoberto ouro no interior de Minas Gerais, o que deu início a um grande movimento migratório para a região. Essa nova atividade que surgia em Minas Gerais geraria um grande impacto sobre organização do território nacional, bem como do sul do Brasil, inaugurando uma nova fase no processo de povoamento da região (STRAFORINI, 2001). Em pouco tempo, essas regiões mineradoras receberam muitas pessoas que se dirigiam para lá, fazendo com que a região apresentasse uma grande concentração populacional.

Essa grande densidade demográfica que a região começava a apresentar teve como primeira consequência a crise no abastecimento interno de alimentos. Com esse interesse generalizado pela atividade mineradora, a prática da agricultura de subsistência não tinha lugar. Outra consequência é que a exploração máxima dos recursos minerais exigia meios de transportes que eram, até então, rudimentares, caro e pouco eficiente, feito por escravos negros e índios. Então, com essa necessidade de transporte, a preação de índios parece ser um bom negócio para os que se encontravam às margens das atividades mineradoras.

Esta questão da preação dos índios, como apontado anteriormente, teve grandes implicações nas terras que compreendiam o território guairenho. Mas com o crescimento da atividade mineradora, o elemento humano (índio e negro) não era suficiente para atender a demanda de transporte das mercadorias do interior para o litoral e vice-versa. Tornava-se cada vez mais dispendioso, já que a quantidade de escravos era cada vez maior e o preço deles estava muito alto (STRAFORINI, 2001). Com a inviabilidade de utilização do trabalho humano no transporte, dentro de uma lógica de mercado, a idéia era encontrar alternativas que pudessem baratear os custos.

Surgiu, então, a necessidade de um meio de transporte que pudesse atender a demanda de importação e exportação das mercadorias. Os muares encontrados nos campos sulinos e ignorados por anos parecia ser uma alternativa ao transporte de mercadorias das minas. Esses foram introduzidos pelos jesuítas, mas viviam já em condição selvagem já que as reduções haviam sido praticamente exterminadas. Iniciaria, então, nesse momento a captura, criação e comercialização do gado muar, cavalar e vacuum.

Com essa questão, têm-se início a atividade tropeira no sul do Brasil. Essa viria a causar grandes impactos no processo de ocupação da região, na configuração espacial e também na construção do patrimônio cultural dessas áreas.

Em 1728, Francisco de Souza, a pedido do Governador da Capitania de São Paulo, parte de Viamão, chegando até os campos de Pinhais, local onde encontra grande quantidade de gado. Seguindo mais, Souza chegou a Curitiba em 1730 “fazendo nascer o longo caminho de São Paulo ao Viamão – simplificadaamente, Caminho de Viamão – incorporado ao antigo trecho Sorocaba – Curitiba (STRAFORINI, 2001). Essa estrada também obedecia, sobretudo, as condições naturais, visando o menor desgaste possível do mular.

A abertura da estrada do Viamão serviu também a interesses políticos e estratégicos, além do econômico, pois proporcionava a ligação de São Paulo com interior do continente, possibilitando o povoamento e posse das terras do Brasil Meridional (RODERJAN, 1992).

Outro caminho utilizado pelos tropeiros foi a Estrada das Missões. Com a escassez de muares nos campos que ficavam mais próximos ao litoral, os tropeiros resolveram virar à esquerda na altura de Lages, seguindo uma linha oblíqua do planalto até atingir a região antes ocupada pelas Missões, passando por Vacaria, Passo Fundo, Cruz Alta e Santiago, chegando até as regiões fornecedoras de muares. O rumo das Missões, já estava praticamente estabelecido, mas é a partir de 1847 que a estrada das Missões nasceu oferecendo maiores condições aos viajantes. Na altura de Ponta Grossa, essa nova estrada deixa o eixo tradicional do Viamão e parte no sentido para o território das antigas Missões.

A atividade tropeira que vinha se desenvolvendo também contava com uma divisão social do trabalho, conforme menciona Straforini.

O dono da tropa era o que levava boa parte dos lucros, pois os condutores, camaradas, cozinheiros e aprendizes, quando assalariados, com certeza não recebiam grandes quantias de dinheiro, além de terem tarefas bem definidas. Essa imensa massa proletariada de peões só participava da riqueza gerada mediante a comida e o mísero salário daqueles tempos. Eram os que mais se arriscavam e os que menos ganhavam (MATTOS apud STRAFORINI, 1984, p. 24).

A diferenciação também se dava em cada região. Alerta o mesmo autor que cabia aos gaúchos a criação dos animais, aos paranaenses o aluguel dos campos para os pousos de tropas, além de possuírem também campos criatórios, e aos paulistas a comercialização em feiras realizadas em Sorocaba, pois era a partir

desse ponto que os animais eram distribuídos para todas as regiões ligadas à economia mineira³.

Os animais transportados durante o percurso eram “xucros”, ou seja, praticamente selvagens. Para domesticá-los haviam fazendas especializadas nesse trabalho que se localizavam nas proximidades da feira de Sorocaba. Existiam em vilas como Itapetininga e Itapeva. Muitas vezes, para aquelas tropas “xucras” era necessário a contratação de um camarada para cada oitenta mulas. O tropeiro era o dono da tropa, ou seja, o patrão. Geralmente homem rico que ganhava porcentagem em dinheiro ou mercadoria como forma de pagamento pelos serviços. Era ele quem contratava camaradas, cozinheiro e aprendizes.

A viagem para os tropeiros era grande. Eles iniciavam sua marcha a partir do sul nos meses de setembro e outubro, chegando em Sorocaba no mês de março, quando por lá acontecia a grande feira de muares. Toda essa distância percorrida do ponto de partida, até o ponto de chegada era muito longa. Era necessário, no fim de cada caminhada (percurso vencido de um dia), fazer uma parada para descanso dos tropeiros e das tropas. Essas paradas acabaram se tornando fixas, sendo que em cada dia no início da caminhada já se estabelecia como meta alcançar o próximo ponto de pouso. Nas proximidades desses pousos foram surgindo pequenos estabelecimentos comerciais com produtos necessários ao cotidiano do tropeiro. Prosperando essas vendas, lentamente eram formados povoados aos redores dos pousos de tropas, progressivamente foram aumentando o número de casas e ganhando autonomia política e administrativa, até se tornarem vilas e posteriormente cidade. As cidades formadas a partir da atividade tropeira tiveram uma configuração espacial diferente, pois a religião não era o elemento central. Isso quer dizer que as cidades não se desenvolviam em torno de uma praça central, mas sim a partir de um pouso ou ponte. A rota ou estrada seria o elemento que desencadearia toda a produção do espaço dessa região por onde os tropeiros passavam. A maior característica impressa no espaço pela atividade tropeira foi a simetria na distribuição de pousos, vilas e cidades ao longo das rotas nas distâncias de um dia de caminhada percorrido pelos tropeiros. As cidades instalavam-se nos planaltos,

³ Embora isso ocorresse, não passa de uma visão generalizante, pois se criavam e se comercializavam animais nas três províncias do Sul. A importância de cada coisa dependia de cada contexto econômico sócio-espacial. O grande comércio para as Minas Gerais, esse sim, era centrado em São Paulo, notadamente em Sorocaba.

em relevo não muito acidentado, e as casas ficavam assentadas num alto, deixando as baixadas para pastagem e para o córrego ou rio (STRAFORINI, 2001).

A concessão de sesmarias no início do século XVIII, por parte do governo, foi a maneira encontrada para ocupar os campos e garantir a produção nas fazendas. Assim, grandes porções de terras eram doadas para aqueles que tivessem condições de nela trabalharem, ou seja, os que já possuíam meios para explorar a terra. Essa concessão foi baseada numa política que foi implantada em Portugal, num contexto totalmente diferente do encontrado no Brasil.

A lei de Sesmarias surgiu em Portugal no final do século XIV para solucionar o problema da crise da agricultura em Portugal. Essa medida, em Portugal tinha o objetivo de incentivar a agricultura, acabando com a ociosidade da terra. No Brasil, a lei foi integralmente transplantada, sem mesmo considerar que aqui vivia uma sociedade em condições diversas às portuguesas. Esse fato permitiu que no Brasil esta lei de Sesmaria funcionasse como ferramenta para a obtenção legal de amplas porções de terra.

Estas doações de sesmarias promoveram uma ocupação dos campos do primeiro e segundo planalto, possibilitando o estabelecimento de varias fazendas, onde se desenvolvia a pecuária, que era a principal atividade desenvolvida na época (RODERJAN,1992).

O tropeirismo vai se desenvolver plenamente até meados do século XIX, tendo seu declínio iniciado a partir do surgimento da economia cafeeira na província de São Paulo. A atividade cafeeira vai demandar de novas formas de produção, pois era um processo que empregava novas relações de trabalho e exigia maior velocidade na circulação e distribuição da mercadoria. De 1732, data do registro da primeira tropa, até o ano de 1897, quando foi realizada a ultima feira na cidade de Sorocaba, o muar foi o principal meio de transporte brasileiro. Foram 165 anos de domínio tropeiro, transportando vários tipos de mercadoria e proporcionando o surgimento de vilas e cidades e a integração de vários pontos do território nacional⁴. A expansão dos trilhos de trem para o oeste paulista e para a estrada que ligava o

⁴As tropas de gado bovino foram mais além, alcançando, em certos lugares, ainda no início da década de 1960, como entre Lages e Florianópolis. No Centro-Oeste brasileiro, como no Pantanal Matogrossense, onde a economia do gado continua forte, o deslocamento do mesmo por distâncias razoáveis continua a ocorrer.

Rio de Janeiro a São Paulo foi um golpe de morte à atividade tropeira, pois esta nova forma de transporte superou em muito a capacidade de transporte dos muare.

Apesar de haver núcleos de povoações advindas do tropeirismo, sentia-se ainda a necessidade de introduzir elementos para promover maior ocupação do território. Esta necessidade, junto com a busca por introduzir “braços” para todo o progresso econômico faz com que, a partir de 1873, seja incentivado o estabelecimento de colônias de imigrantes no Brasil Meridional (POMBO, 1980).

A primeira colônia, fundada no Paraná, por esforços particulares parece ter sido a de Rio Negro. O autor diz que no início da povoação de Rio Negro por imigrantes data de 1827, época em que este processo ainda não era incentivado de maneira efetiva. A povoação de Rio Negro começou por uma colônia de alemães ali estabelecidas pelo Barão de Antonina (POMBO, 1980)

A partir de 1852, outras colônias foram sendo fundadas no Paraná. A de Superagüi, que foi fundada numa ilha da baía de Paranaguá, incentivada pelo suíço Carlos Perret Gentil. Outra colônia que se formou por iniciativa do italiano Sabino Tripoti, foi a Colônia Alexandra que se tornou um importante núcleo agrícola. Essas foram também as primeiras tentativas de povoamento por colônias de imigrantes no Paraná e se localizavam, ainda, na faixa litorânea (POMBO, 1980).

Pombo diz ainda que,

de 1870 a 1878 foram fundadas no município de Curitiba as colônias Pilarzinho, Abranches São Venâncio, Santa Cândida, Santo Inácio, Dom Augusto, Dom Pedro, Rivière, Orleans, Lamenha, Tomás Coelho e Alfredo Chaves. Esses núcleos (nenhum dos quais se acha a mais de 20 quilômetros de Curitiba) compreendem cerca de 10.000 colonos polacos principalmente, grande parte italianos e alguns franceses e ingleses. Desde a administração de Dr. Antonio Augusto da Fonseca (de 14 de setembro de 1868 a 28 de agosto de 1869) se havia iniciado o sistema de colonização puramente oficial nos arredores de Curitiba; mas a fase de florescência foi de 1875 a 1879, durante as administrações dos presidentes Lamenha Lins (8 de maio de 1875 a 15 de julho de 1877); Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior; Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes e Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho (POMBO, 1980, p.98, 99).

A colonização no Paraná obedeceu aos limites impostos pelas condições físico-naturais do terreno. Segundo Léo Waibel (1979), as áreas florestais, foram ocupadas por uma pequena população de agricultores brancos que junto de suas

famílias, lavraram a terra e estabeleceram lares do tipo europeu. Nos campos vizinhos passaram a viver o fazendeiro de origem luso-brasileira, criador de animais bovinos e eqüinos em grandes propriedades, tendo como empregados negros e mulatos descendentes dos antigos escravos. Esses “agregados” quase sempre se inseriam a um modo de vida caracteristicamente servil, plenamente integrado a aristocracia rural.

Assim, mata e campo configuram, no estado do Paraná, e no sul do Brasil, dois mundos totalmente diferentes. Essa diferença é percebida tanto nas condições naturais, que é mais visível, quanto nas condições econômicas, sociais e étnico-culturais.

É importante lembrar que no Brasil o processo de colonização, de forma geral, se deu de forma diferente da que acontecera nos Estados Unidos. Neste país, a colonização foi mais direcionada para o povoamento, enquanto aqui, no Brasil dava-se de modo planejado e subvencionado e dirigido por alguém, quer seja o governo (central, das províncias, dos estados ou municípios), quer seja por companhias particulares ou proprietários de terras individualmente (WAIBEL, 1979).

Assim, a colonização do Paraná também foi influenciada por suas condições naturais, e também pelo fato de ser o mais novo dos três estados. Primeiramente, é importante falar que o litoral do Paraná é estreito e possui clima insalubre de “tierra caliente”. Nessa região foram fundadas algumas colônias italianas nas décadas de 1870, mas que não prosperaram. As serra cristalina no Paraná é estreita e suas encostas são muito íngremes, impedindo que haja espaço para a colonização, diferente do que aconteceu em Santa Catarina, nos vales litorâneos, e no Rio Grande do Sul, onde as zonas de “tierra templada” e de matas latifoliadas ofereceram condições para que os colonos, principalmente de origem alemã, se estabelecessem nesses estados, portanto no Paraná há um menor número de colonos alemães. O fato de ser administrativamente a província mais jovem das três que compunham a região sul do Brasil, cujo desmembramento da província de São Paulo se deu somente no ano de 1853, possibilitou ao Paraná o interesse na colonização somente após à década de 1860, quando a imigração Alemã já havia diminuído significativamente. Por essa razão é que poloneses e ucranianos se tornaram os principais imigrantes que se dirigiam para a nova província. Os primeiros poloneses chegaram em 1869 no litoral de Santa Catarina, mas não se adaptaram ao clima mais quente e preferiram o clima mais fresco do planalto

(WAIBEL, 1979). Talvez essa seja uma explicação simplista do que aconteceu na região, de forma que podemos também pensar na impossibilidade destes imigrantes encontrarem terras em Santa Catarina, recorrendo, dessa forma, ao estado do Paraná.

Com a chegada desses novos imigrantes, a questão que se colocava era da organização da colonização. A estratégia então utilizada para estabelecer as colônias era assentá-las ao redor das principais cidades, a fim de abastecê-las com produtos agrícolas. Ao mesmo tempo foram construídas estradas para ligar as colônias com o mercado da cidade. Este esquema no geral foi bem sucedido. Dessa forma, nos anos de 1870 e 1880, muitas pequenas colônias de imigrantes alemães, poloneses e italianos foram criados numa distância não superior a 15 ou 18 quilômetros de Curitiba, o que permitia aos colonos irem a cidade vender seus produtos e voltarem ainda no mesmo dia. Colônias semelhantes, porém com um número reduzido de imigrantes, foram estabelecidas pelo Estado em volta de cidades importantes como Ponta Grossa, Palmeira, Castro e Lapa, igualmente localizadas numa região mista de mata e campo.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, aportaram no Paraná mais de 30.000 poloneses e ucranianos e ainda alguns milhares de alemães. Esses imigrantes se dirigiram para muitas colônias pequenas no primeiro e no segundo planalto que acabaram ficando isoladas e separadas umas das outras pelos campos ou pelas matas ocupadas pelos latifúndios. Não havia uma colonização mais homogênea em grande escala, nem mesmo a acumulação de riqueza comparável a certas colônias alemãs e italianas nos outros estados do sul. Essa situação só muda quando em 1920, a colonização toma o rumo do oeste paranaense para o terceiro planalto. Essa região é caracterizada pela presença da terra roxa, extremamente fértil, formada pela decomposição do basalto que é encontrado por toda a extensão desse planalto. A empresa britânica *Paraná Plantation Ltda*, a então “Companhia de Terras do Norte do Paraná”, foi a responsável por estabelecer o plano de povoamento da região que se tornou o melhor e mais próspero plano de colonização do Brasil, e até mesmo da América do Sul. Desde então, o Norte do Paraná, região onde atuou essa empresa britânica, tem se caracterizado por ser uma região dinâmica do Estado, sendo que o governo tem empreendido esforços para ligar esta região com a parte central do Estado (WAIBEL, 1979).

Uma discussão trazida por Léo Weibel e que se faz necessária neste momento é quanto aos sistemas agrícolas desenvolvidos nas colônias e seus reflexos nas condições de vida dos colonos. Muitas vezes isso é deixado de lado por ser considerado evidente demais, porém o sistema agrícola é uma questão que envolve muitos problemas. Weibel diz ainda que,

quando se estudam esse sistema no campo, faz-se uma observação chocante: a maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira; na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais é chamado de sistema de rotação de terras (WEIBEL, 1979)

Este sistema utilizado pela maioria dos colonos é considerado como primitivo. É importante observar que os colonos imigrantes, que já praticavam outros sistemas agrícolas mais modernos em suas terras de origem, de certa forma regrediram tecnologicamente e incorporaram esta forma cabocla de praticar a agricultura. Isto pode ser explicado, também, pelas especificidades das condições ambientais brasileiras, que dificultou a implantação das técnicas mais modernas utilizadas em condições diferentes.

De acordo com o autor acima citado, a origem do uso desse sistema está nos fazendeiros portugueses que receberam estas técnicas dos índios e passaram a usá-la em suas grandes propriedades, separando totalmente a agricultura da pecuária. A utilização de métodos, por parte de alguns colonos, que integraram a agricultura e a pecuária, significou a economia de espaço para a produção. Poucos brasileiros, de acordo com o autor, têm ciência das enormes conseqüências que esta separação acarretou na vida do País. Como reflexo disso temos a criação extensiva e primitiva do gado de um lado, e a igualmente extensiva e primitiva lavoura do outro (WAIBEL, 1979). A idéia da associação entre agricultura e pecuária não era uma realidade para os colonos, que continuaram a desenvolver o sistema mais primitivo, apesar das conseqüências desta adoção para o padrão social dos colonos.

Waibel faz a distinção de três principais estágios dos sistemas agrícolas nas áreas florestais colonizadas. Os critérios que ele utilizou para fazer essa

classificação dizem respeito aos métodos agrícolas utilizados, a combinação gado-lavoura e forma da preparação dos produtos para comercialização. A seguir faz-se um breve apontamento dos estágios.

O *Sistema de Rotação de Terras Primitivas* inicia-se o ciclo com uma família comprando uma terra em área de mata desabitada. Na seqüência queima e derruba essa mata para plantar gêneros alimentícios usando cavadeira e enxada. Esgotada, esse pequeno espaço de terra é deixado em repouso para constituição de capoeira, e é utilizado outro para plantar, assim por diante. Constrói uma casa primitiva e vende alguns artigos que necessita em troca daquilo que não produz. Neste primeiro estágio é difícil uma elevação social, sendo que a maior parte dos colonos fica estacionado neste estágio primitivo. O *Sistema de Rotação de Terras Melhoradas*, é o segundo estágio, onde as condições técnicas e econômicas melhoram consideravelmente, pois o acesso às terras é facilitado pela melhoria nas estradas. Isso permite melhor acesso das mercadorias aos centros comerciais que acabam se desenvolvendo nos cruzamentos de estradas. Nesses locais geralmente tem moinhos para o processamento da produção aumentada dos colonos, não mais apenas de culturas indígenas, mas também de algumas plantas européias como a batata e o trigo. Além do porco, também são criados alguns gados, porém o número de cabeças ainda é insuficiente para utilizar o esterco nas plantações. Esse estágio, o de rotação de terras melhoradas, segundo Waibel (1979), na época era o mais difundido. Outro sistema agrícola consiste na *Rotação de Culturas Combinada com a Criação de Gado*. Consiste na rotação de culturas em campos arados e adubados. Aqui a rotação não é mais de terra e sim de culturas. A idéia é alternar culturas de cereais com culturas de raízes e plantas leguminosas, a fim de enriquecer o solo com nitrogênio. O gado criado é de raça européia e seu esterco é utilizado como fertilizante natural nas culturas desenvolvidas. A produção nesse tipo de sistema é maior e ultrapassa a capacidade dos moinhos, portanto foram estabelecendo-se pequenas fabricas de creme, manteiga, queijo, farinha, etc. (WAIBEL, 1979). Também nesse sistema o autor considera a fase de rotação de culturas primitivas e a de rotação de culturas melhorada.

A análise da colonização feita por Waibel é de grande importância para entendermos, principalmente, o modo de vida e os sistemas adotados pelos colonos. Mas acredito que sua discussão parte de uma visão centrada na cultura européia, que muitas vezes é utilizada por ele para fazer julgamentos em sua obra. De forma

alguma deve ser descartada sua contribuição, que é bastante significativa, porém deve-se atentar aos comentários que tomam principalmente a cultura alemã como foco central.

Esses processos descritos acima mostram um pouco do processo de ocupação que foi desencadeando no sul do Brasil e no Paraná mais especificamente. A seguir veremos como o Sistema Faxinal, objeto deste estudo, aparece neste contexto todo anteriormente descrito.

2.2 Origem e desenvolvimento do Sistema Faxinal

A gênese do Sistema Faxinal é um dos pontos mais discutidos, haja vista os complexos processos que levaram à sua constituição. Geralmente atribui-se a origem do Sistema Faxinal a apenas um processo, empobrecendo a análise ao deixar de considerar elementos também importantes. Dentro do contexto da região Centro-Sul do estado do Paraná, e sob a ótica da categoria de Formação Sócio-Espacial que permeia como referencial teórico este trabalho, podemos entender que a gênese também não pode ser desconsiderada das etapas de todo um processo que supõe movimento de uma totalidade. Assim, os processos desta Formação Sócio-Espacial, enquanto localmente determinado, contribuíram para o aparecimento do Sistema Faxinal a partir das etapas do processo histórico que lá se deram. Assim, passa-se a seguir para a discussão da origem do Sistema Faxinal enquanto resultado dessas etapas, e como os autores também entenderam esta gênese.

A análise empreendida por Nerone (2000) acerca da origem dos Faxinais do Paraná apontam para o transplante da experiência de algumas áreas de uso comunal na Península Ibérica para a região da Mata com Araucária. Segundo ela, os jesuítas que estiveram presentes na região foram os responsáveis por transplantar esta organização para a realidade local. Os índios, que também já praticavam o uso comum de terras, assimilaram isso e passaram aos seus descendentes diretos, no caso, os caboclos que caracterizaram a etnia base da formação dos Faxinais.

A formação das fazendas nos campos paranaenses também contribuiu para a formação dos Faxinais. Alguns fatores favoreceram a progressiva ocupação dos Campos Gerais e a expansão das fazendas nessa região. Segundo CHANG (1988)

A condensação da população na zona de Curitiba, a progressiva decadência da mineração e, principalmente, a atração exercida pelo mercado consumidor de carne e gêneros agrícolas no litoral, as ligações relativamente fáceis com o cada vez mais poderoso mercado consumidor de São Paulo e Minas, as crescentes disponibilidades de forças de trabalho com a mineração decadente, são alguns dos principais fatores que promoveram a expansão da pecuária nos Campos Gerais (CHANG, 1988, p.20).

As condições físico-naturais dos Campos gerais também contribuíram decisivamente para a expansão da atividade pecuária neste período. As extensões de campos naturais se constituíam num elemento já existente e que seria bastante aproveitado para a produção econômica, a outra parte dependia apenas do contingente de trabalhadores para operacionalizar a fazenda. A mão de obra utilizada pelos fazendeiros era inicialmente escrava, mas que passa a dominar depois o regime de agregados conjugado a uma variada gama de pequenos produtores autônomos, que por vez ou outra faziam algum trabalho para o fazendeiro; e, quando a situação o exigia, inclusive assalariados.(CHANG, 1988).

Duas razões explicam esse predomínio inicial do regime escravo nas fazendas. Primeiramente as condições econômicas possibilitaram e exigiram a implantação do regime escravo, haja vista que a disponibilidade destes era grande, pois grande parte deles dirigiu-se das áreas decadentes de mineração no litoral, para os campos paranaenses. A outra razão consiste na estrutura fundiária dos Campos Gerais na época, pois estes eram pouco povoados e apresentavam disponibilidade em abundância, o que facilitaria a aquisição de terras por outros, tornando-se agricultores autônomos. Assim, para garantir a posse de grandes áreas e assegurar a hegemonia na região, os fazendeiros optaram pelo trabalho escravo. O regime de trabalho que predominava nas fazendas, então, ainda era o escravo. Os poucos trabalhadores livres formavam pequenas unidades voltadas para a produção de gêneros alimentícios, ao lado dos latifúndios (CHANG, 1988).

Entre os trabalhadores autônomos e os escravos, possuía ainda uma camada intermediária denominados, muitas vezes, de agregados. Eram aqueles que

residiam em terras da fazenda em pontos mais afastados. Ficavam sob a custódia dos fazendeiros, e serviam a eles como capatazes, vigilantes de invernadas longínquas, capangas e compadres. Formavam uma rudimentar clientela dos donos da fazenda (MACHADO, 1963).

Essa categoria era formada por famílias pobres, mais ou menos independentes, pois se agregavam às fazendas. Construíam suas casas em lugares estratégicos e convenientes e trabalhavam na terra por contrato verbal de foro ou parceria agrícola, além dos serviços de jornadas que apareciam eventualmente. Essa categoria constituía a maior parte dos trabalhadores na coleta da erva mate, inclusive afluindo para a região das matas mistas do Centro-Sul do estado, estabelecendo uma agricultura de subsistência nos ervais. Essas comunidades que foram se estabelecendo nessas áreas de ervais foram responsáveis por, mais tarde, darem origem ao Sistema Faxinal, conforme atribui Chang (1988).

A expansão da atividade pecuária decorreu de uma estrutura fundiária concentrada, assentada sob o binômio latifúndio – minifúndio. O fato dessas terras terem sido adquiridas através da doação de Sesmarias já mostra a alta concentração de terras. Se não bastasse isso, essa concessão era relativa à propriedade de escravos, o que reforça ainda mais a concentração fundiária e da produção nas mãos dos mesmos grupos dominantes. Esses fazendeiros eram descendentes da primeira geração de portugueses que vieram para o Brasil, sendo que muitos pertenciam à oligarquia paulista. Eram, portanto fazendeiros que residiam em São Paulo, Santos ou Paranaguá, mas deixavam seus escravos tocando as fazendas (CHANG, 1988).

O tropeirismo, atividade que veio se desenvolver nessas áreas de campos, principalmente, teve grande importância na organização econômica e social da região. A passagem das tropas proporcionou o aluguel das terras das fazendas para as invernadas, ou seja, os descansos das tropas, permitiu também o aparecimento do comércio nessas áreas para atender as necessidades dos tropeiros. O comércio que surgia ali permitiu uma maior divisão social do trabalho, integrando também a região das matas mistas com a produção agrícola destinada ao abastecimento daqueles envolvidos na pecuária. Isso foi se tornando cada vez mais intenso, tanto que as passagens das tropas já tinham como passagem as florestas de araucária da zona de matas mistas (CHANG, 1988).

Essas áreas de campos de um lado, e de matas de outro, sempre estiveram associadas e se complementando. Para Chang (1988) as fazendas sempre estiveram associadas às áreas de mata devido a sua estrutura interna de subsistência. As áreas de mata além da produção para a subsistência, também vão se constituir como áreas importantes para extração de recursos naturais, como lenha, ervas e água, além de servirem para a construção de currais e casas. A autora ainda comenta seu ponto de vista sobre a gênese do Sistema Faxinal no Paraná, segue afirmando que,

a nosso ver a gênese do Sistema Faxinal derivou da estrutura de subsistência das grandes fazendas, principalmente no que diz respeito à produção animal “à solta” e ao cercamento das lavouras com varas de bambu e o pousio da terra. Porém, com a presença do mate na região dos faxinais, a estrutura de produção teve que se ajustar às novas condições naturais. Há uma semelhança de condições naturais entre os capões (com exceção da presença do mate) e a sub-região das matas mistas. Quando a atividade pecuária perdeu sua força econômica, na primeira metade do século XIX, os capões dos campos limpos não comportavam a expansão da economia de subsistência. Esta encontrou novo espaço nas matas mistas do Centro-Sul, deslocando-se para lá, levando consigo a economia de subsistência. Ao mesmo tempo, o deslocamento da população teve como atração, a abundância da erva na região, produto este que começava a ocupar uma posição de destaque na economia do período (CHANG, 1988).

Além da criação de animais (porcos principalmente) a subsistência das fazendas também contava com uma pequena agricultura. Além da carne e do leite, os demais gêneros alimentícios eram produzidos nas roças. As técnicas utilizadas nessas áreas eram obsoletas e ainda faziam uso, por exemplo, do pousio de terras. Para se fazer uma roça bastava cortar e queimar o mato, nenhum outro trato era dado à terra. Faziam o pousio e a rotação de terras para recuperar a fertilidade (CHANG, 1988). Como apontado anteriormente, este é um sistema de plantio primitivo e rudimentar, mas mesmo assim foi e ainda é bastante utilizado nas áreas onde encontramos *caboclos* vivendo na mata. Nas áreas de Faxinais é o sistema que predomina ainda hoje.

A existência dos ervais nas matas nas imediações das fazendas, foi de grande importância para a população que lá vivia. A extração da erva mate podia ser encarado como uma complementação, pois como a exploração era feita nos ervais nativos da mata, podia-se de fato associar a produção de animais na mata e a agricultura de subsistência, com a produção e comercialização do mate.

A erva-mate vai encontrar uma boa colocação no mercado a partir de então, inaugurando um novo ciclo econômico na história paranaense. Esses ciclos serão estudados a seguir, no próximo sub-capítulo.

Recentemente, Tavares (2008) defendeu a idéia de que os Faxinais tiveram uma gênese diferente da apontada por todos outros pesquisadores que desenvolveram seus trabalhos sobre os Faxinais. Ele não aceita a idéia de Chang (1988) acerca da origem em dois momentos distintos, primeiro como comunidades rurais, passando, em seguida, para os faxinais. Sobre isso afirma que

Não entendo o processo de formação dessa forma. Compreendo que os ex-escravos indígenas e negros se juntaram nos ervais das matas mistas das regiões Sul e Centro-sul, coletando a erva e praticando uma agricultura e pecuária de subsistência já diretamente nos grandes faxinais. O processo de formação dos faxinais não ocorreu em dois momentos – o primeiro formado por uma comunidade rural e no segundo, transformando-se em faxinal – pois o faxinal já nasceu como comunidade rural (TAVARES, 2008, P.460)

Através dessa passagem notamos que Tavares atribui a formação dos Faxinais aos índios e negros ex-escravos que foram para a região. Em seguida, o autor ainda diz que os Faxinais foram formados em um contexto histórico, político, econômico, social, cultural e político totalmente diverso dos que foram defendidos por outros autores. Diz também que os Faxinais surgiram no período de transição da economia mineira para a economia da pecuária. Talvez essa visão seja um tanto generalizante, pois atribuir a todos os Faxinais uma mesma gênese é proceder com uma extensão de uma experiência de um único Faxinal a todas as outras comunidades faxinalenses. Acredito que esta discussão seja mais complexa, e apesar dos processos que foram experimentados de forma parecida por todas as comunidades faxinalenses, houve também aqueles que são próprios de cada uma, com dinâmicas típicas de cada lugar, que é único. Assim, pode-se entender que apesar de haver um contexto maior compartilhado por todas as comunidades, estas incorporam elementos locais, diferenciando-a das demais e, ainda, atribuir a gênese de todas as comunidades apenas aos elementos negro e índio, é talvez cair no engano de tornar universal explicações que são particulares.

Assim, é importante perceber que a gênese do Sistema Faxinal se deu em meio a todos esses processos que estavam se estabelecendo na região. Esta

discussão, como se pode perceber, é bastante complexa e envolve uma série de elementos que contribuíram para o aparecimento do Sistema Faxinal.

2.3 Os Ciclos Econômicos do Centro-Sul do Paraná e o Sistema Faxinal

A economia do Paraná se desenvolveu através de ciclos de expansão de algumas atividades que se sobressaíam. Esses ciclos apontavam para uma atividade como sendo a estruturante da economia do Estado, mas não por isso sendo a única que se desenvolvia no território. Assim, as linhas que se seguem são dedicadas a trazer um pouco da discussão sobre os “ciclos” econômicos no Paraná, tentando fazer uma ligação dessas atividades com o processo de transformação pelo qual os Faxinais vêm passando.

Para isso, trazemos a idéia de que os ciclos econômicos nada mais são do que etapas de uma Formação Sócio-Espacial que se desenvolvia incorporando elementos externos e internos às comunidades. Assim, o modo de produção que ia se desenvolvendo, ao penetrar nas formas tradicionais encontradas na região, se transformava dando a cara específica à Formação. Como menciona Santos (1982) o modo de produção seria uma possibilidade de realização, enquanto a Formação Espacial seria a possibilidade já realizada dentro de contexto historicamente determinado. Assim, as diferenças entre os lugares são, para Santos (1982), resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares e como eles se combinam com a variável espacial. Para o autor, as formações espaciais seriam as linguagens do modo de produção em um local.

Mitchell (1984) acredita que a teoria dos ciclos econômicos apresentada por ele é uma análise descritiva dos processos de mudanças, pelo qual a prosperidade é alcançada através da reativação das atividades. Essa prosperidade acaba gerando uma crise que levará o sistema à depressão que ao se tornar intensa num determinado período, levaria novamente a uma reativação das atividades que iniciou o ciclo. Assim, esses ciclos são sucessivos e abrangem, ora uma atividade, ora outra. Porém cabe ressaltar que estes ciclos dizem respeito a atividade econômica dominante, ou seja, a que em um determinado momento se sobrepõe sobre as demais. Não devemos esquecer que existem ainda outras atividades menores,

porém não menos importantes, que ocorrem paralelamente a essa dominante. Seria como se dentro de cada ciclo, existissem ciclos menores que, de certa forma, dão sustentação a essa atividade maior. Além disso, nos períodos verificados entre um ciclo econômico e outro, podem aparecer outras atividades que sejam reforçadas, como a da agricultura de subsistência, por exemplo.

No Paraná, a primeira atividade agrícola desenvolvida foi a da Mineração. De acordo com Roderjan (1992), por todo o litoral paranaense, os garimpos foram se expandindo e subindo o leito dos rios que deságuam na baía de Paranaguá e, transpondo à Serra do Mar, chegando ainda até Curitiba.

A mineração no Paraná teve início em meados do século XVII, com a descoberta do ouro de aluvião naqueles rios que deságuam na baía de Paranaguá. A economia que se formou foi, primeiramente, baseada no trabalho livre de garimpeiros e faiscadores. O trabalho escravo só foi incorporado quando esta atividade cresceu e se ligou a Portugal com o capital mercantil europeu. Antes do fim do século, esses garimpeiros subiram e chegaram até o primeiro planalto onde surgiram pequenas vilas e arraiais, dentre as quais a vila que viria a ser depois Curitiba (MAGALHÃES FILHO, 2006).

Porém, essa atividade mineira durou pouco. O esgotamento dos aluviões reduziu em muito a produção, tornando-a inviável. Isso levou, além da extinção da Capitania de Paranaguá em 1710, a transformação das pequenas atividades agrícolas e pecuárias para atender o mercado, que a partir de então passaram a desempenhar o papel de agricultura de subsistência, ficando isolada e às margens da economia colonial. O Paraná entrava então num período de decadência na exploração de base mercantil, tendo sua dinâmica econômica praticamente atrofiada (MAGALHÃES FILHO, 2006).

Ao longo do século XVIII, a doação de sesmarias por parte do governo colonial fez com que algumas áreas dos planaltos paranaenses pudessem ser ocupadas por grandes fazendas. Essas buscaram a mão de obra escrava que foi liberada com a decadência da atividade mineira no litoral. Assim, desde o início, até o período abolicionista, a mão de obra utilizada nas fazendas foi a escrava. Começava então a se desenhar uma economia baseada na pecuária bovina extensiva, de baixa produtividade que se dava em propriedades concentradas nas mãos dos que as tinham recebido por doação. Começou a se formar uma classe

dominante de caráter patriarcal e patrimonialista nas terras dos Campos Gerais (MAGALHÃES FILHO, 2006).

Paralelamente a essa atividade pecuária que foi tomando corpo no interior do Paraná, tem-se o surgimento das áreas de exploração mineral nas Minas Gerais. Essa atividade fez com que tanto a população, quanto a produção mineral aumentasse, gerando uma crescente demanda por animais de carga. Assim, surgia no contexto do sul do Brasil, e do Paraná, o ciclo que foi marcado pelo tropeirismo.

A atividade tropeira levava os animais criados no sul até as áreas de mineração. Como foi mostrado anteriormente, na discussão sobre o processo de ocupação do Paraná, esse ciclo foi muito importante dentro da história paranaense. Ao longo dos caminhos que levavam à feira de muares em Sorocaba, foram estabelecendo-se invernadas e fazendas que passaram a organizar o espaço da região. O tropeirismo permitiu uma reestruturação da economia e do espaço da região, já que a atenção agora era para atender as necessidades dessas tropas.

Com o advento da estrada de ferro, o tropeirismo veio a entrar num estágio de decadência. Assim, esse ciclo estava terminando para, posteriormente, inaugurar outro dentro da economia do Paraná.

Até então, os Faxinais estavam ainda em processo embrionário. Sua organização espacial estava se efetivando, porém, é no ciclo seguinte que os Faxinais encontrarão o seu período de maior prosperidade.

Segundo Padis (2006), em meados do século XIX o mate foi tomando lugar nas exportações do estado. Ele diz que

o mate teve aumentada novamente a sua participação no valor total das exportações que de, 1,3 por cento na metade do século, passou a 2,0 por cento no seu final. Entretanto, se considerarem outros produtos – café, borracha, cacau e fumo -, o aumento experimentado pelo mate foi extremamente insignificante. Porém, em relação ao açúcar, ao algodão e aos couros de peles – cuja participação decresceu de forma considerável – o comportamento da economia ervateira foi bastante animador (PADIS, 2006, p. 84).

Vemos nessa passagem que o Mate foi o único produto que teve sua participação aumentada. Assim, nota-se a tendência desse produto em crescer em importância e participação total. Era, dessa forma, inaugurada a nova fase da economia paranaense. O chamado ciclo do Mate que traria períodos de prosperidade às comunidades que estavam se formando no Centro-Sul do Paraná: o Sistema Faxinal.

A erva que era antes produzida no Paraná encontrava muita dificuldade de se inserir no mercado. Isso pela fama que se tinha de que a erva paranaense era fraudada na produção, isso porque antes adicionavam folhas de outras plantas e gravetos para aumentar o volume da produção. Sabendo dessa dificuldade, o presidente da província baixou um regulamento que estabelecia o período da colheita, formas de tratamento e acondicionamento da erva, e também proibia a mistura de elementos estranhos impondo severas multas aos infratores. O governo também incentivava com prêmios em dinheiro a aqueles que “descobrissem” meios para melhorar o processo de fabricação, de acondicionamento e, principalmente, àqueles que conseguissem inovar tecnologicamente a fim de aumentar significativamente a produtividade (PADIS, 2006).

As implicações dessa atividade são muitas. Segundo Oliveira (2001),

Sendo a erva-mate um produto de exportação, levou à introdução de uma sofisticada divisão do trabalho no interior da economia paranaense. À medida que produto ia angariando clientes no mercado interno e depois no externo, sua colheita, beneficiamento e transporte iam agregando contingentes cada vez maiores de pessoas ao processo produtivo (OLIVEIRA, 2001, p. 26).

Nos primeiros estágios o mate não requeria uma mão-de-obra especializada, mas sim abundante e barata. No processo de colheita, as folhas dos ervais eram cortadas e amarradas para envio ao local onde seriam beneficiadas. No próximo estágio as folhas seriam torradas e moídas em engenhos movidos a energia hidráulica ou animal. Finalmente chegava-se ao pó da erva que era colocado dentro de sacos e levados para a comercialização (PADIS, 2001).

No início do século XIX a exploração da erva-mate no Paraná já era abundante e, por volta de 1820, teve início a exportação do produto para os países do Prata. Em meados do século XIX, a erva já era o principal produto de exportação no Paraná, posição que se manteve por um longo período. A atividade ervateira iria incentivar também a construção de estradas para escoar a produção. Tendo em vista a precariedade das vias de comunicação, o presidente Zacarias de Goes determina, em 1855, a abertura da “Estrada da Graciosa” que ligaria mais facilmente Curitiba ao litoral. Mas um fenômeno interessante irá ocorrer após o término da construção da estrada. Os engenhos começam a se transferir do litoral para o planalto, sendo que

isso passa a ser um incentivo maior ainda da coleta da erva, pois agora estão localizados na mesma área a coleta e o beneficiamento do mate. Isso facilitaria a vida daqueles responsáveis por transportar o produto até o litoral (PADIS, 2006). Chama ainda a atenção, o autor, para a importância de lembrar que o mate se constituía numa produção espontânea, já que os imensos ervais silvestres estavam à disposição da maior parte da população, sem distinção de sexo, nem idade, pois tanto mulheres quanto homens, jovens como idosos estavam aptos a trabalharem no seu primeiro estágio que era a colheita.

A atividade ervateira se caracterizou pela grande importância que teve para a população mais pobre, incluindo aquelas das áreas onde o Sistema Faxinal já se fazia presente. Como a exploração da erva-mate nativa era uma realidade e uma das principais atividades do Sistema Faxinal até os anos 1930, as comunidades tiveram um período de grande prosperidade, pois, assim organizadas, exploravam os ervais nativos, bem como criavam animais na mata, além de desenvolverem uma importante policultura alimentar. Essas comunidades cresceram em número e em área de abrangência, chegando a atingir a extensão total, segundo Marques (2004), de até um quinto do território do Estado do Paraná.

A partir da década de 1930, a indústria do mate entra em crise, o que justifica sua futura substituição por outras atividades. Ela será então substituída pela madeira e pelo café, que serão os carros-chefes da economia paranaense em seguida. Muitos, com poucas opções sociais, aprofundarão, a partir de então e décadas seguintes, o processo de urbanização via migração campo-cidade.

Pela própria conformação de suas matas, o Paraná sempre contou com uma expressiva variedade de madeiras. Tanto na Mata Atlântica próximas à faixa litorânea, quanto na Mata com Araucária, no Paraná encontrava-se boa parte dos tipos de árvores conhecidos no Brasil, inclusive as de alto valor econômico. A abertura de caminhos, como a Estrada da Graciosa e da Ferrovia Curitiba-Paranaguá abriu novas possibilidades para a exploração de madeira. Assim, com o enfraquecimento da extração e beneficiamento do mate, junto à crescente demanda pelo recurso da madeira e somado às possibilidades de escoamento através dos caminhos abertos, o Paraná irá conhecer outro ciclo que começava a se expandir. Seria o ciclo da Madeira (OLIVEIRA, 2001).

As serrarias começaram a penetrar pelo estado, tornando-se um estabelecimento comum na paisagem paranaense. Isso foi resultado do

desenvolvimento da malha de transportes e da demanda interna por madeiras pelas cidades paranaenses em processo de crescimento. Desse modo, a madeira se transformou no principal produto de exportação e no maior ramo industrial do estado. As indústrias da madeira e de gêneros associados como papel, papelão e mobiliário tiveram franca expansão e empregavam a maior parte dos trabalhadores na indústria. (OLIVEIRA, 2001).

Este autor também alerta para o fato de que esta atividade teve como resultado a destruição das matas. Hoje podemos apenas observar umas poucas áreas remanescentes, geralmente em locais de difícil acesso ou protegidos por lei através do estabelecimento de unidades de conservação. Como o Sistema Faxinal depende diretamente dos recursos florestais, este irá sofrer muito com a expansão daquela atividade que, de certo modo, contrapõe à forma como os faxinalenses se organizavam anteriormente.

Então, a partir da década de 1940, tem-se a valorização da madeira e a entrada de algumas serrarias na região dos Faxinais, que pode ser encarado como o início do processo de desagregação dos mesmos. Estas serrarias, além de derrubarem as espécies nativas encontradas nas matas dos faxinais, também causavam um desequilíbrio na organização da comunidade, pois recrutavam a mão de obra dos faxinalenses que acabavam deixando de lado o trabalho nas comunidades, gerando conflitos pela falta de manutenção. Outro problema causado é relativo à derrubada das matas que comprometeu, também a alimentação animal que era quase que totalmente realizada na mata (SOUZA, 2001). A partir da década de 1970 a estratégia das madeireiras mudou. Não mais era explorada a madeira nativa da região, o que se começava a expandir eram as áreas de reflorestamento. Estas acabaram invadindo áreas dos criadouros comunitários, e também das terras de plantar, gerando conflitos na dinâmica organizacional das comunidades.

Esta situação da expansão das áreas de reflorestamento ainda hoje pode ser observada na região. Nota-se que grandes extensões de terras no Centro-Sul do Paraná estão ocupadas com reflorestamento de espécies que, via de regra, são exóticas. Podemos notar que muitas dessas áreas de reflorestamento já atingem áreas de Faxinais, principalmente em áreas situadas nas terras de plantar. Resultado disso é a alteração da dinâmica das comunidades que encontram cada vez menos espaços para estabelecerem sua agricultura de subsistência, e mesmo

quando voltadas ao mercado, necessitando cada vez mais buscar fora da comunidade, no mercado, aquilo que precisam para sobreviver.

Outro fator irá incidir sobre a estrutura do campo paranaense a partir da década de 1970. Paralelo a estratégia das madeireiras, tem-se o progressivo avanço da modernização agrícola implementada, principalmente na produção da soja. Oliveira (2001) diz que o crescimento da produção de soja no Paraná nos anos de 1970 é um dos mais expressivos na história econômica do país. Entre 1970 e 1976 a produção de soja no Estado passa de 24% para 40% do total da produção no Brasil. Sobre os reflexos disso na sociedade paranaense, Oliveira (2001) comenta que

os efeitos da cultura da soja sobre a urbanização e a industrialização paranaenses foram enormes. A intensiva mecanização do cultivo e a colheita do produto levou à dispensa de um número enorme de trabalhadores rurais. Mesmo aqueles que eram pequenos ou médios proprietários enfrentavam grande dificuldade para manter suas fazendas, se não conseguissem operar a transição das culturas tradicionais para a nova vedete agrícola: a soja. Ocorre que, tanto pela escala de produção quanto pelas dificuldades de acesso aos financiamentos, a adoção do plantio do soja só podia ser uma realidade para uma minoria de plantadores. O resultado foi a expansão do número de desempregados na área rural. Estes se dirigiram para as novas fronteiras agrícolas, ou se integraram ao contingente de despossuídos que engrossavam as favelas e cortiços das cidades paranaenses ou de outros estados. Não é por acaso que a população urbana paranaense finalmente ultrapassa a rural no fim dos anos 70 (OLIVEIRA, 2001, p.36, 37).

Esse processo de modernização agrícola viria a afetar os Faxinais de forma indireta, pois estas terras que se localizavam nas margens das áreas mais atrativas, começaram a despertar a atenção de pessoas de fora que viam ali uma forma de expansão de uma agricultura moderna voltada a atender interesses externos (SOUZA, 2001). Nota-se, hoje, que na maioria das comunidades faxinalenses que ainda restam, seus moradores acabam desempenhando atividades ligadas a empresas que exploram a mão-de-obra familiar. Pode-se perceber que as culturas do fumo e da soja são as que mais estão presentes nos faxinais.

Hoje, o que se observa nos Faxinais visitados durante a realização dessa pesquisa, é que a atividade que vem mais se desenvolvendo nas comunidades é a do Cultivo do Fumo. Grande parte das comunidades faxinalenses tem um número significativo de seus moradores envolvidos no trabalho com o Fumo (Foto 1). Essas empresas além de explorarem a mão-de-obra faxinalense, ainda destroem a cobertura vegetal remanescente. As estufas de fumo, elemento importante dentro do

processo produtivo, localizam-se nas imediações do criadouro, ou até mesmo dentro dele. As estufas demandam de uma grande quantidade de lenha para funcionarem, e essas são retiradas da mata do criadouro.



Foto 1. Crianças separando o Fumo
Fonte: Rede Faxinal Pesquisa (2007)

Frente a essa situação, têm surgido atores que buscam trabalhar no Sistema Faxinal no sentido de impedir a desestruturação do mesmo. São ONGs, Institutos e até mesmo órgãos governamentais. A maioria dos autores concorda que o Sistema Faxinal está fadado ao desaparecimento, ou seja, estão em consenso sobre o processo de desagregação do mesmo. Prefiro não entender dessa forma, mas sim como um processo de transformação sócio-espacial dessas áreas, o que quer dizer que o Faxinal não desaparece na verdade, mas se transforma num novo espaço. O que entendíamos por Sistema Faxinal a vinte anos atrás, não pode servir como base para o entendermos hoje.

Santos(1982) nos apresenta o conceito de Formação Sócio-Espacial como a natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma

sociedade numa época determinada, e em uma base territorial concreta. A idéia de processo é inerente ao conceito de Formação Sócio-Espacial. Dentro desta ótica, entender que o Sistema Faxinal está se acabando, significa negar a dinâmica espacial que é característica de cada Formação Espacial. Assim, os espaços estão em constante transformação o que faz com que se altere substancialmente, o que não aponta para o fim de sua estruturação, mas sim numa nova que foi transformada. Se entendermos cada transformação como o fim de uma organização espacial, desde a gênese das comunidades faxinalenses, quando elas funcionavam com uma forma produtiva sustentável, até hoje, podemos dizer que já houveram vários faxinais, cada qual resultado de uma transformação em suas estruturas.

Talvez esse discurso de fim dos Faxinais, processo de desagregação dos mesmos, seja baseado em interesses particulares. O processo de desagregação, como defendido pela maioria dos autores, não passa de uma tentativa de subversão de uma organização espacial que, segundo eles, deve ser preservada. Este fato pode ser entendido como uma tentativa de frear a própria dinâmica espacial. Não se pode ignorar a imensa contribuição dos Faxinais na conservação da Mata, assim como não podemos ignorar que as transformações acontecem em qualquer espaço.

Estas atividades que vão se desenvolvendo na região acabam por transformar também a cultura dos faxinalenses. Como será discutido a seguir, esta cultura é resultado de influências diversas configurando o quadro cultural dos Faxinais.

2.4 A cultura Faxinalense enquanto elemento de organização espacial

O Sistema Faxinal possui uma cultura característica, que é resultado da incorporação de elementos culturais de diversos grupos. Os processos que ocorreram na ocupação do território paranaense, e que foram anteriormente descritos, incentivaram a constituição de uma cultura faxinalense, um híbrido entre as culturas dos povos que ajudaram na sua constituição. Assim, principalmente índios e brancos, inicialmente portugueses, e depois colonos alemães, ucranianos e poloneses, ajudaram na constituição do faxinalense.

Pode-se perceber a presença marcante do elemento caboclo na região. Esses descendem, em sua grande maioria, diretamente dos bandeirantes paulistas e da mestiçagem entre europeus e índios (LAVORATTI, 1998, p. 70). Esse grupo marcante dentro da história vai influenciar na cultura regional.

Essa mestiçagem vai incidir, também, no porte e características físicas do elemento local. Os caboclos, resultado da mistura entre europeus, índios e negros, não são o único grupo presente na região. Encontram-se também brancos de olhos claros, descendentes diretos de europeus. Há os mulatos, que são resultado da introdução de mão de obra escrava. Encontra-se também o elemento bugre, da miscigenação entre índios e brancos de origem portuguesa, que se concentram em pequenos núcleos de povoação, e são remanescentes dos primeiros habitantes da região. Esta grande presença de vários grupos diferentes influencia nas manifestações culturais e nos hábitos da população que reside nessas áreas de Faxinais (ANDRADE, 1981).

Cada comunidade faxinalense possui uma história que lhes são particulares, garantindo uma hibridização étnica diferente para cada uma delas. A presença do caboclo é sim marcante nas áreas de Faxinais, sendo que a maioria dos autores classificam o Faxinal como uma forma de organização típica dos caboclos, porém, estas comunidades passam a receber outros elementos como imigrantes europeus que se dirigiram para a região Centro-Sul do estado do Paraná, e eles serão tão importantes quanto os caboclos na composição dos Faxinais. Quando dizemos que a cultura faxinalense é um híbrido, estamos querendo dizer que ela foi influenciada, em maior ou menos intensidade, dependendo da comunidade, por grupos étnicos diversos que passaram a conviver num mesmo espaço.

A rotina diária dos moradores está diretamente ligada ao trabalho deles com a roça e com os animais. Ao acordar, é comum a família se reunir em torno do fogão de lenha para tomar o chimarrão, seguido pelo café-da-manhã. Essa é uma refeição muito importante para eles, principalmente para o homem que deve sair para o trabalho na lavoura. Para as mulheres resta o trabalho de casa e o trato dos animais. Quando há muito trabalho na lavoura, é comum a família toda se deslocar à ela. Geralmente quando isso acontece, leva-se a “marmita” para o local de cultivo para não ter a necessidade de se deslocar à casa na hora do almoço.

A crença e o imaginário do caboclo são inspirados por contos e causos que são transmitidos dos mais velhos para os mais novos. É em torno do sempre aceso

fogão de barro que as conversas ganham dimensão (ANDRADE, 1981). Os rituais são favorecidos pela própria vivência social de grupo, funcionando como propagador de costumes como, por exemplo, o ritual do chimarrão onde a família e os amigos se reúnem para tomar o mate e repassar suas crenças e lendas. Aos mais velhos cabe a tarefa de transmitir suas histórias que são sinais de sua grande experiência de vida, e aos jovens cabe acreditar naqueles causos. Esse encontro de gerações diferentes é responsável pela preservação de suas identidades enquanto grupo. Através desses encontros, são atribuídos papéis a cada grupo, o que possibilita a continuidade da cultura faxinalense, pois permite que os membros se reconheçam e passem a compartilhar experiências através da contribuição que cada um traz.

A coragem e bravura dos homens são exaltadas nas histórias de caça de animais grandes e perigosos, e no seu enfrentamento aos elementos associados ao sobrenatural. É comum o testemunho de moradores que já presenciaram as aparências de algumas figuras típicas do nosso folclore, entre elas o saci, o lobisomem, o boitatá, entre outras (ANDRADE, 1981). Isso também é possível através do quadro natural da região que alimenta o imaginário das pessoas. Regularmente são atribuídos poderes mágicos a elementos da fauna ou da flora da região. Por exemplo, costuma-se dizer que o guizo da cascavel serve de talismã para aquele que o possuir a fim de atrair os olhares e simpatia do sexo oposto.

Os encontros semanais realizados em igrejas ou capelas são bastante comuns entre os moradores das comunidades. Lá são realizadas as missas ou rezas de terços e novenas. Esses momentos servem também para discussão de problemas e projetos que dizem respeito a todos.

A religiosidade e a fé estão estritamente ligadas à conduta moral das pessoas. Aqueles que não comparecem nos encontros religiosos são mal vistos pelo grupo e são também rotulados como pessoas de má índole e promotores de desgraças e infortúnios. A religião influi na visão de mundo e de grupo das pessoas, e acaba funcionando como código de ética e moral (ANDRADE, 1981). É importante mencionar que a religiosidade que foi se desenvolvendo nas áreas dos Faxinais, muitas vezes não são reconhecidas como práticas válidas pelo circuito oficial da igreja católica. Os rituais e manifestações religiosas dos faxinalenses fazem parte de um “catolicismo popular”, que muitas vezes são combatidos pelos padres e bispos da região. É comum as igrejas enviarem padres à comunidade para, freqüentemente, realizarem missas. A dança de São Gonçalo, por exemplo, que é

um ritual caboclo, está cada vez menos sendo praticada, pois ela é repudiada pela igreja. Esta dança consiste na adoração desse santo, onde os fiéis em pares dançam à frente do santo em sinal de respeito e louvor. Outra manifestação religiosa que está deixando de existir é a procissão de encontro de diversas comunidades. Esta procissão consiste na saída de grupos de pessoas de algumas comunidades vizinhas, onde estas devem se encontrar nas estradas próximas a elas para irem em direção a outra determinada comunidade, onde haverá missa e festas em louvor aos santos.

As festas em louvor a diversos santos são organizadas pelas comunidades ou por algumas famílias como sinal de adoração. Geralmente os indivíduos que gozam de maior respeito e prestígio na comunidade são os responsáveis pela promoção das festas. Em algumas comunidades, em dias de festa é comum verificar a ocorrência de um grande fluxo de pessoas vindas de outras comunidades, e até de cidades vizinhas para a comunidade que está realizando o evento. Os casamentos e namoros são geralmente iniciados e arranjados nesses eventos sociais, o que denuncia a importância da ocasião na propagação e reprodução da cultura cabocla (ANDRADE, 1981).

A cultura cabocla também é verificada na exaltação do Monge João Maria, figura importante à época da Guerra do Contestado, mas que também se faz presente na cultura de alguns Faxinais. Ele deixou como legado uma série de ensinamentos e “sabedorias”, como afirma Paulo Pinheiro Machado (2004), quando nos diz que muitos dos costumes tradicionais eram balizados pelos ensinamentos do monge João Maria, como normas de conduta para uma boa vida no sertão, valorizando o respeito, a vida, a honra, a sinceridade, a lealdade e, também, o equilíbrio. Brandt e Campos (2008) trazem em seu trabalho os preceitos do Monge levantados por Euclides Felipe em seu estudo sobre o folclore da região do Planalto Catarinense. Segundo ele, alguns dos ensinamentos do Monge seriam:

- 1) Não se deve queimar folhas, cascas nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- 5) As casas e as propriedades de quem incendia as matas, um dia também hão de virar em cinzas.
- 11) Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.
- 12) Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso. Será punido.
- 16) Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao leiteiro.

17) Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas (apud BRANDT e CAMPOS, 2008, p. 55).

Nota-se, pela passagem, que os ensinamentos do Monge João Maria revelam uma preocupação com a natureza. De certa forma, podemos entender que estes ensinamentos, arraigados na cultura dos caboclos da região da Mata com Araucária, orientaram a forma como estes moradores se relacionam com o ambiente natural.

Apesar disso, vemos que a cultura faxinalense também está se transformando num ritmo acelerado. Muitas dessas manifestações e tradições já são difíceis de serem realizadas nas comunidades. Isto se deve a alguns fatores como o aumento do ritmo do trabalho nas comunidades, fazendo com que os faxinalenses necessitem desprender um maior tempo junto ao trabalho nas lavouras. Também há o fato de que a mídia, e a indústria cultural, influenciam nas culturas tradicionais impondo padrões de comportamento e de consumo. Estes padrões chegam através de meios de comunicação como o rádio e a televisão, que já são amplamente utilizados pelas famílias. Então, padrões culturais tradicionais como hábitos alimentares, tipos de música, formas de se vestir e, ainda, uma visão pessimista da vida no campo em detrimento da urbana, chegam constantemente nos lares das famílias faxinalenses.

Também devemos pensar no fato de que as novas atividades agrícolas que foram sendo desenvolvidas nas comunidades alteraram a forma de vida nos Faxinais. Estas permitiram uma maior acumulação de capital por parte dos agricultores, apontando para o desenvolvimento de técnicas mais modernas de trabalho no campo. Assim, notamos que grande parte dos agricultores já contam com recursos como tratores, colheitadeiras, automóveis, motocicletas, refrigeradores, entre outros produtos indispensáveis para uma “vida moderna”.

A cultura faxinalense, então, vem se transformando também como reflexo da entrada de novas atividades agrícolas. Desse modo, tem-se hoje a necessidade de avaliar até que ponto ainda é possível caracterizar os faxinalenses enquanto população tradicional. Assim, as transformações sócio-espaciais serão, a seguir, vistas dentro do contexto histórico-geográfico do Faxinal Taquari dos Ribeiros.

3. O FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS: DE COMUNIDADE SUSTENTÁVEL À PERDA DE AUTONOMIA E INTEGRAÇÃO À AGROINDÚSTRIA FUMAGEIRA

Esta terceira parte do trabalho é dedicada ao estudo da comunidade faxinalense de Taquari dos Ribeiros, no município de Rio Azul - PR. Partimos da caracterização da área de estudo para possibilitar um panorama geral do Faxinal que será estudado, trazendo a localização e as características gerais da área. Iniciamos então para a discussão da origem desse Faxinal em específico, bem como o desenvolvimento que ali se deu com relação aos processos que ocorreram e ainda ocorrem. Em seguida, a discussão centra-se no conceito de sustentabilidade, buscando articulá-lo com a organização e as transformações espaciais verificadas na comunidade estudada. Assim, a última questão a ser discutida nesta parte é com relação à entrada da Agroindústria de Fumo na região e suas implicações para o Faxinal Taquari dos Ribeiros. Foram realizadas discussões com base nas entrevistas realizadas em campo. Estas entrevistas foram aplicadas com membros mais velhos das famílias que chegaram à região, onde buscou-se fazer o resgate da história oral da comunidade. Foram também utilizados dados do questionário aplicado em parceria com a Rede Faxinal de Pesquisa, realizado com 81 famílias do referido Faxinal. Este questionário possuía duas formas, uma piloto que continha apenas questões mais gerais de interesse de todos os pesquisadores membros da Rede Faxinal Pesquisa, e outra que além destas questões abarcava também outras de interesses particulares de cada pesquisador. Este último continha um número muito maior de questões por possuir temáticas de pesquisadores de diversas áreas, sendo que sua aplicação não foi feita para todas as famílias. Desse modo, alguns dados utilizados e tabulados para este trabalho não abarcaram a totalidade das famílias, sendo que se fará menção quando pertinente.

Devemos recorrer, também neste capítulo, ao conceito de Formação Sócio-Espacial para entendermos a forma como esta comunidade se desenvolveu ao longo do tempo. Cabe mencionar que a comunidade encontra-se inserida dentro de uma Formação, que é a do Centro-Sul do estado do Paraná e também por isso, vai experimentar processos gerais ocorridos com a evolução diferencial da Formação, porém combinando com forças internas para o arranjo do espaço da comunidade, que é o que nos interessa neste momento. Como Santos (1982) nos mostra, a história de uma determinada Formação é o resultado das formas criadas pelo modo

de produção no tempo, da sua complexidade sobre o território. No caso da comunidade de Taquari dos Ribeiros, os processos verificados anteriormente dentro do contexto do Centro-Sul do Paraná irão se conjugar com o espaço local, formando a comunidade faxinalense que será estudada neste capítulo.

3.1 Caracterização da área de estudo: O Faxinal Taquari dos Ribeiros

A comunidade que servirá como estudo de caso está inserida dentro do contexto social, econômico, físico e cultural que é próprio de sua região, o Sudeste paranaense, sendo que nesse momento, procura-se um levantamento destas características locais buscando uma contextualização da área de estudo com a realidade regional.

O Faxinal Taquari dos Ribeiros está localizado no município de Rio Azul no Paraná. Segundo o IBGE (2000) este município possuía uma população total de 13.248, distribuídos em uma área territorial de 630 Km². Localiza-se na Mesorregião do Sudeste Paranaense e na Micro-região de Irati. Rio Azul faz limite territorialmente com os municípios de Iratí e Inácio Martins ao Norte, Mallet e São Mateus do Sul ao Sul, Rebouças ao Leste e Cruz Machado ao Oeste, conforme visto na Figura 3.

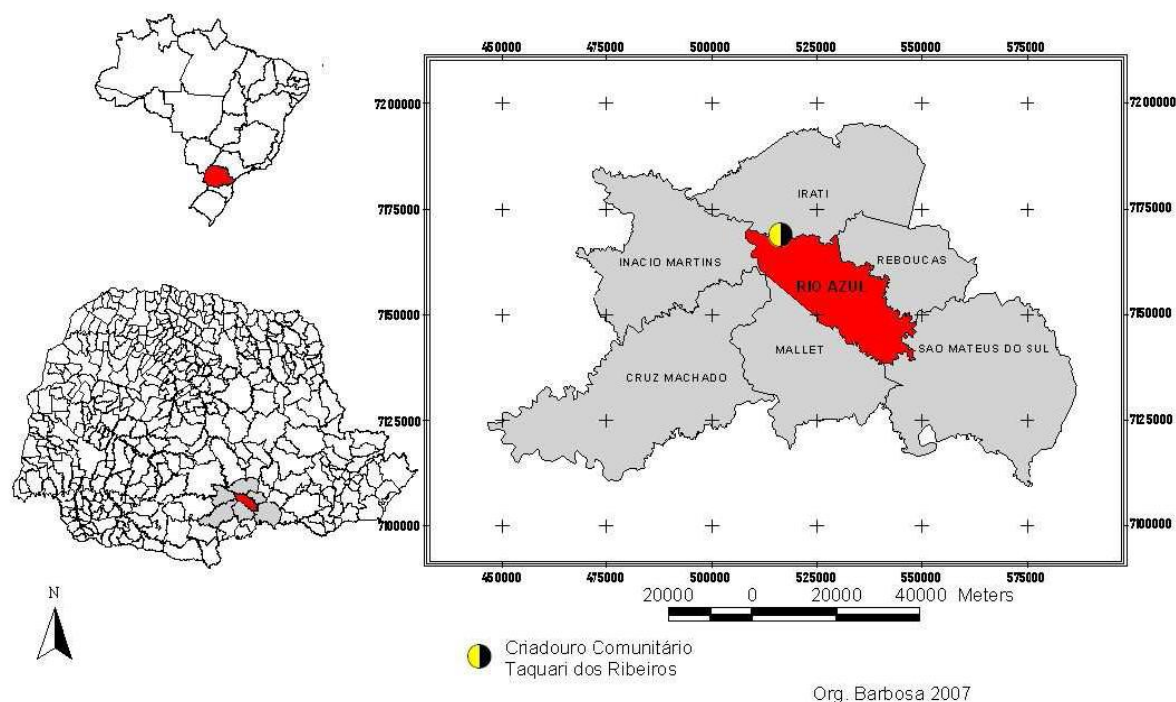


Figura 3. Mapa de Localização do Município de Rio Azul e do Faxinal Taquari dos Ribeiros
Fonte: Rede Faxinal Pesquisa (2007)

O município de Rio Azul e a comunidade de Taquari estão localizados numa área de relevo característicos da região de transição do Segundo para o Terceiro Planalto Paranaense, sendo que a escarpa da Serra Geral faz limite com as áreas do Faxinal Taquari. Assim sendo, o relevo caracteriza-se por ser acidentado, principalmente nas áreas próximas à escarpa. O clima da região é o Subtropical úmido que possibilita o aparecimento da vegetação da Mata com Araucária. O criadouro comunitário deste Faxinal possui em seu território a passagem de três cursos d'água principais: o Rio Cachoeira, Rio Taquari que também limita os municípios de Rio Azul e Irati, e o Arroio do Boles (BARBOSA, 2007), que são importantes para o abastecimento, tanto das casas das famílias que lá residem, quanto para a lavoura e para os animais que pastam no criadouro.

A comunidade de Taquari dos Ribeiros encontra-se estruturada nos moldes do Sistema Faxinal, sendo que ainda possui elementos que a caracterizam como tal, além do modo de vida desenvolvido por sua população. Caracteriza-se por ser um

dos Faxinais remanescentes no Estado do Paraná, já que este sistema vem sofrendo, ao longo do tempo, um forte processo de desagregação.

Barbosa (2007) aponta para o ano de 1900 como sendo o da origem da comunidade de Taquari dos Ribeiros. Neste ano houve a vinda dos primeiros moradores representados nas figuras de Antônio José Ribeiro, Clemente Maurício dos Santos e José dos Santos. A vegetação da Mata com Araucária que aparece na região, com a marcante presença da espécie denominada de Taquara, permitiu que os primeiros moradores denominassem a comunidade de vivência de Taquari. Este nome foi alterado posteriormente para homenagear Antônio José Ribeiro, um dos pioneiros da comunidade e que veio a se tornar prefeito de Rio Azul. Dessa forma, o nome da comunidade foi alterado e adicionado um segundo nome, dando origem ao Taquari dos Ribeiros.

Como mencionado anteriormente, esta comunidade permanece organizada nos moldes do Sistema Faxinal, o que quer dizer que podemos encontrar os três elementos básicos que a caracterizam como tal (criadouro comunitário, terras de plantar e cercas e valos) (Foto 2). Barbosa (2007) comenta que há uma predominância na criação de Suínos, Ovinos e Equinos que são criados a solta na área do criadouro comunitário (Foto 3).



Foto 2 – Visão Parcial do Faxinal Taquari dos Ribeiros
Fonte: Rede Faxinal Pesquisa (2008)



Foto 3 – Visão parcial do Criadouro comunitário do Faxinal Taquari dos Ribeiros
Fonte: Rede Faxinal Pesquisa

A ocupação humana, como no Sistema Faxinal em geral, também é feita na área do criadouro comunitário (Foto 4). O Faxinal Taquari dos Ribeiros possui cerca de 85 residências com um total de 120 famílias, contando com uma população de aproximadamente 350 pessoas. Nesta comunidade há a formação de pequenos núcleos familiares em algumas áreas do criadouro, formando pequenas vilas familiares. Esse processo de nuclearização ocorreu nas áreas onde os pioneiros foram se assentando (BARBOSA, 2007).



Foto 4 – Casa dentro do criadouro comunitário no Faxinal Taquari dos Ribeiros
Fonte: Rede Faxinal Pesquisa (2008)

Dentro do criadouro encontra-se a presença marcante da vegetação da Mata com Araucária ainda em bom estado de conservação (Foto 5). Isso se deve, em grande parte, ao fato de que a comunidade está cadastrada como ARESUR (Área Especial de Uso Regulamentado) junto ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Essa característica confere ao faxinal o status de Unidade de Conservação, e como tal deve seguir um plano com atividades que podem ou não se realizarem.



Foto 5 – Mata nativa dentro do criadouro do Faxinal Taquari dos Ribeiros
Fonte: Rede Faxinal Pesquisa (2008)

Recentemente temos a introdução do cultivo do fumo na comunidade, fato este que vem causando uma série de implicações de ordem econômica, culturais e sociais. As terras de plantar, que antes eram destinadas ao desenvolvimento de uma policultura alimentar de subsistência, hoje se encontram ocupadas com o cultivo do fumo, comprometendo a autonomia da comunidade que precisa, cada vez mais, buscar o que necessita fora de seus limites territoriais. Outra questão é quanto à mudança cultural e social, já que o cultivo do fumo demanda muito tempo e trabalho por parte dos Faxinalenses, comprometendo atividades rotineiras antes realizadas comunitariamente. Os mutirões para manutenção da comunidade são cada vez menos realizados, as festas de igreja e de santos são cada vez mais raras, ou seja,

o faxinalense acaba por adotar outras dinâmicas diferentes daquelas tradicionais (BARBOSA, 2007).

O mapa a seguir apresenta o criadouro comunitário do Faxinal Taquari, bem como as vias de acesso e os rios que cortam o território do criadouro comunitário (Figura 4).

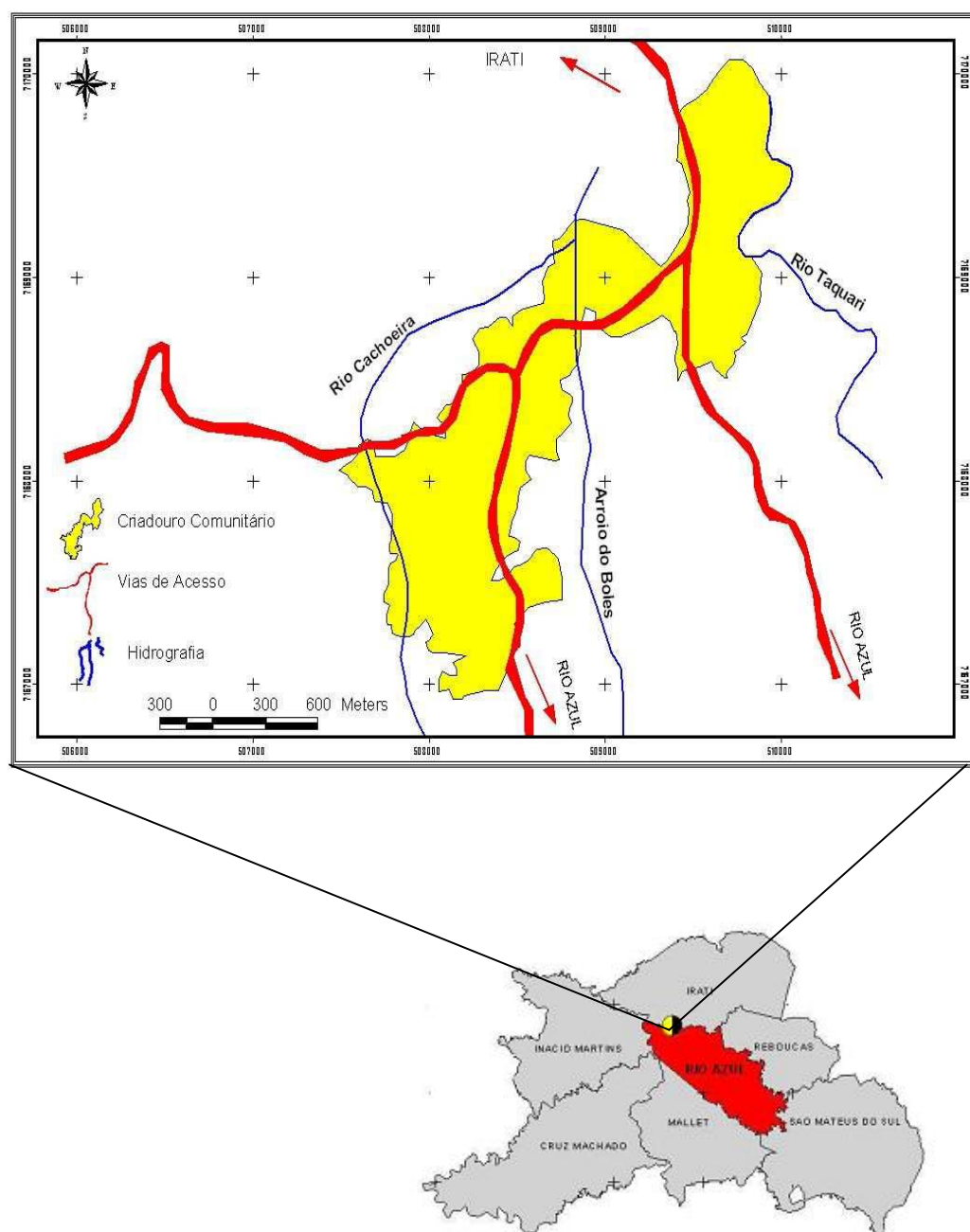


Figura 4 – Mapa territorial do criadouro comunitário do Faxinal Taquari dos Ribeiros
Fonte: Rede Faxinal Pesquisa

3.2 Faxinal Taquari dos Ribeiros: Sua origem e desenvolvimento

Nesta seção pretende-se a discussão com relação à origem do Sistema Faxinal e o posterior caminho trilhado pela comunidade. Serão utilizados dados coletados em entrevistas realizadas em campo, bem como os trabalhos científicos, e de extensionistas, acerca da comunidade que estamos estudando.

Já discutimos anteriormente os possíveis processos travados na região que levaram ao aparecimento dos Faxinais. Como abordado, talvez não seja possível atribuir uma única gênese ao Sistema Faxinal como um todo, pois cada comunidade organizada desse modo possui especificidades que nos permitem imaginar fatores que interferiram de formas específicas. A melhor maneira, partindo desse ponto de vista, é buscar levantar entender as condições sob as quais se deram o aparecimento de cada comunidade em si, porém, não esquecendo de fazer a ponte com o contexto em que esta está inserida. Dentro de um movimento de Totalidade, como aponta Santos (1982) para o caso das Formações Sócio-Espaciais, também deve ser considerado a dinâmica própria dos espaços. Assim, como menciona o autor, a função da forma espacial depende da redistribuição da totalidade das funções, que é dada a cada momento histórico em específico, que se deve às heranças do espaço previamente organizado e ao presente através da atuação do modo de produção em um de seus momentos. De certa forma, o lugar inserido dentro de um contexto da Formação Sócio-Espacial, incorpora em maior, ou menor intensidade, as estratégias para a região. Na âmbito do local, e o do Faxinal do Taquari dos Ribeiros, neste caso, haverão nuances próprias que se articularão com estes processos formando o espaço da comunidade. De acordo com Santos (2008), cada lugar se caracteriza por possuir uma combinação de certas variáveis promovendo um arranjo espacialmente localizado, mas que não é imutável, estando em permanente transformação com, ou sem, inflexão de fatores externos. As combinações locais também são dinâmicas (SANTOS, 1992). É esta a discussão que se busca nessa seção, entender a comunidade de Taquari dos Ribeiros, sua gênese e evolução dentro do quadro próprio, bem como com relação às forças externas a comunidade que se combinaram nas transformações e arranjos do espaço da comunidade em cada momento histórico.

O Faxinal Taquari dos Ribeiros, localizado no município de Rio Azul no Paraná, teve sua gênese também atribuída a processos e fatores próprios, porém

não desconexos do contexto social, cultural e econômico da Região. A partir de então, procura-se aqui, principalmente através das entrevistas, levantar a origem da comunidade, bem como o desenvolvimento trilhado por eles nos períodos subsequentes.

Acir de Andrade (2009), de 53 anos, nascido no Faxinal Taquari dos Ribeiros, nos relatou que seu pai também era nascido na comunidade, porém seu avô, Pedro Tomaz de Andrade, foi um dos que primeiro chegaram na região vindo da cidade de Campo Largo. Ele, o avô, veio junto com a Família dos Ribeiros, porém quando chegaram se depararam com alguns moradores que já estavam na região. O termo de posse das terras de seu avô datam do ano de 1904, portanto, mais de cem anos. De acordo com Andrade (2009), quem teve a idéia de fechar a área de criação foi Pedro Tomaz de Andrade, seu avô, pois comenta que antes os animais pertencentes às famílias, não eram cercados e podiam circular livremente pela área toda. Foi-se fazendo as cercas porque os porcos já começavam a invadir as roças dos integrantes das primeiras famílias que iam chegando. A idéia de fechar o criadouro, segundo Acir, foi bem aceita por todos. A família dos Ribeiros e dos Buchs também ajudaram na constituição das cercas. A área possuía muito pinheiro, cujo pinhão servia de alimento aos porcos. Então, resolveu-se fazer as primeiras cercas de “frechame” com as árvores de imbuías que eram encontradas em abundância na Região. Segundo Acir, a idéia de cercar os porcos dentro do criadouro foi idéia dos primeiros moradores, dentre os quais seu avô, pois eles não tinham muito dinheiro para fazer a criação e então encontraram essa forma para se organizarem.

Otávio Chagas, morador do Faxinal há mais de cinquenta anos, também confirma a história de Acir. Quando perguntado sobre a origem do Faxinal, ele diz que

“O povo conta que foi o avô do Acir de Andrade. Quando chegou aqui era tudo matão e ele andou fazendo cerco no que ele pode, e o tar dos Ribeiro. Não lembro o nome, um tar de Jantar Ribeiro que fecharam envolta o faxiná. E ele sempre zelava os cerco. Dai foi ficando os mais novo, morreram os mais velho e foi cultivando o faxinal. Até o pai do Acir que ficou como um dos que cuidavam bastante e fazia os cerco e cuida dos faxinal” (CHAGAS, 2009).

Como é recorrente nas entrevistas realizadas, podemos ver que a Família dos Andrade, e a Família dos Ribeiros foram as primeiras a chegar no Faxinal. Ao passo que o número de famílias aumentava, as áreas de lavoura e a criação também iam se expandindo, gerando a necessidade de organização do espaço, no qual os primeiros moradores, em acordo com Pedro Tomaz de Andrade, começaram empreender a tarefa de construir a cerca para separar o espaço de criação da lavoura. Pedro Belniak e Tereza Belniak (2009) também confirmaram que os primeiros a formarem o Faxinal foram as Famílias Andrade e Ribeiro. Porém, ele nos contam que quando o Faxinal foi formado a área do criadouro era maior, abrangendo terras de comunidades vizinhas.

Sobre isso, Chang (1988) comenta que o cercamento das roças com taquaras foi uma necessidade que surgiu com o aumento das áreas de lavoura e da quantidade de animais. Era consenso ter os animais numa área próxima, extensa e ao mesmo tempo apropriada para tal. Segundo a autora, as comunidades receberam ajuda das prefeituras, que se mobilizaram para organizar o espaço rural e, assim, demarcar áreas de criação e áreas de lavoura no espaço rural. Acir (2009) nos disse que seu avô, juntamente com os outros que fizeram as cercas, não receberam ajuda de outras pessoas para tanto, e utilizaram os recursos encontrados na própria comunidade.

Airton Ribeiro (2009), outro entrevistado, nos contou que o Faxinal começou com sua família, mas antes deles chegarem já havia um posseiro na região. Segundo ele, seu avô José Antônio Ribeiro, comprou parte das terras de um tal de Alcântra, como ele diz, era um índio posseiro que vivia na região. O seu avô, José Antônio Ribeiro, chegou a ser prefeito de Rio Azul, o que demonstra a representatividade política que algumas famílias do Faxinal já detinham na época.

As primeiras famílias, segundo os entrevistados, concordaram com a maneira como a comunidade se organizou. Da forma como se deu, era possível criar os animais fora da área de lavoura, na área da Mata nos fundos dos vales, tendo parte da alimentação garantida pelos recursos florestais. Mesmo aqueles que tinham pouca terra, com a qual seria praticamente impossível a criação de animais sem o uso comum de terras, tinham a possibilidade de ter seus animais e garantir os recursos para se reproduzir socialmente. Ao ser perguntado sobre a aceitação de todos em organizar a comunidade daquela forma, Acir responde que

naquela época todo mundo era a favor. Até agora todo mundo acostumou com a idéia. Até agora todo mundo acostumou né de morar no faxinal. Fora o faxinal ninguém vive né. Ainda mais agora que tem que conservar a mata e ninguém pode derrubar né. Afeta o meio ambiente né (ANDRADE,2009).

Então, vemos que a comunidade parecia estar formada e com um consenso da maioria em seguir essa forma de organização rural. A partir de então, a comunidade, enquanto Sistema Faxinal, começará a trilhar um caminho que, a partir de agora, será explorado.

Dentro da comunidade surge, então, a figura do *Inspetor de quarteirão*. Chang (1988) diz que os inspetores municipais, e de quarteirão, surgiram como necessidade de ação e controle das prefeituras nas comunidades. Após a nomeação na comunidade, os inspetores tinham seu nome registrado na prefeitura (inspetor municipal) e na delegacia (inspetor de quarteirão), sendo eles dotados de um respeito na comunidade que lhes permitiriam a solução de conflitos e a mediação entre a comunidade e os órgãos que representam.

A família de Acir Tuli de Andrade tem a tradição de representarem o faxinal junto à prefeitura. O avô de Acir foi o primeiro inspetor municipal da comunidade, seguindo por seu pai e, mais recentemente, ele também recebeu a responsabilidade de ser o inspetor municipal. Assim, todas as questões relativas à construção e manutenção das cercas, bem como divisões e traçados tem que passar por ele. Quando perguntado sobre seu trabalho na comunidade, ele também nos disse que faz a mediação de conflitos como, por exemplo, a transposição das cercas por animais que acabam causando prejuízos nas lavouras de alguns moradores. Nesse caso, é a figura do inspetor que tem a tarefa de solucionar esse conflito por meio da negociação dos prejuízos e indenizações.

A comunidade já está, dessa forma, organizada e com as bases de seu funcionamento enquanto Faxinal. Assim, de acordo com relatos, a comunidade passa a receber maior número de pessoas que acabavam se interessando em ter a oportunidade de criar seus animais, mesmo que possuissem uma propriedade pequena. Então, muitos começaram a comprar pequenos pedaços de terra dentro do criadouro, para ter garantido o direito de criar seus animais no Faxinal. Aqueles que não tinham terras podiam também criar, mediante a ajuda na construção e na manutenção das cercas.

A comunidade de Taquari dos Ribeiros, em seu início, era dotada de maior autonomia, pois os moradores tinham garantida a sua alimentação básica. Os animais criados no Faxinal serviam para a alimentação e para a venda, nos mercados regionais, daquilo que excedia na produção, bem como o milho, o feijão e o arroz que eram plantados nas áreas de roça (terras de plantar), garantindo assim a alimentação da comunidade e a entrada de alguns recursos através da venda dos excedentes. Somente se comprava no mercado aquilo que não era possível produzir na comunidade, como o açúcar, o sal e o café.

Os recursos florestais também serão utilizados pelos faxinalenses, primeiro para consumo próprio, e depois com a vinculação desses recursos ao mercado. As áreas dos Faxinais contavam com grande quantidade de erva-mate, que primeiramente era explorada para consumo próprio, mas que posteriormente viria a se tornar importante para as comunidades trazendo-lhes recursos extras.

Chang (1988) diz que a partir das últimas décadas do século XIX, e as primeiras décadas do XX, o Paraná passa a ter na erva-mate o fio condutor de sua economia. Uma série de conflitos interrompe, em 1830, o fornecimento do mate Paraguaio e de Corrientes aos mercados Chileno e Argentino. A partir do século XX que a exploração do mate vai exceder os limites do consumo interno, aumentando o volume de exportação significativamente.

Os Faxinais irão encarar um período de prosperidade, já que contavam com grande quantidade de ervais nativos. Esses passaram a ser explorados diretamente, sendo que a produção de mate nesse período se sustentava principalmente nos núcleos organizados sob a forma de Sistema Faxinal.

Com relação ao processo de exploração do Mate, Barreto (2008) afirma que

A erva-mate se constituía num produto de caráter extrativo, não requeria desprendimento de capitais, nem para a formação do erval, nem para a derrubada da mata como requeria o café, por exemplo. Dessa forma, a distinção entre as classes que usufruíam os ervais era condicionada estritamente à propriedade da terra. Percebe-se que o acesso a terra era condição fundamental para deter os meios de produção desta atividade (p.52).

Assim, como evidencia Barreto (2008), o desenvolvimento da atividade ervateira era possível sem a derrubada da Mata. Como os ervais já faziam parte da flora da região, sendo espécies nativas em abundância, os Faxinais conseguiram boa inserção em relação ao mercado.

Os moradores do Faxinal também relataram que a erva-mate foi muito importante para a comunidade de Taquari dos Ribeiros. Hoje essa atividade não lhes é tão importante, pois o Fumo, como veremos adiante, caracterizou-se pela principal atividade econômica da região. Os poucos ervais que restam na comunidade, atende quase que exclusivamente ao consumo interno no próprio Taquari dos Ribeiros.

Acir Tuli de Andrade nos diz que no passado a exploração da erva-mate foi muito maior, sendo uma atividade que lhes possibilitava maior renda. Ele continua dizendo que havia os secadores de ervas, os barbaquás, que hoje já não existem mais. Otávio Chagas (2009) também diz que para ele a erva foi muito importante, mas não era a atividade principal, servia-lhes apenas para trazer uma renda extra.

A produção do mate até então tinha nas comunidades faxinalenses uma grande possibilidade de atendimento das necessidades. Essa situação começa a mudar quando as indústrias ervateiras passam a dominar na região. Segundo Barreto (2008),

Quando as indústrias ervateiras intensificaram suas atividades no Centro-Sul do Paraná, os faxinalenses passaram a se dedicar cada vez menos à extração e ao beneficiamento da erva mate. Esses camponeses sempre produziram erva mate para o mercado. O trabalho empregado na extração e beneficiamento da erva-mate resultava em um produto, na qual a comunidade era a maior beneficiada.

Apesar disso, essa entrada das indústrias ervateiras não significou a dissolução da forma de organização que encontrávamos no Sistema Faxinal. Pois a atividade ervateira não era a única que se desenvolvia na comunidade e,

apesar da erva-mate ter sido fonte principal de renda no passado, os faxinalenses não se dedicaram exclusivamente à atividade ervateira. Existiam outras formas de obtenção de renda nos Faxinais, como, por exemplo, a criação de animais, principalmente o suíno, que era vendido no mercado (Barreto, 2008).

Ainda assim, Marcelo Barreto nos diz que a incorporação da poda e do cancheamento da erva-mate pela indústria permitiu o início de uma nova realidade nos Faxinais. Com a extensão da indústria em terras de Faxinais, temos a sujeição dos camponeses da Floresta com Araucária, entre eles os faxinalenses, ao capital industrial ervateiro que passa a controlar todo o processo.

Ainda hoje, grande parte das famílias dos Faxinais exploram os ervais que ainda restam na comunidade (gráfico 1). Porém, hoje, esta atividade tem menor importância como fonte de renda para a comunidade, servindo, quase que via de regra, para consumo nas próprias famílias (Foto 6). Alguns poucos moradores exploram os ervais para vender, sendo que, como nos relatou Chagas (2009), vendem ela “cru”, ou seja, sem secar e nem moer. Esses poucos retiram apenas poucas quantidades de ervas e não tem essa atividade como sendo a de principal renda.

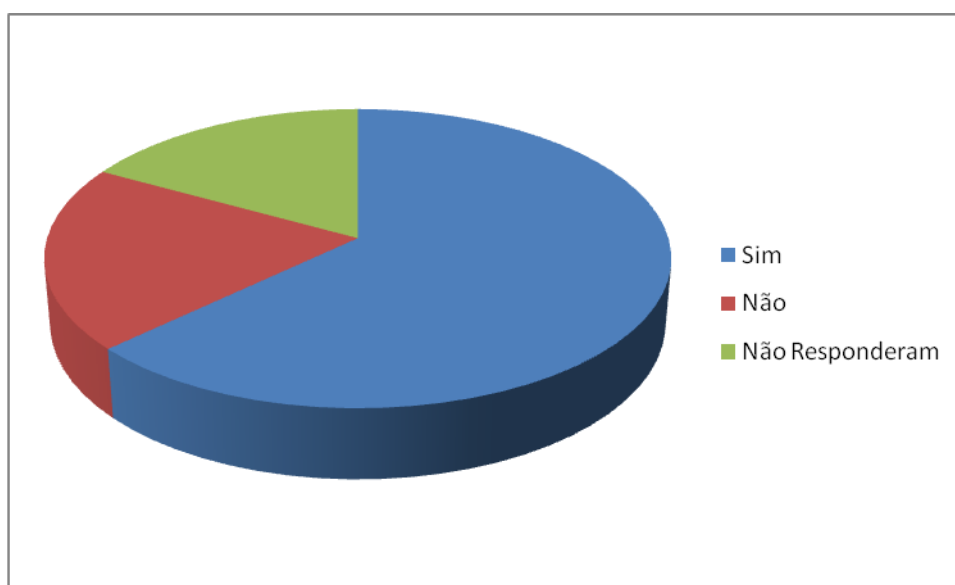


Gráfico 1 – Extração de Erva-Mate no Faxinal Taquari dos Ribeiros
Fonte: Questionário (2008)⁵.

Podemos notar no gráfico que a maioria das famílias entrevistadas (63%), exploram os ervais em suas propriedades, contra 22,2% dos entrevistados que não retiram a erva. Os outros 18,5 % é representado por aqueles que por algum motivo não responderam a esta pergunta, ou apenas tiveram o questionário piloto aplicados, onde esta questão não era abordada.

⁵ Questionário aplicado no Faxinal Taquari dos Ribeiros, entre os meses de outubro e novembro do ano de 2008. Primeiramente foi aplicado com algumas famílias um questionário piloto, que não contemplava todas as questões pretendidas e, posteriormente, foi aplicado o questionário completo para as famílias restantes.



Foto 6 – Pés de erva-mate dentro do criadouro comunitário
Fonte: Rede Faxinal Pesquisa (2008)

Quando a erva deixou de ser a principal atividade, os faxinalenses tiveram novamente na agricultura, sua principal fonte de renda. Entretanto, mesmo com o mercado regional fortalecido pelo ciclo da erva-mate que se deu no Paraná, os faxinalenses encontraram facilmente mercado para seus produtos nas feiras regionais que surgiram.

Outra atividade que tem início à essa mesma época, nas primeiras décadas do século XX, nos faxinais, e também no Taquari dos Ribeiros, foi a da extração da Madeira. Na época, a falta de leis ambientais, ou a ineficiência delas, permitiam que a madeira fosse explorada no Faxinal, sendo que os faxinalenses vendiam o pé inteiro.

Sobre a exploração da madeira no passado, tanto Acir Andrade, quanto Otávio Chagas, moradores do Faxinal Taquari dos Ribeiros, disseram que as serrarias, que se localizavam perto do Faxinal e fora do criadouro exploravam a madeira na comunidade. Segundo depoimento de Andrade (2009) “*derrubavam aqueles pinheirão, puxavam com carretão, com boi. Hoje a serraria não tem, mas tem lá o resto dos pinos*”. As serrarias que exploravam a mata da região eram a dos Santine e a Malucelli. Otávio Chagas (2009) afirma que ele mesmo vendeu muita madeira, bem como, à época, outros moradores do Faxinal. Diz ainda que as serrarias “*vinham aqui e comprava tudo. Naquele tempo né, e o povo precisava. Eu vendi madeira bastante*”.

A exploração da madeira nativa da região só veio diminuir com a implementação de uma legislação ambiental mais forte. Assim, hoje não é possível explorar os recursos de madeira de dentro do Faxinal, até porque o Faxinal está cadastrado como ARESUR (Área Especial de Uso Regulamentado), que é uma modalidade de Unidade de Conservação que serve de alternativa à comunidade e que será discutido no último capítulo.

Com a exploração da madeira no Faxinal, os recursos da Mata diminuíram significativamente. Antes, de acordo com todos os entrevistados, existiam muitas espécies, das quais a imbuia e a Araucária eram predominantes. Assim, como essas árvores foram sendo vendidas para as madeireiras, a quantidade de mata foi diminuindo ao longo do tempo. Essa retirada só diminuiu mais atualmente em decorrência, no entender daqueles, do faxinal ter sido registrado e assim não sendo mais possível a realização desse tipo de exploração.

Até então, isto é até, a altura da década de 1970, as diversas atividades não comprometiam, de modo geral, o setor de subsistência desenvolvidos no Faxinal. Segundo Chang (1988),

a nível da economia regional, a atividade madeireira permitiu um acúmulo de renda em um período relativamente curto de tempo, como ocorreu com a economia do mate, o que reforçou a burguesia e o mercado local. A atividade madeireira provocou também a ampliação e o melhoramento do sistema viário e a conseqüente introdução do transporte motorizado. Tais melhorias resultaram em estímulos significativos no próprio mercado interno local em crescimento (p. 65).

As atividades para o auto-consumo (policutura alimentar e criação de animais) não se comprometiam com essas atividades que estavam se desenvolvendo. O que acontecia, como Chang nos mostra, é o contrário, pois na verdade se fortalecia em virtude da ampliação e fornecimento dos mercados regionais que surgiam. Com relação a crise daquelas atividades no Faxinal, Chang (1988) diz ainda que

com a queda definitiva das exportações do mate em 1931, e a crise conjuntural da exportação da madeira, que se seguiu após a grande depressão, a produção de subsistência passou a predominar e a absorver maior parte dos recursos e da força de trabalho (p. 65).

O Faxinal, até então, garantia ainda certa autonomia aos moradores, pois estes conseguiam mercado para seus produtos, tanto no setor de subsistência, quanto com os recursos da Mata que estava sendo explorado. Essa situação vai começar a mudar ao passo que novas atividades, com novas formas de exploração, não mais de recursos naturais, mas sim da renda da terra, e de mão-de-obra, irão se estabelecer na região.

3.3A idéia de “sustentabilidade” permeando a sua organização espacial

Pretende-se, aqui, trazer à discussão o conceito de sustentabilidade ambiental, buscando entender o Sistema Faxinal, e particularmente o Faxinal Taquari dos Ribeiros dentro deste contexto. Assim, além do levantamento teórico acerca do tema, serão trazidas as contribuições das entrevistas realizadas em campo na comunidade. Procura-se reconstruir, junto com as contribuições dos faxinalenses, as idéias e as praticas que levaram a constituição da comunidade.

Scheibe (2004) nos mostra que sustentável é o que pode ser sustentado no interesse da sociedade, mesmo que para isso seja necessário algum apoio externo. Como veremos a seguir, os Faxinais, organizados da maneira como chama atenção Chang, tinham certo grau de sustentabilidade, o que foi se perdendo ao longo do tempo com a entrada de novas atividades na região, alterando o modo de vida e as práticas sustentáveis desenvolvidas pelos moradores.

Sobre a sustentabilidade do Faxinal, Lemes e Löwen Sahr (2005) nos mostra que o Sistema Faxinal

é considerado uma forma de organização auto-sustentável por apresentar a capacidade de prover-se de víveres seus integrantes, ou seja, no faxinal são produzidos os gêneros alimentícios necessários a sobrevivência do homem, além da produção de alimentos para a alimentação das criações. No Sistema Faxinal tanto a agricultura quanto à criação de animais é voltada para a subsistência, sendo comercializado somente o excedente da produção. O pequeno lucro adquirido com a venda do excedente é investido no próprio faxinal com o intuito de se conservar os meios de produção visando à subsistência das próximas gerações (LEMES e LÖWEN SAHR, 2005).

Os Faxinais, de modo geral, sempre tiveram na subsistência um de seus expoentes. Não foi diferente com o Faxinal Taquari dos Ribeiros, que antes da entrada do Fumo na região, como será visto no próximo sub-capítulo, conseguia desenvolver as atividades de exploração dos recursos florestais junto com o desenvolvimento de uma policultura alimentar de subsistência, e a criação de animais para o consumo.

Isso fica claro quando Chang (1988) diz, por exemplo, que a organização das relações de produção no Sistema Faxinal estão centradas na policultura alimentar de subsistência, na criação de animais para consumo e tração, e na extração do mate das reservas naturais da comunidade. Organizado dessa forma, não é tão imperativo a necessidade de buscar no mercado tudo o que necessitam para se reproduzirem socialmente. Somente se compra aquilo que é necessário, e não é possível de produzir na comunidade.

Acir Tuli de Andrade relata que antes não havia a necessidade de comprar tantas coisas no mercado. Segundo ele, *“antigamente plantava bastante, a roça tinha bastante coisa, mais era sal que tinha que comprar né”*. Então, o sal e o açúcar, como ele nos alerta, tinha que ser buscado nos mercados da região, pois era impossível produzi-los no Faxinal. Outro entrevistado, Otávio Chagas, disse ainda que tudo o que consumiam era produzido no Faxinal.

Então, a policultura alimentar de subsistência e a criação animal para o consumo garantiam a alimentação da população faxinalense. Além disso, não comprometiam os recursos da Mata com Araucária, pois, as terras de plantar localizam-se fora da área do criadouro, onde é encontrada a mata em maior abundância, e os animais são criados de forma extensiva no criadouro, sem comprometer as espécies florestais, que lhes fornecem alimentos. A mata não é derrubada e a sua permanência é importante, pois, dessa forma não é preciso grandes gastos com a alimentação animal, o que tornou esta uma atividade viável.

Além de ser uma alternativa viável e sustentável do ponto de vista ecológico, o Sistema Faxinal contribui também para a conservação da Mata com Araucária, pois faz um uso dos recursos de modo racional. Assim, Löwen Sahr e Cunha (2005), afirmam que os Faxinais podem ser uma alternativa frente à tendência de degradação do Bioma da Mata com Araucária, que foi um dos elementos naturais que mais sofreram com as atividades predatórias. Dizem que

Com a crescente ameaça à Mata com Araucária através do aumento das áreas da agricultura moderna, acredita-se que os Faxinais, por apresentarem características da formação natural desta vegetação, podem contribuir para a proteção e preservação desta. Por esse motivo, o Sistema Faxinal pode ser visto como uma forma de uso mais sustentável, que preserva a Mata do Pinheiro do Paraná sem renunciar totalmente ao uso deste ecossistema (2005).

Os autores ainda mostram que ao que tudo indica, o impacto ambiental causado pelo Sistema Faxinal é muito menor do que o causado pela agricultura moderna. Isso mostra, de certa forma, a importância desse Sistema na manutenção das reservas florestais do estado do Paraná, já que a área que apresenta o Bioma da Mata com Araucária em melhor estado de conservação coincide com a Região dos Faxinais no Paraná.

A comunidade de Taquari dos Ribeiros, ainda funcionando com um Faxinal na maneira tradicional como definida por CHANG e por LÖWEN SAHR, apesar de contar com recursos florestais significativos, as atividades ali desenvolvidas fizeram diminuir, de certa forma, a sustentabilidade econômica e ambiental. A exploração da madeira promoveu por um bom tempo a devastação dos recursos florestais, situação que só veio mudar nos últimos anos, como relataram alguns entrevistados, quando o Faxinal foi cadastrado no programa do ICMS-Ecológico.

É a partir da década de 1970, que se começa a desenvolver na comunidade a atividade fumageira, trazendo-lhes mais recursos financeiros e uma dependência que é diretamente proporcional. Além do comprometimento da autonomia dos faxinalenses, esta atividade também irão promover um aprofundamento do desequilíbrio ambiental que já havia começado com a exploração da madeira.

3.4 A inserção da Agroindústria do Fumo e suas implicações

O Sistema Faxinal, como visto, se caracteriza por proporcionar aos seus moradores, praticamente tudo o que necessitavam, através de uma policultura alimentar de subsistência, aliada à criação de animais nos criadouros comuns. Todavia, tal sustentabilidade econômica e ambiental do Faxinal começa a ser ameaçada a medida que outras atividades se inserem, como a da indústria

fumageira, comprometendo inclusive na autonomia dos faxinalenses. Assim, inaugura-se uma nova fase para os Faxinais, onde a subordinação dos faxinalenses às lógicas de tais atividades será cada vez mais significativa, com destaque à indústria fumageira. Com relação à entrada do cultivo do fumo na comunidade estudada, podemos entendê-la como uma vinculação a uma estratégia traçada em outros níveis que não o local. Dessa forma, como aponta Santos (1992), o processo de evolução da totalidade do espaço e de suas frações, bem como o da comunidade de Taquari dos Ribeiros, supõe confronto e até conflitos entre fatores externos e internos. Assim, sob o enfoque da Formação Sócio-Espacial que permeia o trabalho, podemos entender a vinculação do Faxinal taquari às estratégias das empresas fumageiras como parte de uma lógica maior, traçada ao nível global, mas que se reflete de forma específica no local, nas comunidades faxinalenses, bem como na comunidade de Taquari dos Ribeiros.

Nesse sentido, optou-se por trazer inicialmente uma breve discussão sobre a introdução do cultivo do fumo no Brasil e, principalmente, na Região Sul. Em seguida se analisará a entrada do Fumo nas áreas de Faxinal e, em especial, no Faxinal Taquari dos Ribeiros.

O Fumo é o principal cultivo não alimentício em todos os continentes, sendo que, só no Brasil, por exemplo, sua produção anual ultrapassa a seis milhões de toneladas. Os índios da América Latina, região onde a espécie dominava, já faziam uso da planta, sendo ela ou mascada, pitada, bebida ou fumada. Com a presença dos europeus no continente, essa planta ficou mais conhecida na Europa, pois os tripulantes da expedição de Cristóvão Colombo, quando estavam em Cuba no ano de 1492, assimilaram esse hábito e levaram a novidade até suas terras. Com isso, o fumo passou a ser mais conhecido em todo mundo, principalmente por viajantes e soldados que viajavam expedições pelas *Índias* ocidentais. Posteriormente, o Fumo ganhou a fama de ajudar na crises de enxaquecas, tornando-se mais popular por todo o globo. Assim, o interesse econômico em cima de tal cultivo o fez se expandir e se espalhar rapidamente (FOSSARTI e FREITAS, 2002).

No Brasil, o cultivo do Fumo teve rápida expansão. A primeira área a apresentar o cultivo da planta foi a então província da Bahia, expandindo-se rapidamente por Minas Gerais, Goiás e São Paulo (FOSSARTI e FREITAS, 2002). A expansão vai se tornando cada vez mais evidente, sendo que

Enquanto a produção de fumo no século 19 se caracteriza pela descontração – ainda que com o predomínio da Bahia sobre as demais regiões –, no século 20 a crescente concentração na Região Sul é a característica mais relevante. E é no centro do Rio Grande do Sul, com sua colonização alemã, que nasce o núcleo que viria a ser atualmente a “capital do fumo”: Santa Cruz do Sul e sua microrregião. Em grande parte, o sucesso econômico-financeiro das empresas instaladas no país depende do chamado sistema integrado de produção do fumo. Este, conforme dito anteriormente, foi criado pela BAT, com base em conhecimentos de geografia, climatologia, história e sócio-economia. Teve como propósito inicial garantir a normalidade do abastecimento de matéria-prima para a fábrica de cigarros instalada no Rio de Janeiro (BOEIRA e GUIVANT, 2003, p.49).

Vemos que na Região Sul o cultivo de Fumo começou a se expandir por encontrar ali condições favoráveis à estrutura das agroindústrias. A existência de pequenos produtores chama a atenção das empresas para uma possibilidade de obtenção de maiores lucros através da exploração da mão-de-obra familiar em pequenas propriedades, geralmente, de colonos imigrantes. Essa foi a condição encontrada no Rio Grande do Sul, fator decisivo para a expansão da atividade fumageira nesse estado, fazendo com que a região de Santa Cruz do Sul, como mencionado, se tornasse a capital do Fumo no Brasil.

Boeira e Guivant (2003) ainda citam alguns outros fatores que contribuíram para a expansão da atividade fumageira no sul do Brasil. Entre estes fatores estão: a adequação das terras da região ao cultivo do fumo de estufa; o clima que possui chuvas moderadas e bem distribuídas durante o ano; o perfil cultural dos colonos, que são caprichosos e dedicados; consolidação do cultivo e do comércio do produto na região; e a existência de estrada de ferro para transporte da produção. As condições estavam dadas, e as empresas, principalmente a *Brazilian Tobacco Corporation* (posteriormente, Souza Cruz), souberam aproveitar bem obtendo lucros exponenciais através da subordinação do pequeno produtor familiar às lógicas da empresa.

Num segundo momento, o cultivo do fumo se expande para os outros estados da Região Sul. A expansão do sistema integrado de cultivo fez com que a Região Sul se tornasse, nas décadas de 1980 e 1990, parte crescente do cenário mundial de comércio de Tabaco. A grande produtividade, garantida em certa medida pelas estratégias territoriais das empresas, fez o Brasil se tornar o maior

exportador de tabaco do mundo, e um dos maiores produtores do fumo em folha e, também, de cigarros (BOEIRA e GUIVANT, 2003)

Por conseguinte, os pequenos produtores de Santa Catarina e do Paraná também se submeterão às lógicas das empresas. No Estado do Paraná, o Sistema Faxinal se caracterizou como uma boa oportunidade para a expansão das atividades fumageiras.

Nas comunidades faxinalenses, a produção familiar, antes voltada para a policultura alimentar de subsistência, começa a se pender para o trabalho com o Fumo. Hoje, nas comunidades em que tivemos a oportunidade de visitar durante esses anos de trabalho com o Sistema Faxinal, é raro aquela que não tenha nenhum produtor trabalhando com Fumo. Isso mostra que os Faxinalenses, apesar de estarem dotados de uma maior visibilidade, resultado de suas lutas por reconhecimento, estão cada vez mais subordinados e amarrados aos Complexos Agroindustriais, dentre os quais, a indústria de fumo se faz presente.

No faxinal Taquari, a atividade do Fumo teve início a mais de trinta anos. O casal entrevistado Pedro Belniak e Tereza Belniak, quando questionados sobre a quanto tempo já plantavam fumo no Faxinal, disseram que eles foram um dos primeiros e que já fazem esta atividade a pelo menos trinta e cinco anos. As possibilidades de lucro com o Fumo foi o fator que mais os impulsionou para a atividade. Segundo afirmam,

naquele tempo que começemo a plantá fumo nós tinha carcario pra corrigir a terra sabe, e essas terra de chapadão essa num produzia. Então eu comecei a prantar e dava mais dinheiro. Porque hoje em dia mantimento dá dinheiro mas precisa ser imensidão (BELNIAK, 2009).

Como o preço dos gêneros alimentícios começou a diminuir no mercado, a família encontrou no fumo uma alternativa para garantir uma certa quantidade de recursos. Isso fez com que eles mudassem a atividade, diminuindo a área destinada a policultura alimentar de subsistência, para dar lugar ao fumo.

Acir Tuli de Andrade (2009) diz também que resolveu plantar fumo, a 27 anos atrás, devido ao preço que este produto encontrava no mercado. Com suas palavras, ele nos diz que o principal incentivo a produção foi “o *preço porque para o plantador de fumo sobra dinheiro, e o feijão ainda tinha que pagar a conta né*”. A família não encontrava boa inserção do principal produto comercializado por eles, o

feijão, o que os incentivou a adotar o fumo como principal fonte de renda. Assim, garantiam uma renda relativamente boa ao final do processo.

Os agricultores que trabalham com fumo no Faxinal Taquari, como os de outras localidades, ficam suscetíveis às estratégias das empresas, que podem encontrar meios para conseguirem explorar ao máximo o produtor. Como o Fumo é classificado por classes, que variam de acordo com a qualidade das folhas apresentadas, as empresas muitas vezes utilizam o pretexto de baixa qualidade da folha, e então, uma classe inferior, para baixar o preço do produto a ser vendido. Sobre isso, Otávio Chagas (2009) relata que

o comprador as vezes não paga a classe que se faz né... Então daí porque cê sabe como é, os cara tão lá pra puxá. Agora esses dia, esse meu genro e o filho mandaram o mesmo fumo, um pra uma firmageira o outro pra outra. Essa Aliança aqui pagou a cinco e pouco o fumo e já a do meu neto pagou a seis e oitenta. Entendeu. Mil e pouco de quilo de fumo. Só que não tinha pegado a nota do rapaz, senão não entregava. [...] Só sei que lá em casa eu que vou fazer o preço. Se quiserem comprar, senão. Já no passado era assim. Já no passado eles pagavam o que ele quis. (CHAGAS,2009).

Então vê-se como o produtor fica dependente da Indústria Fumageira. O preço é fixado para eles, e na maioria das vezes, não resta muita coisa a fazer a não ser concordar com a estratégia da empresa. Esta situação é enfrentada por grande parte das famílias do Taquari dos Ribeiros.

As empresas trabalham através do contrato, onde amarram os produtores dos Faxinais. O único recurso inicial exigido é, praticamente, somente a terra onde será plantado o fumo. O contrato, na maioria das vezes, prevê assistências técnicas por especialistas da própria empresa, além do financiamento de equipamentos importantes para o processo de produção do fumo, como as estufas. Então, a construção das estufas é financiada pelas empresas, fazendo com que os produtores tenham uma dívida com a empresa contratada. Dessa forma, os produtores tanto sentem-se na obrigação de vender à empresa que financiou as estruturas, como também são obrigados por contrato.

No Faxinal Taquari, a maioria das famílias trabalham com fumo e tem nesta atividade a fonte principal da renda familiar. O relatório do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), feito por Marques (2004) mostrou que nesta comunidade estudada cerca de 99% das famílias trabalham com Fumo. No final de 2008, com o questionário que pudemos aplicar em parceria com a Rede Faxinal Pesquisa,

constatamos que a imensa maioria cultiva o fumo. Assim, o Gráfico 2 mostra a quantidade de famílias que desempenham esta atividade. Num universo de 81 famílias que responderam aos questionários, 63% responderam que tem no fumo a principal fonte de renda, enquanto 1% prestam serviços temporários, também 1% tem no comércio a sua principal atividade. Outros 31% por algum motivo não responderam a esta questão, ou não foram contemplados por esta pergunta no questionário completo.

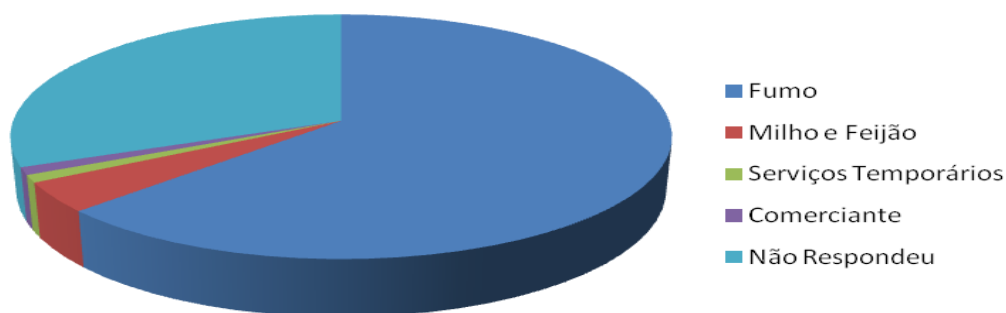


Gráfico 2 – Principal fonte de renda das famílias do Faxinal Taquari dos Ribeiros
Fonte: Questionário (2008)

Relativamente proporcional ao número de agricultores que trabalham com o fumo no Taquari, o número de estufas de fumo dentro da comunidade também é grande. Essas estufas demandam certa quantidade de lenha para funcionarem. Logo, a grande quantidade de estufas revela a necessidade de uma grande quantidade de lenha para mantê-las funcionando. Aqui, o que se observa, é que muitas vezes estas estufas estão localizadas nas áreas do criadouro, nas imediações das casas, o que possivelmente leva à retirada de recursos da mata para secar o fumo (Foto 6). Esta queima de lenhas revela um problema ambiental, tanto na derrubada de espécies nativas ou reflorestadas, quanto na liberação de gases resultante da queima da lenha e da secagem do fumo. Ainda de forma indireta, contribui para a diminuição da biodiversidade da região. Boeira e Guivant (2003) mostram que

cada mil estufas queimam cerca de 50 mil metros cúbicos de árvores nativas ou reflorestadas, por safra, segundo técnicos das empresas que orientam os produtores. Na Região Sul, o total passou de 94.942 para 116.559, com o aumento de 21.617 estufas, entre 1995 e 1998 (BOEIRA e GUIVANT, 2003).

Isso mostra o impacto causado pelas estufas de fumo nas áreas onde se localizam, como acontece com o Faxinal Taquari que, segundo os entrevistados, possuía uma maior área de mata nativa antes da atividade do Fumo.



Foto 7 – Estufa de Fumo localizada dentro do criadouro comunitário do Faxinal Taquari dos Ribeiros
Fonte: Rede Faxinal Pesquisa (2008)

Além dos impactos ambientais e econômicos decorrente dessa atividade nos Faxinais, a cultura e os costumes faxinalenses também vão se perdendo ao passo que o trabalho nas lavouras aumenta. O trabalho com o Fumo é bastante intenso, durante todo o ano. O tempo de trabalho dedicado a ele é bem maior do que as outras atividades que eram desenvolvidas na comunidade antes. Assim, as muitas práticas faxinalenses, como o mutirão, as festas e os encontros de moradores, ou não serão mais realizados, ou serão feitos de uma forma diferente de acordo com a disponibilidade de tempo dos moradores. Então, a participação de todos na vida social da comunidade fica comprometida, pois muitos não conseguem tempo para participar dessas tradições, que vão sendo deixadas de lado, ou diminuem de importância para eles.

Por outro lado, vê-se que apesar dos malefícios causados por este tipo de atividade, podemos entender como um processo normal que se desencadearia mais

cedo ou mais tarde. Se não fosse a agroindústria do fumo, talvez outra encontraria nos Faxinais, e no imediatismo natural de obter lucro rápido, o viés para sua expansão. Aqui, reafirmamos a idéia do trabalho de não entender o Sistema Faxinal como estanque no tempo, nem de encarar estas atividades como formas de subversão da organização faxinalense, mas sim como processos de transformação sócio-espaciais que levarão estas comunidades a novas formas de configuração com o passar do tempo, bem como com as atividades que irão suceder.

No próximo capítulo, o foco da discussão volta-se para a esfera governamental no que se refere à política do ICMS-Ecológico, já que os Faxinais passaram a ser cadastrados como ARESUR (Área Especial de Uso Regulamentado). O Faxinal Taquari é uma das comunidades cadastradas nesta modalidade, o que nos leva a necessidade de avaliar as potencialidades e as limitações que decorrem deste ato.

4. O ICMS ECOLÓGICO E O FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS ENQUANTO ARESUR

Com o impacto das atividades desenvolvidas nas áreas de Faxinais, surgem, recentemente, políticas na forma de programas que buscam garantir a permanência desse sistema. Uma desses programas é o do ICMS Ecológico, surgido no país, tendo no estado do Paraná o seu expoente, onde os Faxinais encontraram uma oportunidade para garantir sua permanência enquanto comunidade tradicional.

Começar-se-á centralizando as discussões sobre o conceito de ICMS Ecológico, bem como os mecanismos que permitem o seu funcionamento. Em seguida, o interesse passa a ser sobre a possibilidade da inserção do Faxinal nesse programa, quando foi criada uma modalidade de Unidade de Conservação própria para o Sistema Faxinal, abrindo novas perspectivas para as comunidades cadastradas. Na seqüência procuramos discutir a maneira como o ICMS Ecológico pode, tanto ser uma oportunidade única e benéfica, quando se tornar uma limitação aos faxinaleses, deixando-os, muitas vezes, de mãos atadas quanto ao manejo que eles dão à mata. Por último, sendo o Faxinal Taquari um dos beneficiados com o Recurso do ICMS Ecológico, vemos como isso se dá na própria comunidade.

Neste capítulo, além da revisão bibliográfica para trazer os conceitos e dispositivos legais que auxiliam no entendimento da temática, foram utilizados dados das entrevistas realizadas na comunidade, bem como do questionário aplicado da forma como foi anteriormente mencionada. Também foi realizada consultas em sites governamentais como o do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), com a finalidade de colher informações a respeito do repasse das verbas do ICMS Ecológico para o município e para a comunidade.

Nesta parte, a discussão está centrada nas novas propostas que estão surgindo, mais especificamente no âmbito governamental, através da maior visibilidade que estas comunidades vem tomando. Cabe entender este novo momento como resultado dos processos que estavam ocorrendo na Formação Sócio-Espacial na qual as comunidades estavam inseridas. A evolução da própria Formação levou a essa situação como um arranjo possível de fatores externos e internos que se combinaram. Assim, neste novo momento experimentado pelas comunidades, entendidos sob a ótica da Formação Sócio-Espacial, pode-se verificar

que estas estratégias vindas de fora se combinam com estruturas internas de resistência, conjugando fatores de ordem social, econômica, política e cultural que irão compor o atual quadro de revalorização das comunidades faxinalenses, de sua forma de organização.

4.1 ICMS Ecológico: O que é?

O ICMS Ecológico é um programa que foi criado, inicialmente no estado do Paraná para compensar os municípios que sofrem restrições em seu uso da terra, decorrente da existência de Unidades de Conservação. Essa sempre foi uma reivindicação dos municípios que se sentiam prejudicados por não poderem utilizar essas áreas para exercerem atividades econômicas.

Loureiro (2001) aponta que por ICMS Ecológico entende-se que seja

qualquer critério ou critérios, relacionados à busca de solução para problemas ambientais. Tais critérios são utilizados para a determinação do “quanto” cada município deverá receber na repartição dos recursos financeiros arrecadados através do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (p.1)

No geral, o ICMS Ecológico apenas operacionaliza o cumprimento de Leis Complementares Estaduais, que orientam a utilização desses recursos. A possibilidade do ICMS Ecológico é aberta através do inciso II, do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, quando define as formas de distribuição dos recursos pelos estados.

No site do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), o ICMS Ecológico é definido como um instrumento de política pública, criado primeiramente no Paraná para tratar do repasse de recursos a municípios que abrigam Unidades de Conservação, ou áreas protegidas em seu território, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. No Paraná, esta possibilidade é aberta através da lei complementar nº 59 de 01/10/91, com o nome Lei dos Royalties Ecológico (PARANÁ,1991).

O ICMS Ecológico surgiu pela necessidade de alternativas para recompensar os municípios que sofriam restrições em seu território para usá-los com atividades econômicas clássicas que, de modo geral, pudessem causar impacto

nos ecossistemas. Essa iniciativa surgiu através dos municípios que possuíam mananciais de abastecimento de água para cidades vizinhas, e por isso, eram impedidos por lei de desenvolverem atividades econômicas que pudessem causar risco ao ecossistema local. Primeiramente esse movimento surgiu apenas por parte dos municípios que possuíam os mananciais de abastecimento, sendo que quando essa reivindicação chegou à Assembleia Legislativa do Paraná, entendeu-se que este benefício deveria ser estendido aos municípios que possuem Unidades de Conservação em seus territórios, já que este fato também restringe as possibilidades para expansão das atividades econômicas.

Os recursos provenientes do ICMS Ecológico devem ser repassados aos municípios, e não às Unidades de Conservação diretamente. Só é possível outra forma de repasse se houver uma mudança constitucional, ou se o município tratar de uma forma de destinação. Estes recursos então, podem, ou não, serem aplicados nas áreas protegidas que possibilitaram o recebimento do recurso. Cabe a cada município estabelecer isto (IAP, 2009).

No geral, o repasse dos recursos é operacionalizado através de leis complementares estaduais e suas normas complementares para disciplinar o uso desse recurso. O Paraná foi o pioneiro no uso do ICMS Ecológico, porém outros estados como São Paulo, Minas Gerais, Rondônia e Rio Grande do Sul, Pernambuco, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, também o adotaram (IAP, 2009).

Apesar dessa visão compensatória sob a qual o ICMS Ecológico nasceu, como recompensa aos municípios que tinha parte de seus territórios “molestados” por áreas protegidas, percebeu-se uma nova possibilidade que o recurso poderia trazer. Assim, além de compensar aqueles municípios que já tem unidades de conservação, o projeto passou também a incentivar aqueles que ainda não os possuíam a encontrar formas de criá-las em seus territórios. Esse fato é explicado pela possibilidade de garantir uma renda maior ao município. Porém o aumento do número de municípios com Unidades de Conservação e, conseqüentemente, com direito a receber recursos, além da melhoria das áreas protegidas já existentes, pode fazer com que a quantidade repassada a cada município seja cada vez menos, pois o montante arrecadado será posteriormente repartido entre mais municípios que poderão receber menos recursos. É como se disséssemos que o bolo será repartido em um maior número de fatias (LOUREIRO, 2001).

O programa do ICMS Ecológico não prevê que as Unidades de conservação sejam vistas de forma isolada. São priorizadas as oportunidades da construção de corredores de biodiversidade, permitindo uma interligação entre as áreas protegidas. Deve-se encontrar ferramentas e estratégias para que os espaços não sejam vistos como isolados.

De acordo com o site Ambiente Brasil, o objetivo do programa de ICMS Ecológico não é apenas um, mas sim uma série deles. Entre esses objetivos, os principais são:

(a) aumento do número e da superfície de unidades de conservação e outras áreas especialmente protegidas (dimensão quantitativa); (b) regularização, planejamento, implementação e busca da sustentabilidade das unidades de conservação (dimensão qualitativa); (c) incentivo à construção dos corredores ecológicos, através da busca da conexão de fragmentos vegetais; (d) adoção, desenvolvimento e consolidação institucional, tanto em nível estadual, quanto municipal, com vistas a conservação da biodiversidade e, (e) busca da justiça fiscal pela conservação ambiental (AMBIENTE BRASIL, 2009).

Esses objetivos levantados têm como ponto de partida a melhoria e o aumento das áreas protegidas. Dessa forma, como já mencionado, não só compensam os municípios, mas também incentiva o aumento e melhoria das Unidades de Conservação.

Para efeito de cálculo de percentual que cada município irá receber, surgiu o Coeficiente de Conservação da Biodiversidade, o CCB. Hoje, este coeficiente vem substituir o antigo Coeficiente de Restrição Territorial, que surgiu no início do programa. O coeficiente anterior levava em conta apenas o viés compensatório, enquanto o novo coeficiente, o CCB, já abarca outras variáveis, o que lhes dá uma abrangência maior.

Loureiro (1995) define o CCB como a

Relação entre a superfície da Unidade de Conservação (ou espaço especialmente protegido), com qualidade física satisfatória (ou porção em recuperação), e a superfície territorial do município, corrigido pelo fator de conservação, representado por diferentes categorias de manejo de Unidades de Conservação, ou modalidade de outras áreas especialmente protegidas (p.4)

Além disso, ele ainda nos diz que o CCB é calculado em quatro níveis básicos. São eles:

- a) CCBb – corresponde literalmente ao conceito anteriormente descrito;
- b) CCBi – agrega ao CCBb escores referentes à qualidade da Unidade de Conservação, consubstanciada em conjunto de variáveis específicas para cada Unidade de Conservação ou excepcionalmente definida em função das diferentes categorias de manejo, âmbito de gestão e domínio;
- c) CCBm – agrega todos os CCBi calculados para um determinado município;
- d) CCBc – agrega todos os CCBm, ou seja, é o somatório de todos os CCBi calculados para o Estado. (LOUREIRO, 2001).

Estes critérios utilizados para o cálculo conseguem avaliar, de forma eficiente, o montante de área que efetivamente deve ser levada em conta para estabelecer a parcela do montante a que cada município tem direito.

Por parte de cada município, também é exigido um termo de compromisso para a manutenção e melhoria das áreas protegidas. Estes devem estar, de preferência, em concordância com os itens a serem avaliados pelo IAP, a fim de beneficiar o próprio município com um possível aumento do percentual a ser recebido. Significa, basicamente, investir o dinheiro recebido, ou parte dele, nas próprias Unidades de Conservação ou áreas protegidas, para que estas possam melhorar a sua qualidade.

No site do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, estão explicitadas as áreas que dão direito ao município de receber estes recursos. Essas áreas são: Terras Indígenas, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Faxinais, Reservas Florestais Legais, Áreas de Preservação Permanente e sítios Especiais no entorno de alguns tipos de Unidades de Conservação. O IAP tem também o objetivo de expandir as áreas protegidas, com o objetivo de fazer com que todos os municípios de estado tenham acesso aos recursos financeiros do ICMS – Ecológico (IAP, 2009).

Esse programa tem se mostrado como uma boa oportunidade para as Unidades de Conservação terem garantido recursos para sua manutenção e melhoria. As áreas de Faxinais estão hoje enquadradas dentro de uma modalidade de Unidade de Conservação, dando o direito do município que possui esta forma de organização social ter garantido um recurso a mais, vindo da repartição do ICMS

com critérios ambientais. Porém, cabe entendermos até que ponto este programa pode ser entendido como uma alternativa viável, fornecendo benefícios às comunidades. É preciso avaliar até que ponto este programa não impede a autonomia das unidades de conservação, das comunidades e do municípios.

O Sistema Faxinal, como já mencionado, está enquadrado dentro de uma modalidade de unidade de conservação, a ARESUR (Área Especial de Uso Regulamentado). A seguir veremos como surgiu a necessidade de criação desta categoria, bem como quais os requisitos para ter um Faxinal cadastrado como ARESUR.

4.2 ARESUR. Sobre a necessidade de criação

As transformações que se deram nos Faxinais, mostradas anteriormente neste trabalho, alteraram a forma como a comunidade se organizava e se sustentava. A entrada de atividades agrícolas com racionalidades de acumulação de capital, fizeram com que boa parte das comunidades perdessem aquela base sustentável que era garantida. Cada vez mais as transformações apontavam para a dependência econômica dos Faxinais e, também, para a diminuição dos recursos florestais da região Centro-Sul.

Sabe-se que o Sistema Faxinal, durante um grande período, foi responsável pela conservação da maior área de Floresta com Araucária do estado do Paraná, sua importância sócio-ambiental fica assim evidenciada. A organização das comunidades, destinando a área para a criação de animais – o criadouro comunitário – junto às Florestas do Bioma da Mata com Araucária, permitia a que os animais buscassem na mata sua alimentação, porém não a comprometendo. Este sistema encontrado possibilitou a simbiose entre criação de animais e conservação da mata, ao passo que diminuía os gastos com a alimentação da criação.

Porém estas novas atividades agrícolas se fortalecem e se expandem na região dos Faxinais. Isso levou muitos deles a se transformarem e se organizarem de uma forma diferente, não mais tendo nos três elementos do Sistema Faxinal (criadouro comunitário, terras de plantar e cercas e/ou valos) sua base de funcionamento. Com isso, aquela sustentabilidade social, econômica e ambiental de outrora fica comprometida, deixando os faxinalenses cada vez mais suscetíveis ao

jogo de estratégias do mercado e do agronegócio.

Essa situação começa a se tornar visível, sensibilizando pessoas e instituições. Através da luta por reconhecimento e visibilidade, os Faxinalenses começam a chamar a atenção de organizações, governamentais ou não, e de pesquisadores que buscam formas para garantir a permanência das comunidades em pleno funcionamento.

Então, através do Decreto Estadual nº 3,446/97 é criada a ARESUR (Área Especial de Uso Regulamentado). Esta consiste em uma modalidade de Unidade de Conservação do estado do Paraná, criada especificamente para o Sistema Faxinal. Assim, as comunidades faxinalenses que se enquadram nas exigências do decreto que estabelece a ARESUR, podem ser cadastradas como tal. Para este fim, na legislação estadual, entende-se por Sistema Faxinal

O sistema de produção camponês tradicional, característico da região centro-sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para a produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, a solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para o consumo e comercialização; c) extrativismo vegetal de baixo impacto – manejo de erva mate, araucária e outras espécies nativas. A Aresur, na perspectiva do desenvolvimento do Sistema Faxinal, observará as disposições legais aplicáveis às APAs no que couber. A base legal relacionada às Aresurs é: Decreto Estadual n.º 3,446/97; Lei n.º 6.938, de 31.08.81, alterada pela Lei n.º 7.804 de 18.07.89, art. 9.º, VI e normas afins (LOUREIRO, 2001, p. 28).

A Lei que estabelece a ARESUR entende o Sistema Faxinal como comunidade tradicional que, talvez, seja difícil de encontrar correspondência hoje nos Faxinais existentes. Se entender os Faxinais dessa forma, ao pé da letra conforme a lei, talvez se possa encontrar uma ou duas comunidades que ainda se encontram assim organizadas. As comunidades faxinalenses que ainda funcionam como tal, apesar de contarem com uma certa sustentabilidade, já foram transformadas e já incorporaram elementos que talvez não as identifiquem como comunidades tradicionais. Afinal, o que tem de tradicional em uma comunidade que trabalha com fumo e que explora recursos da mata, garantindo uma renda considerável ao final do processo? Essas são questões que não permitem uma resposta imediata, apenas fomenta a discussão sobre a rigidez que muitas vezes encontramos em projetos que trabalham com realidades diversas. Isso não significa dizer que os Faxinais estejam descaracterizados, e que não sejam, por isso, dignos

de receberem estes recursos. Muito pelo contrário, pois programas como este do ICMS Ecológico, quando bem aplicado, pode despertar o interesse dos agricultores por práticas menos impactantes, garantindo assim a possibilidade de receberem tal recurso.

Para que a existência de Faxinais em um município possa garantir, ao mesmo tempo, o recebimento dos recursos do ICMS Ecológico, algumas ações devem ser tomadas. Estas devem ser articuladas entre o estado e os municípios, bem como as entidades representativas dos Faxinais. O primeiro deve ser tomado pelo IAP no esclarecimento às prefeituras e entidades diretamente ligadas às comunidades faxinalenses, tais como associações, sindicatos, etc. Deve-se esclarecer sobre as oportunidades abertas com o Decreto Estadual n.º 3,446/97.

As exigências do decreto acima mencionado devem ser esclarecidas a fim de que os procedimentos para o cadastramento sejam observados. Assim, deve-se saber que as exigências serão as seguintes:

- a) os municípios podem solicitar, até o dia 30 de abril, na forma do referido Decreto, o crédito do ICMS Ecológico em função da existência dos faxinais, desde que estes possuam criadouros comunitários, por menos que seja sua superfície;
- b) para se credenciar, a prefeitura deverá apresentar:
 - b.1) requerimento (impresso fornecido pelo IAP);
 - b.2) mapa e memorial descritivo do faxinal incluindo a localização do criadouro comunitário;
 - b.3) diagnóstico (histórico e realidade do faxinal)
 - b.4) diretrizes para a conservação ambiental dentro do faxinal (em especial do criadouro), dando ênfase à conservação da araucária;
 - b.5) apresentação de um plano de ações (negociado com as comunidades) a serem desenvolvidas, a partir de variáveis a serem avaliadas anualmente pelo IAP, quais sejam: evolução da qualidade de vida das populações residentes, organização e participação comunitária e nível de comprometimento e empenho dos municípios para o desenvolvimento social e econômico dos faxinais;
 - b.6) documento notorial que qualifica a existência do criadouro comunitário, que na prática significa uma escritura pública devidamente registrada em cartório competente (PARANÁ, 1997).

Os itens levantados aqui buscam comprovar a existência da comunidade funcionando como Sistema Faxinal. Essas providências devem ser tomadas quando pretende-se cadastrar a comunidade.

Essas informações devem ser repassadas ao IAP, que de posse desses documentos, irá a campo conferir se as informações procedem. Esta conferência deve ser feita em parceria com as comunidades faxinalenses, através de entrevistas

com membros da comunidade, lideranças, etc. Em seguida, essa documentação apresentada pela prefeitura é analisada, devendo haver manifestação favorável, ou não, à criação da Aresur, que deverá estar consubstanciada na minuta da Resolução do Secretário (LOUREIRO, 2001).

Enfim, a possibilidade aberta com a criação da Aresur permitiu a compensação econômica aos municípios que possuem o Sistema Faxinal, alterando, de certa forma, a forma como este sistema era entendido pelas administrações municipais. Antes eles eram muito mais vistos como entraves ao desenvolvimento de atividades econômicas mais lucrativas, mas agora, com esse novo momento, começa-se a pensar na possibilidade de ter um recurso garantido através do repasse desses recursos, além do que, podemos pensar também no status assegurado ao município, que passa a ser visto como “amigo dos Faxinais”, ou “amigo da biodiversidade”.

Mas nem tudo é tão simples como parece. Dentro desse processo todo de cadastramento, muitas discussões e pontos de vistas se chocam. Como o cadastramento é um processo longo, quase que penoso por parte de quem o faz, os documentos precisam passar por instâncias que, como todas as instituições, são representadas por pessoas. Essas podem facilitar ou emperrar o cadastramento, dependendo do bom senso e do ponto de vista adotado; a favor ou contra os Faxinais.

Como, muitas vezes, há a incompatibilidade entre o discurso e a ação prática na realidade, o processo todo além de funcionar muito bem no papel, deveria garantir a melhoria da qualidade de vida nas comunidades, que é o principal objetivo. Dessa forma, buscaremos a seguir entender os benefícios que podem ser conseguidos com este programa e, também, entender quais os limites desses benefícios e até que ponto o ICMS Ecológico não aprisiona a comunidade dentro de um plano que pode se tornar incongruente.

4.3 Benefícios e limitações do cadastramento como ARESUR

O programa do ICMS Ecológico é uma boa alternativa aos Faxinais, pois permite a entrada de recursos às comunidades. Através da ARESUR, foi criada para o Sistema Faxinal a oportunidade de fazer com que a prefeitura receba recursos por

abrigar em seu território essa forma de organização rural. Com isso, surge a oportunidade de garantir melhorias e benefícios às comunidades cadastradas. Porém este ato, além de benefícios, pode trazer limitações e problemas às comunidades à medida que podem proibir algumas práticas que os faxinalenses possam julgar importante e, também, a possível perda da autonomia.

O cadastramento como ARESUR pode ser uma boa oportunidade para as comunidades manterem seu modo de vida. A vinda de recurso é feita na forma de material para a manutenção da comunidade. Esses, quando repassados pela prefeitura, pode ajudar a manter estruturas importantes para o Sistema Faxinal, como a estrutura de cercas e valos, por exemplo. Esse cadastramento permite que a comunidade seja beneficiada com melhorias. Assim, lhes é assegurado a manutenção das estruturas principais, não necessitando eles despenderem recursos para fazê-los.

Porém, como mencionado, os recursos do ICMS Ecológico são destinados à prefeitura, e é ela que deve decidir a melhor forma de utilizá-lo. Então, os recursos, podem ou não chegar à comunidade. Enquanto a forma de repasse não se altera, a comunidade não tem garantido necessariamente os benefícios do cadastramento.

Mas, no texto da lei que trata de criar esta possibilidade, a intenção apresentada é a melhor possível. Vemos que o objetivo é o de

criar condições à melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e à manutenção de seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da araucária angustifolia (pinheiro-do-paraná) (PARANÁ, 1997).

Como fica evidenciado, a conservação da Mata com Araucária é uma das questões principais da ARESUR. O modo de vida tradicional e o patrimônio cultural também são uma preocupação, o que torna esta alternativa válida para aquelas comunidades que desejam continuar o modo de vida faxinalense.

Porém, a efetivação da ARESUR pode cercear a liberdade dos agricultores. Como o Faxinal passa, então, a ser uma unidade de conservação, o objetivo passa a ser o de conservar o modo de vida tradicional com baixo impacto ao meio físico-natural. Esta situação inibe, de certa forma, a dinâmica espacial que se teria na comunidade. Apesar de ser nobre a iniciativa de conservar um Bioma que já foi imensamente explorado, esta iniciativa pode prender os Faxinalenses a um discurso

conservacionista, impedindo-lhes de pensar o seu próprio caminho a ser trilhado. É uma alternativa que já vem praticamente pronta, e que ignora, de certa forma, a decisão dos próprios faxinalenses quanto ao seu destino.

Outra questão a ser levada em conta é com relação aos conflitos dentro de todas as comunidades. Sabemos que, em qualquer comunidade, nem todos os integrantes pensam da mesma forma, o que freqüentemente gera conflitos em decorrência de diferentes formas de pensar ou entender os caminhos a serem trilhados pela mesma. Assim, deve entender que programas como este podem não beneficiar todos os moradores, pois as comunidades não são homogêneas, havendo grupos de integrantes com maior ou menor representação política. Assim, benefícios de programas como este que estamos discutindo, devem ser estendidos ao máximo de moradores possível, sob a pena de financiar interesses particulares. Dessa forma, deve-se sempre buscar entender a quem se destinam esses recursos, e se a forma como está sendo feita assegura o cumprimento dos objetivos propostos para a comunidade e, ainda, se esses objetivos atendem mesmo as necessidades que são dadas.

Outro ponto digno de reflexão é a possibilidade de descaracterização da comunidade enquanto Sistema Faxinal. Enquanto as comunidades não eram cadastradas, essas gozavam de maior autonomia para estabelecer práticas de manejo e de produção nos Faxinais. É necessário entender, até que ponto, alternativas como estas não causam efeitos contrários ao pretendido quando passam a proibir, ou não incentivar, práticas que eram de costume dos faxinalenses. Práticas extrativistas de baixíssimo impacto que eram realizadas pelos faxinalenses, como a extração da erva-mate, por exemplo, que foi importante para o faxinal em um determinado momento, podem ser proibidas, talvez causando uma desestruturação ou desinteresse dos próprios moradores em continuar cadastrados.

Também o repasse, que é feito pela prefeitura, deve ser garantido à comunidade. Se as atividades agrícolas que lhes tragam recursos significativos forem proibidas e, ainda, não houver o repasse dos recursos por parte da Prefeitura, pode-se criar uma situação de empobrecimento da comunidade. Isso pode ocorrer se os faxinalenses não encontrarem modo de se sustentarem economicamente, e não tiverem um apoio por parte dos órgãos governamentais.

No geral, acredito que esta possibilidade aberta para os Faxinais é uma oportunidade única e de grande serventia aos Faxinalenses. Porém, esta é uma

decisão que deve ser pensada, e repensada junto com a comunidade, para esclarecê-los sobre as possibilidades e limitações, buscando construir em conjunto uma proposta possível se não para todos, pelo menos para a maioria.

4.4 O Faxinal Taquari dos Ribeiros enquanto ARESUR.

O Faxinal Taquari dos Ribeiros é uma das comunidades faxinalenses cadastradas como ARESUR. Pretende-se entender como se deu esse processo na comunidade e quais as consequências disso na vida dos moradores.

Primeiramente cabe lembrar que no Faxinal Taquari dos Ribeiros, como apresentado anteriormente, houveram processos que levaram à perda de parte de sua sustentabilidade sócio-ambiental, fazendo com que fossem comprometidos tanto a autonomia do agricultor, frente à expansão do agronegócio, quanto as reservas de mata, que com o início desta atividade teve uma significativa retração, como apresentado nos depoimentos.

Com a oportunidade para cadastramento do Faxinal aberta pela criação da ARESUR, o Faxinal Taquari pode se cadastrar. Isso garantiu ao município o recebimento dos recursos do ICMS Ecológico. No memorial de cálculo e extrato financeiro, encontrados no site do IAP na internet, aparece o Faxinal Taquari recebendo, no mês de Maio, uma quantia equivalente a R\$ 31.062,97 (Figúra 2).

Secretaria de Estado do Meio Ambiente Instituto Ambiental do Paraná DIBAP / ICMS Ecológico por Biodiversidade							
MEMORIA DE CALCULO E EXTRATO FINANCEIRO DO ICMS ECOLOGICO POR BIODIVERSIDADE, EM REAIS, ACUMULADO POR MES E INDIVIDUALIZADO POR MUNICIPIO E POR UNIDADE DE CONSERVACAO OU AREA PROTEGIDA							
Codigo : 0219	Município : RIO AZUL	Área do município : 62772.05			62772.05		
Exercício : 2008	Valor repassado acumulado em reais ate o m's de: 05	Data da emissão : 10/06/09			10/06/09		
DADOS BASICOS PARA OS CALCULOS DOS COEFICIENTES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE							
NOME DA UC OU OUTRA AREA PROTEGIDA	NIVEL/GESTAO	SUPERFICIE (HA)	FC	ESC	COEFICIENTES	REPASSE R\$	
APA DA SERRA DA ESPERANCA (RIO AZUL)	ESTADUAL	3802.55	0.08	0.0	0.00504392	19813.89	
ARESUR DO FAXINAL LAJEADO DOS MELOS	MUNICIPAL	287.00	0.45	4.0	0.01028722	40411.00	
ARESUR DO FAXINAL TAQUARI	MUNICIPAL	220.61	0.45	4.0	0.00790754	31062.97	
ARESUR DO FAXINAL AGUA QUENTE DOS MEIRAS	MUNICIPAL	215.38	0.45	4.0	0.00772008	30326.56	
RPPN ESTADUAL SITIO SAO FRANCISCO	ESTADUAL	7.73	0.68	0.3	0.00010842	425.91	
Total do Coeficiente de Conservacao da Biodiversidade para o Município:.....					0.03106718		
Total do Coeficiente de Conservacao da Biodiversidade para o Estado:.....					6.22995460		
Índice Ambiental por Unidades de Conservacao para o Município:.....					0.24933714		
TOTAL DE RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS AO MUNICIPIO:.....						122040.33	
1- Os dados, informacoes, resultados dos calculos, referem-se ao cumprimento da Lei Complementar nº 59/91 (Lei do ICMS Ecológico) e normas afins, relativa a Unidades de Conservação e outros espaços protegidos. 2- Com estes dados e informacoes, e possivel fazer uma conferencia dos dados basicos, e com auxilio de um profissional lotado em qualquer um dos vinte Escritorios Regionais do IAP, refazer e conferir os calculos e os resultados finais. 3- Além dos dados e informacoes sobre o processo de calculo, este relatorio traz tambem dados e informacoes sobre a quantia de recursos financeiros repassados aos municipios em funcao das Unidades de Conservação e outras areas protegidas. Os dados estao em reais e representam o acumulado mensal, por espaco especialmente protegido. 4- Para informacoes complementares procurar um dos vinte Escritorios Regionais do IAP, ou dirigir-se a Coordenacao Executiva do Projeto ICMS Ecológico por Biodiversidade/DIBAPI/IAP, atraves do FAX nº (041) 333-6161 ICMS Ecológico Ecológico por Biodiversidade/DIBAP/IAP - Curitiba - Paraná .							

Figura 5. Memória de cálculo e extrato financeiro do município de Rio Azul – PR para o mês de maio de 2009
Fonte: IAP (2009)

Ve-se que o Faxinal Taquari dos Ribeiros foi o segundo que mais deu direito ao município de receber os recursos do ICMS Ecológico, ficando atrás apenas de outro Faxinal no município, o do Lajeado dos Melos. Podemos notar que a quantia recebida nesse mês foi relativamente alta. Porém, esse dinheiro não chega até a comunidade em espécie, ele deve ser repassado na forma de melhorias para manutenção da comunidade.

Nas entrevistas que pudemos realizar com pessoas que moram a mais tempo na comunidade, notamos que a principal queixa dos integrantes da comunidade é com relação ao repasse da prefeitura. Airton Ribeiro (2009) é um dos que não ouviram falar sobre a possibilidade de recebimento dos recursos. Ele nos informou que não sabe se a prefeitura recebe alguma coisa e que nunca soube de verbas para o Faxinal. Quando perguntado se tinha notado o recebimento de telas para a manutenção das cercas, ele nos disse que já havia notado, mas não estava muito esclarecido sobre o assunto. Já Acir Tuli de Andrade nos afirmou que foi seu pai quem ajudou no processo para cadastramento do Faxinal junto ao IAP. Mas, segundo ele, seu pai quando ajudou nos trâmites, não sabia que o dinheiro cairia na

conta da Prefeitura de Rio Azul, e não viria direto para o Faxinal. Então, ele prossegue nos contando que

“Meu pai que ajudou, só que depois o ICMS Ecológico vem e cai na conta da prefeitura. O prefeito fazia o que queira do dinheiro. Daí através das reunião do faxinal foram informando que nós tínhamos que nos organizar e falar para os vereador mudar a lei que deu umas vantagem pra vir pro faxinal. Daí eu convidei os vereador e fizemos a reunião, se reunimos no faxinal e os três faxinal que fizemos no ICMS Ecológico, chamei os vereador e pedimos cem por cento do que vinha dos ICMS Ecológico. Sabíamos que não ia vir, mas pedimos. Daí eles se reuniram na época e conseguimos sessenta por cento. Então em 2007 veio quarenta e sete mil (ANDRADE, 2009)”.

Observa-se que a princípio o dinheiro não chegava até o Taquari dos Ribeiros. Essa situação só foi mudada quando os representantes dos três faxinais pressionaram a esfera pública municipal a fim de garantir pelo menos parte desses recursos para a comunidade. Notamos também, através do relato de Acir Tuli de Andrade, que sua família sempre gozou de uma representatividade política grande na comunidade.

Outro entrevistado, Otávio Chagas (2009) disse que o dinheiro prometido não foi repassado totalmente, e que veio em materiais para os Faxinais. Dos quarenta e sete mil prometido em 2007, segundo ele veio apenas em material, o equivalente a 6 mil. Sobre isso ele relata *“que gastaram seis mil, era pra vim quarenta e pouco e num veio. [...] Esse dinheiro ninguém sabe e depois nós aqui num pegamo dinheiro, nós pegamos as coisas”* (CHAGAS, 2009).

Sobre os materiais que trouxeram, ele nos disse que receberam palanque e arame para fazer as cercas. Também nos relatou a vinda de animais para melhoramento genético, mas isso pouco ajudou. Segundo ele,

Trouxeram um boizinho aí que num vale nada. Trouxeram um porco aí que custou quatro conto, ma num custou. Então esse é o problema. [...] por exemplo, se eu for o presidente eu vou precisar ver se esse porco aí era bão. Esse rapaz aí que é da associação ficou com o porco. Foi uns Setecentos ou quinhentos real. Disse que é isso que eles pagaram. Quem é que sabe. Sabe-se que lá se o cara pagou por isso, essa quantia desse porco aí. Então por isso tem que ter tudo o que vende aqui. Que nem o Acyr tem que pegar nota, eu quero nota pra poder discutir, senão num discute (CHAGAS, 2009).

Para ele, os recursos que vêm através do ICMS Ecológico, chegam com valores superfaturados. Ele contou que estranha que de todo o montante recebido pela prefeitura, venha apenas essa quantia de recursos materiais para o Faxinal.

Dentro da comunidade há também aqueles que preferem não se envolver na discussão. Um deles é Pedro Belniak, que nos contou que sabe do recebimento de material repassado pela Prefeitura, mas não participou da discussão sobre a implementação da ARESUR, pois dificilmente sai de casa. Ele contou que sabe que o dinheiro não é repassado, mas nota a chegada de tela, arame e palanque na comunidade. Ele nos relatou ainda sobre a condição da comunidade depois de cadastrada. Segundo ele a situação

“melhorou, porque pelo menos criação pras roça num tem. Se tiver criação é porque alguém solta..E a criação tem o que comer. Pode sair pro faxinal com o bolso vazio, vai e volta e tem fruta. Porque tem muita fruteira, a gente vai e come, pinhão, jarivá, tarumã, pitanga. Aqui num tem, mas é a pracinha pro vivente passear, come a grama, toma água, puxa um banhadinho né (BELNIAK, 2009)”.

Como pudemos observar no relato acima, o recurso florestal foi mantido, garantindo a alimentação animal com frutas de espécies nativas da área. Podemos pensar que talvez, se o Faxinal não fosse cadastrado como ARESUR, esses recursos florestais não fossem tão significativos. De certa forma, essa Unidade de Conservação contribui para a manutenção das reservas florestais. Pedro Belniak ainda comenta que a construção das telas, garantidas com os recursos do ICMS Ecológico, impediu a passagem da criação para as terras de plantar, permitindo o melhor funcionamento da comunidade. Assim, se um animal chegar até às roças, significa que alguém deixou escapar. Diz ainda que o criadouro possui recurso suficiente para a alimentação dos animais.

Apesar dos problemas quanto à chegada dos recursos até a comunidade, Acir Tuli de Andrade também acredita que a comunidade se beneficiou com o ICMS Ecológico. Para ele, a comunidade encontrou uma forma de conversar com a prefeitura, mostrando os principais pontos que precisam ser melhorados. Abriu a oportunidade de conversa também. Ele nos diz que

[...]esse ano na reunião nós pedimos um relógio pra água né pra ter uma água encanada né. Pedimos um barracão ali pra fazer uns e depois pedimos um forno pra fazer o calcário, até mesmo fazer um baile pra comunidade, pra igreja, pra santo assim né. Pra bem da comunidade né. Mas é sempre assim (ANDRADE, 2009).

Quanto às restrições de algumas atividades de extração imposta pela ARESUR, os entrevistados não vêem como algo prejudicial. Pedro Belniak nos contou que essa proibição da exploração da madeira, principalmente do pinheiro do Paraná, veio muito tarde, pois antes havia em maior quantidade. Segundo ele, essas leis de proteção só vieram depois que acabou quase tudo que já havia. Otávio Chagas nos disse que a exploração da madeira só diminuiu por conta das leis ambientais, pois se não as houvessem, os moradores ainda continuariam a derrubar as espécies, principalmente o pinheiro.

A forma que a Prefeitura encontra para contato com a comunidade para a entrega do Material é via Associação dos Moradores do Faxinal Taquari dos Ribeiros, cujo presidente é Acir Tuli de Andrade. A Associação é que faz a relação entre as duas instâncias. Essa situação pode criar um grupo que se privilegia de uma maior representatividade política, decidindo aquilo que é importante para a comunidade, além da forma como estes recursos devem ser distribuídos. Isso pode causar uma tensão por parte de alguns membros da comunidade que não concordam com as decisões tomadas pelos representantes da associação.

Essa situação é exposta por Airton Ribeiro quando nos conta os motivos por não participar da associação. Ele nos diz que não participa porque,

eu sou muito enjoado (risos), quer dizer, eu quero muito certo as coisas e aí a gente não combina porque um quer tirar uma coisa, o outro quer tirar pra outra coisa, pra mim num vai. Se a verba vem pra aquilo nós tem que aplicar naquilo. Agora vem uma verba e ele pega vai inventar uma viagem, uma qualquer coisa pra outra parte, isso aí tá errado né". (RIBEIRO, 2009).

Nota-se aqui que a comunidade de Taquari dos Ribeiros, uma comunidade faxinalense, entendida hoje como tradicional, não é tão homogênea como aparentemente pode se apresentar. Existem grupos com interesses diversos, o que pode causar um clima de tensão que muitas vezes é mascarado. É sabido que em todos os grupos existem conflitos que são, em maior ou menos grau, expostos. Essa situação descrita por Ribeiro (2009) vem causando descontentamento, o que

marca a possibilidade de exposição do problema com a intenção de superá-lo. A forma como é feito o repasse dos recursos do ICMS Ecológico é o principal ponto de divergências dentro da comunidade, e a principal crítica por parte de seus membros.

No geral, a comunidade se sente beneficiada com os recursos do ICMS Ecológico. Isso porque além do recebimento de materiais, eles contam que a situação da conservação ambiental da comunidade melhorou. De certa forma, este fato inibiu a exploração da madeira e a diminuição dos recursos florestais existentes. Apesar da expansão da atividade fumageira, a madeira retirada para alimentar as estufas, no geral, são de áreas de reflorestamento localizadas nas terras de plantar. O problema é que diminui a área para a produção de alimentos, mas pelo menos a mata dentro do criadouro se conserva.

Enfim, este novo momento encarado pelo Sistema Faxinal como um todo, pode ser entendido como um reflexo destas transformações sócio-espaciais que foram se dando na região, como foi discutido neste trabalho. Assim, foi reconhecida a importância dos Faxinais na conservação dos recursos da Mata com Araucária no Paraná, permitindo que o poder público, talvez por pressões por parte de diversos setores da sociedade, aumentasse o seu interesse na manutenção do Sistema Faxinal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas no trabalho estiveram centradas no Sistema Faxinal, desde a sua gênese, transformações e situação atual, tomando o Faxinal Taquari dos Ribeiros, no município de Rio Azul, como estudo de caso. Assim, com a realização deste trabalho foi possível tecer algumas considerações acerca do tema escolhido. Para tanto, neste trabalho, optou-se por buscar apoio na categoria de Formação Sócio-Espacial para entender a evolução das comunidades a partir das transformações e processos que ocorreram na região em que se inserem. Como apontado no trabalho, Milton Santos (1982) nos mostra que esta categoria diz respeito à evolução de uma determinada sociedade com relação ao seu quadro próprio, e também com relação as forças externas que podem causar impulsos para a transformação. Assim, Formação Sócio-Espacial permite entender as etapas pelo qual as comunidades faxinalenses passaram e como estas, desde sua gênese até o período atual, apontaram para transformações sócio-espaciais nos Faxinais, e no Faxinal Taquari dos Ribeiros no caso deste trabalho.

Primeiramente, devemos apontar para a gênese do Sistema Faxinal que ainda precisa ser mais discutida. Acreditamos não ser possível atribuir à gênese de todas as comunidades Faxinalenses a uma única forma de entendê-las, ou a um único processo. Como cada comunidade é resultado de processos e condicionantes próprias, certamente estas acabaram influenciando de forma diferente às mesmas. Assim, apesar de haver processos mais gerais talvez experimentados por todas as comunidades, estes se combinam localmente formando um arranjo espacial próprio. Cabe salientar que cada Formação caracteriza-se por uma articulação de elementos externos, com elementos próprios de cada espaço em específico, podendo estes oferecer maior ou menor resistência, gerando combinações que irão produzir o espaço local.

Também foi possível perceber que, muitas vezes, o Sistema Faxinal é tomado, na literatura existente, como uma forma de organização espacial que deve ser totalmente imutável, preservada dos “males” que avançam no campo na região. Não entendemos dessa forma, pois vemos que o é dotado de uma dinâmica e aponta sempre para processos de transformações, sendo que as comunidades

faxinalenses dificilmente se manteriam “intocadas”. Como o capitalismo no campo vem se desenvolvendo e se expandindo a cada dia, é de se esperar que eles causem pressão também nestas áreas de agricultura mais tradicionais. Estas acabam incorporando novas atividades, gerando transformações em suas estruturas sociais, produtivas e culturais. Milton Santos (1982) nos mostrou que os modos de produção dominantes, em suas etapas espacialmente determinadas, criam formações específicas que seriam a “linguagem” deste modo de produção agindo localmente. Destarte, a história de uma Formação seria a da superposição das formas criadas pelas etapas dos modos de produção e de sua complexidade sobre seu território.

A forma como o Sistema Faxinal é entendido hoje, pouco mudou com relação há vinte anos. Talvez esta insistência em entender o Faxinal ainda numa forma tradicional “romântica” seja a responsável por caracterizar estas transformações como subversoras da ordem estabelecida e cristalizada no tempo.

Por todas estas transformações apontadas no trabalho, junto com a luta por reconhecimento e visibilidade do Sistema Faxinal, as comunidades têm chamado mais a atenção de pesquisadores e órgãos do governo, que passaram a estabelecer programas para garantir o modo de vida faxinalense. Um desses programas consiste na criação das ARESUR, que como foi discutido, consiste numa modalidade de Unidade de Conservação criada para o Sistema Faxinal especificamente. Este fato se deve a contribuição das comunidades faxinalenses à conservação do Bioma da Mata com Araucária, pois com sua forma de organização permitiu a manutenção da maior área deste bioma no Paraná. Este é um programa válido por valorizar o modo de vida faxinalense e também pela possibilidade para assegurar recursos para a comunidade investir em melhorias. Porém, é preciso avaliar até que ponto os benefícios superam as limitações e problemas advindos com este cadastramento. Primeiramente, este recurso que é repassado do estado para a prefeitura, deve chegar até a comunidade na forma de materiais ou melhorias em sua estrutura. Além disso, com o Faxinal transformado em uma Unidade de Conservação, muitas atividades não serão permitidas ou serão desestimuladas, necessitando uma avaliação da comunidade e uma participação dos seus membros para decidir a forma como serão destinados os recursos.

O Faxinal Taquari dos Ribeiros, tomado como estudo de caso do trabalho, é uma comunidade organizada dentro dos moldes definidos por Sistema Faxinal. Esta

comunidade, localizada no município de Rio Azul, região Centro-Sul do Paraná, caracterizou-se por apresentar processos de desenvolvimento que lhes foram característicos. A sua gênese foi atribuída ao aumento populacional da região, que forçou os moradores, que já criavam animais a solta na mata, a fecharem a área do criadouro para que os animais não causassem estragos nas roças que aumentavam proporcionalmente ao aumento populacional. A idéia, apesar de ter saído de duas famílias que primeiro chegaram à região, os Andrade, e os Ribeiros, parece ter sido aceita por todos os membros da comunidade. Da sua gênese, até a forma como a comunidade hoje se encontra organizada, processos decorrentes das atividades econômicas que iam se desenvolvendo na região mudaram a base econômica das comunidades. Assim, primeiramente com a exploração da erva-mate e da madeira no Faxinal, os moradores puderam contar com significativo aumento de sua renda, pois além dos gêneros de subsistência, contavam com inserção no mercado de produtos da exploração vegetal da região. Até então, a comunidade tinha no setor de subsistência o cerne de sua reprodução social. Esta situação veio mudar com a entrada da agroindústria fumageira na comunidade, que “amarrou” os agricultores e explorou a renda da terra dos faxinalenses. Assim, com a expansão das áreas destinadas ao plantio do fumo, as roças para subsistência cederam, cada vez mais, lugar para a nova atividade. Além disso, notou-se na comunidade o aumento das áreas de reflorestamento com espécies exóticas e a degradação ambiental.

O Faxinal Taquari dos Ribeiros é um dos que hoje estão cadastrados como ARESUR, dando o direito ao município de receber recursos por ele. Porém, como vimos, a principal queixa dos moradores reside no fato de que a prefeitura não repassa esses recursos como deveria. Apesar de chegar materiais para a manutenção da comunidade, segundo eles, estes ainda não são significativos perto do montante recebido pela prefeitura. Porém, no geral para os faxinalenses entrevistados, a condição de vida no Faxinal melhorou depois do cadastramento e este, ainda, não impediu o desenvolvimento da atividade do fumo na comunidade.

No geral, estas reflexões apresentadas no trabalho mostram que as transformações são inerentes ao espaço e, então, não seriam os Faxinais os únicos a se manterem isolados e fora da esfera de desenvolvimento, já que estão inseridos dentro de uma Formação Sócio-Espacial específica, a do Centro-Sul do estado do Paraná, que de certa forma orienta suas transformações incorporando elementos locais, que produzirão uma diferenciação clara. Esperamos que este trabalho abra a

possibilidade para reflexões e discussões futuras, a fim de entender melhor as comunidades faxinalenses dentro dos novos contextos sociais, econômicos, históricos e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMEIDA, A. W. B. **Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Manaus, PPGSCA – UFAM, 2006.

ANAIS. I Encontro dos Povos de Faxinais. Informação obtida na introdução dos Anais do Encontro. Irati. UNICENTRO e UEPG, 2005.

ANDRADE, A. M. **Itaiacoca**: Pesquisa de cultura popular. Rio de Janeiro: SESC, 1981.

AMBIENTE BRASIL. Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br>, acesso em 20 de outubro de 2008.

ANDRADE, A. T. Informação fornecida ao Autor [18 de abril de 2009]. Faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul – PR. 2009

BARBOSA, T. A. **Território e Territorialidades do Sistema Faxinal**: Análise a partir da reconstrução histórica familiar na comunidade de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul/PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2007

BARRETO, M. **A produção camponesa e o monopólio do território pelo capital**: Espacialidades distintas na extração da Erva-Mate na Região da Mata com Araucária do Paraná. Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em Geografia, UEPG, 2008. 93p.

BELNIAK, P. Informação fornecida ao Autor [18 de abril de 2009]. Faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul – PR. 2009

BELNIAK, T. Informação fornecida ao Autor [18 de abril de 2009]. Faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul – PR. 2009

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. **Industria de Tabaco, Tabagismo e Meio Ambiente**: As redes ante os riscos. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v. 20, p. 45-78, jan/abr.2003.

BRANDT, M.; CAMPOS, N. J. de. Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. **Geosul**. Florianópolis, v. 23, p. 43-64, jan./jun. 2008

CAMPOS, N. J. **Terras de Uso Comum no Brasil**: um estudo de suas diferentes formas. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Geografia, USP, 2000.

CHAGAS, O. Informação fornecida ao Autor [18 de abril de 2009]. Faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul – PR. 2009

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**: IAPAR, 1988b. 121 f. (Boletim Técnico, 22).

CODIGO CIVIL BRASILEIRO. Lei n. 3.071 de 01/01/1916. São Paulo, Edição Saraiva, 32ª edição. 1982.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo. Ática., 2003.

CUNHA, L. A. **Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Territorial: O caso do Paraná Tradicional**. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica – RJ. 2003. 136p.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo. 3ª Ed. Hucitec, 2001.

FOSSARTI, D. M.; FREITAS, C. A. O caráter familiar da Atividade Fumageira em Santa Cruz do Sul – RS. **Revista Economia e Desenvolvimento**, nº 14, p. 62-86. Santa Maria, 2002.

IAP. **Instituto Ambiental do Paraná**. Disponível em <http://www.iap.pr.gov.br>. Acesso em 20 de junho de 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo da população brasileira de 2000. Disponível <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 de maio de 2008.

LAVORATTI, C. **A produção familiar enquanto unidade organizacional: estratégias de reprodução dos agricultores de Itaiacoca – Ponta Grossa/PR**. Curitiba, 1998. 162p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

LEMES, E. C.; LÖWEN SAHR, C. L. **Da subsistência do Sistema Faxinal à subordinação à Agroindústria do Fumo: A desagregação do Faxinal dos Lemes no município de Ipiranga – PR**. Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente, 2005.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002. 31 p.

LOUREIRO, W. **ICMS Ecológico na Biodiversidade**. Curitiba FUPEF, 2001

LÖWEN SAHR, C. L.; IEGELSKI, F. **O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa: diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses**. Ponta Grossa, 2003. 108p. (Relatório Técnico) – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

LÖWEN SAHR, C. L. ; CUNHA, L. A. G. **O significado social e ecológico dos faxinais:** reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da Mata com Araucária no Paraná. Revista Emancipação, Ponta Grossa, v. 5, n.1, p. 89-104. 2005.

LÖWEN SAHR , C. L. **Faxinalenses: Populações Tradicionais no bioma da Mata com Araucária?**. In: I Encontro dos Povos Faxinalenses, p. 53-62, 2005.
MACHADO, 1963

MAGALHÃES FILHO, F. B. B. **Da construção ao desmanche:** análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Curitiba: IPARDES, 2006. 330 p.

MARQUES, C. L. G. **Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná.** Guarapuava: IAP, 2004. 192 f. (Relatório Técnico).

MACHADO, B.,1963. Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais. Boletim UFPR. Curitiba: UFPR/Depto de História, n. 3. P. 1-52, 1963.

MITCHELL, W. C. **Os ciclos econômicos e suas causas.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. 168 p.

MONTEIRO, R. R. **Populações Tradicionais e Representações Sociais:** Reflexões a partir de uma comunidade faxinalense. Ponta Grossa, 2006 89 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa

MOTA, L. T. **Guerra dos índios Kaingang:** A história dos índios – kaingang no Paraná. Maringá: Editora Vem, 1994. 275 p.

NERONE, M. M. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal:** Rebouças – 19501997. Assis, 2000. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização do Paraná.** Curitiba: SEED, 121 p. 2001.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica:** o caso paranaense. Curitiba: IPARDES, 2006. 305 p.

PARANÁ, 1991. Legislação Estadual. Lei complementar nº 59 de 01/10/91. Dispõe sobre os Royalties Ambientais e o repasse do ICMS Ecológico. Diário Oficial do Estado. Curitiba, 01 de ago de 1991.

PARANÁ. Decreto Estadual no. 3.446 de 14/08/1997. Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Curitiba, n. 5.067, 14 ago. 1997.

PEREIRA, C. M. da S. **Instituições de direitos civil.** Vol. IV. Rio de Janeiro. Editora Forense. 168 p. 1961.

POMBO, J. F. R. **O Paraná no centenário (1500 -1900)**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

RIBEIRO, A. Informação fornecida ao Autor [18 de abril de 2009]. Faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul – PR. 2009

RODERJAN, R. V. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional** (sec. XVI a XIX). Curitiba: Instituto Geográfico e Estatístico Paranaense, 1992. 326 p.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo. 3. Ed. Nobel, 1992.

_____, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo. 4 Ed. Hucitec, 1997.

_____, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo. 2. Ed. Hucitec, 1996.

_____, M. **Espaço e Sociedade**: Petrópolis. 2. Ed. Vozes, 1982.

SERENI, E. La categoria de formación económico-social. **Cuadernos de Passado y Presente**, nº 39, Cordoba: Argentina: Siglo XXI, 1976.

SCHEIBE, L. F. **Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento durável**. In: ZAKRZEWSKI, S. B; BARCELOS, V. (orgs). Educação ambiental e compromisso social: pensamentos e ações. Erechim, RS. EdIFAPES, 2004, p. 317 – 335.

SOUZA, R. M. Transformações **Econômicas e Sociais e Trajetória na Agricultura Familiar**: Estudo de caso sobre a Desconstrução da Autonomia da Agricultura Familiar no Faxinal Saudade de Santa Anita, Turvo – PR. Santa Maria, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Santa Maria.

STRAFORINI, R. **No Caminho das Tropas**. Sorocaba: TCM, 2001. 129 p.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os Faxinais no Paraná**: as terras de uso comum. Tese de Doutorado. Pós Graduação em Geografia, USP. São Paulo, 2008. 755 p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.